

GUILHERME ROCHA MORALLES

***É VERDADE QUE NÓS SOMOS TANTOS?: VISIBILIDADE,
VIOLÊNCIA(S) E AFIRMAÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S) LGBT
NO BRASIL***

DOURADOS / MS

2019

GUILHERME ROCHA MORALLES

***É VERDADE QUE NÓS SOMOS TANTOS?: VISIBILIDADE,
VIOLÊNCIA(S) E AFIRMAÇÃO DA(S) IDENTIDADES LGBT
NO BRASIL***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGL/FACALE/UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras

Orientador: Prof. Dr. Marcos Lúcio de Sousa Góis

DOURADOS / MS

2019



GUILHERME ROCHA MORALLES

**É VERDADE QUE NÓS SOMOS TANTOS?: VISIBILIDADE, VIOLÊNCIA(S) E
AFIRMAÇÃO DA(S) IDENTIDADES(S) LGBT NO BRASIL**

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Dourados – MS, 24 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA,

Dr. Marcos Lúcio de Sousa Góis
Universidade Federal da Grande Dourados
Programa de Pós-Graduação em Letras
Presidente

Dr. Washington Cesar Shoiti Nozu
Universidade Federal da Grande Dourados
Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos
Membro Titular Externo

Dr. Thayse Figueira Guimarães
Universidade Federal da Grande Dourados
Programa de Pós-Graduação em Letras
Membro Titular

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M828é Moraes, Guilherme Rocha

É verdade que nós somos tantos?: visibilidade, violência(s) e afirmação da(s) identidade(s)
LGBT no Brasil. [recurso eletrônico] / Guilherme Rocha Moraes. -- 2020.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Marcos Lúcio de Sousa Góis.

Coorientadora: Elizete de Souza Bernardes.

Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Discurso. 2. Identidade. 3. Gênero. 4. História. 5. Jornais LGBT. I. Góis, Marcos Lúcio De Sousa. II. Bernardes, Elizete De Souza. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

*As minhas avós, Sebastiana e Vera Lúcia,
por resistirem comigo.*

AGRADECIMENTOS

Aprendi com Maria Bethânia a sentir o chão que piso e que não ando só, sou o pós-vida de meus pais, a escuta de minha irmã e a companhia de meus amigos. Com Bethânia, mais uma vez, aprendi por seus versos a “agradecer os amigos que fiz e que mantém a coragem de gostar de mim, apesar de mim”.

Por isso, este espaço é o mais discursivo dessa dissertação. Para longe da(s) teoria(s), é aqui que posso me mostrar ao oportunizar a leitura de minha trajetória enquanto sujeito-aluno, professor e, somado à todas essas categorias, também homossexual.

Descreveria a trajetória do mestrado como a noção freudiana de fantasia: um sonho acordado. Os “pesadelos”, por sua vez, também existiam, e projetavam-se nas dificuldades que incansavelmente surgiam, ora na escrita ora no processo desse nível de formação, que sofre com as retrógradas contingências de poder e afeta exponencialmente o trabalho de discentes, técnicos e docentes em todos os níveis da educação brasileira.

Embora esta pesquisa não tenha sido monetizada, agradeço às agências de fomento CAPES e CNPq, por oportunizarem outras vivências ao longo do mestrado e por financiarem o trabalho de meus colegas.

Não poderia começar a falar das pessoas que me guardaram essa trajetória, sem antes expressar a realização desse processo seletivo ao me conceder acesso ao campus da Universidade Federal da Grande Dourados, onde vivi experiências culturais que estão inscritas para sempre na minha história enquanto sujeito da diversidade.

Ao café da biblioteca, projeto institucional para uma economia solidária, preparado e acompanhado da humanidade da Lu. Para os dias mais amargos, que ela sabia que estava tendo apenas pelas nossas (entre)vistas, o açucarado café cremoso.

Agradeço ao laço de irmandade com a Aricelle Borges (a Tata). Lançar o olhar para o que foi outrora, olhar atravessado pelo ressentimento, nunca esteve indicado nos ensinamentos que nos formaram. À vida, Tata, não podemos deixar de atribuir significações, mesmo quando aparentemente elas nos fogem, há um sentido para isso. Aprendemos a lidar com essas pulsões que nos atravessaram ao longo da trajetória do mestrado ao darmos espaços para a linguagem significar em meio à nossa relação. Falar e ouvir são práticas mestres que a

dependem dos interlocutores beira a dádiva da compreensão. Lembraremos de compreender, em memória da Camila e do Nehme.

Aos meus companheiros de moradia, Antônio e Sidney, que me apresentaram o incomum de Dourados, agradeço pela permanente paciência de me ouvir. A escuta de vocês dois se traduz em um carinho de irmão.

Aos inseparáveis arianos, Dali e Pipe, agradeço-os pela pluralidade de disciplinas no campus da UFGD e por toda a vinícola que bebemos!

A Patrícia Nascimento, a verdadeira Paty, por todo o carinho e acolhimento de uma taurina fiel. Ah, e claro, por termos furado o *cd* do U2 nas idas e vindas da UFGD.

A Rejane Trindade, por não me deixar desistir em meio a tantas reviravoltas temporais, geográficas e econômicas. Por me aproximar do Luquinhas, o gêniozinho que temos orgulho a cada dia. Gratidão.

Ao meu paciente orientador, Marcos Lúcio, por todo o conhecimento e sabedoria compartilhados comigo. Com o Sr. aprendi a *sê* sujeito da minha história, para *sê* grande.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Washington Cesar Shoiti Nozu e Prof^a. Dr^a. Thayse Figueira Guimarães pelas contribuições substanciais à escrita e pensamento linguísticos dessa dissertação.

Por fim, agradeço meus antepassados e às leis universais que me levam a acreditar que somos todos um.

“A placa de censura no meu rosto diz: ‘não recomendado à sociedade’. A tarja de conforto no meu corpo diz: ‘não recomendado à sociedade’. Pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado! Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado”

(Caio Prado, – Não Recomendado)

MORALLES, Guilherme Rocha. *É verdade que nós somos tantos?: visibilidade, violência(s) e afirmação da(s) identidade(s) LGBT no Brasil*. 2019. 176f. Dissertação (Mestrado em Letras – Área de Concentração: Linguística e Transculturalidade). Programa de Pós-Graduação em Letras (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD), Dourados-MS, 2019.

RESUMO

Este trabalho analisa, enquanto *corpus*, recortes em temáticas de visibilidade, violência(s) e afirmação da comunidade LGBT que circularam nos periódicos alternativos ChanacomChana e Lampião da Esquina, nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil. O material de análise é constituído por enunciados dessas publicações temáticas do movimento homossexual e lésbico-feminista pautados nos dois periódicos homopolíticos citados, além de informações verbais dos editores do Lampião da Esquina, transcritas de seu documentário audiovisual lançado em 2016. De modo que construíssemos uma seleção de capas, manchetes e publicações, nosso critério de seleção seguiu o interesse pelas temáticas supracitadas, por isso, os recortes realizados não foram feitos com o objetivo de estabelecer uma cronologia dos acontecimentos, mas sim observá-los relacionados aos enunciados e o que deles se descolavam do cotidiano e da luta LGBT, inserindo-os em estruturas de saber-poder moralizantes e codificadoras de suas práticas culturais e prazeres. A partir de uma análise discursiva orientada pelas teorias de Michel Foucault (2014; 2015; 2017) e Judith Butler (2017), pudemos (de)mo(n)strar a tensa intersecção dos jornais analisados com as formas jurídicas e políticas em uma fase de ditaduras e exceções no Brasil contemporâneo (período marcadamente engendrado por uma política sexual, biologizante e ratificadora de performances de gênero), incitando-os a manifestar contradiscursos e outras formas de poder-saber descentradas de construções pré-discursivas sobre as identidades sexuais. Dessas temáticas incitadas pelos dispositivos da sexualidade, fez-se conhecer, portanto, o aparecimento e circulação de uma linguagem política LGBT e seus embates discursivos.

Palavras-chave: Discurso. Identidade. Gênero. História. Jornais LGBT.

ABSTRACT

As a *corpus*, this paper analyzes clippings on issues of visibility, violence(ies) and affirmation of the LGBT community that circulated in the alternative periodicals ChanacomChana and Lampião da Esquina, in the 1970s and 1980s in Brazil. The analysis material consists of statements from these thematic publications of the homosexual and lesbian-feminist movement based on the two homopolitical journals cited, in addition to verbal information from the editors of Lampião da Esquina, transcribed from their audiovisual documentary released in 2016. In order to build a selection of covers, headlines and publications, our selection criteria followed the interest in the aforementioned themes, so the cutouts were not made with the aim of establishing a chronology of events, but rather to observe them related to the statements and what was detached from them in everyday life and the LGBT struggle, inserting them into structures of moralizing knowledge-power and codifying their cultural practices and pleasures. From a discursive analysis guided by the theories of Michel Foucault and Judith Butler, we were able to (de)mo(n)strara the tense intersection of the analyzed newspapers with the legal and political forms in a phase of dictatorships and exceptions in contemporary Brazil (a period markedly engendered by a sexual, biological and gender performance ratifying policy), inciting them to manifest contradictions and other forms of power-know decentralised of pre-discursive constructions on sexual identities. It makes us aware, therefore, of the emergence and circulation of an LGBT political language.

Keywords: Discourse. Identity. Gender. History. LGBT Journals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mas qual é o crime de Celso Cúri?	28
Figura 2: As vozes em Lampião	30
Figura 3: “Chana, Chance, Chama”	30
Figura 4: Homossexualismo na classe operária.....	57
Figura 5: Consciência de classe.....	59
Figura 6: Cartas na mesa	69
Figura 7: Literatura e homorrepresentação em Lampião.....	70
Figura 8: Denúncias dos becos	71
Figura 9: “Menino não entra”	77
Figura 10: Informes de um boletim lésbico e coletivo	87
Figura 11: Chana com chana: uma outra sexualidade?	87
Figura 12: Lampião: um símbolo sexual?	110
Figura 13: Brasil do ano 2.000	121

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – “Principais características da primeira e segunda geração da imprensa feminista e suas diferenças”	85
Quadro 1 – “Descrição resumida do movimento homossexual brasileiro”	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Análise da Conversação

AD – Análise de Discurso

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FACALE – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras

FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul

GEL – Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo

GT – Grupo de Trabalho

LEGHI – Laboratório de Estudos de Gênero e História

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

LGBTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros

LGBTQI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexuais e outros (+).

NEEF – Núcleo de Estudos Estratégicos de Fronteira

NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral

PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PPGH/UFGD – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados

PPGL/UFGD - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados

PT - Partido dos Trabalhadores

SED/MS – Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	i
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I.....	35
O HOMOPOLÍTICO NAS MATERIALIDADES: LAMPIÃO DA ESQUINA E CHANACOMCHANA	35
1.1 Na historiografia: uma (des)construção de discursos.....	43
1.2 O pessoal como universal: os cortes feitos na História	53
CAPÍTULO II	62
EXPRESSÃO DE MEMÓRIA ORAL E ESCRITA: OS (ENTRE)DISCURSOS.....	62
2.1 Por uma linguagem feroz	71
2.2 Mulheres, feminismos e subversões identitárias na imprensa e na historiografia.....	79
2.4 O problema que fizeram sobre o gênero e a descentralização ontológica da identidade ..	94
2.5 As transformações da violência física em formas de repressão e duplo aparecimento do sujeito na linguagem LGBT.....	104
CAPÍTULO III.....	108
VISIBILIDADE, VIOLÊNCIA(S) E AFIRMAÇÃO EM LAMPIÃO DA ESQUINA E CHANACOMCHANA	108
3.1 Deslizamentos de sentido na identidade verbo-visual de <i>Lampião da Esquina</i> e <i>ChanacomChana</i>	109
3.2 Incitar falar, manifestar e viver as sexualidades: Foucault afasta-se de uma “hipótese repressiva” do sexo	114
3.3 Lampião da Esquina e ChanacomChana antecipam ou atualizam os discursos da sexualidade?	119
3.4 Censores, poderes e organizações da moral, dos bens e da família	121
3.5 Contra a ordem moral dos sexos	126
3.6 Violência moral.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
FONTES JORNALÍSTICAS	140
FONTES DIGITAIS	141
FONTES AUDIOVISUAIS	141
REFERÊNCIAS	143
ANEXO A – Breve histórico da Luta LGBTI+	150
ANEXO B – Resolução CFP N° 1, de 22 de março de 1999	153
ANEXO C – Reportagem Celso Curi	155
ANEXO D – Lampião da Esquina n° 0 (1978)	156

ANEXO E – Ensaio selvagens (edição extra, 2, 1978)	157
ANEXO F – Mulheres na redação (nº 3, 1978)	159
ANEXO G – Crimes sexuais (nº6, 1978).....	160
ANEXO H – Moral e bons costumes? (nº 9, 1979)	161
ANEXO I – Pautas feministas (nº 11, 1979).....	162
ANEXO J – A matança de homossexuais (nº 13, 1979)	163
ANEXO K – Crioulo não é gente... (nº 28, 1980).....	164
ANEXO L – Esquadrão mata-bicha (nº 25, 1980).....	166
ANEXO M – Lula, “homossexualismo” e feminismo na classe operária.....	167
ANEXO M – O abc do Lula.....	168
ANEXO N – “Bicha” deixou de ser ofensa I	169
ANEXO O – “Bicha” deixou de ser ofensa II.....	171
ANEXO P – Oito de março.....	172
ANEXO Q – Grupo Galf.....	173
ANEXO R – Stonewall brasileiro no Ferro’s bar.....	174

PRÓLOGO

Relacionar-se com a linguagem ocorre de forma subjetiva e investigativa. Isso porque compreendemos que os signos linguísticos não se reduzem aos seus próprios significados e carregam compromissos culturais, políticos e ideológicos. A esse aspecto da língua(gem), podemos chamar de ‘exterioridade’ e a ela os falantes estão ligados, de modo que modelam seu universo linguístico com sentidos que os permitem significar de uma forma, e não outra. As palavras e suas filiações ideológicas são, portanto, caras para as formações que envolvem o sujeito e os enunciados que circulam nas formas de discurso. A respeito dela, da instância discursiva, sob o viés intrincado com Michel Foucault, colocamos o discurso no lugar de observação de sua dispersão, das autorizações que interpelam pensamentos e dizeres. E por esse caminho entendemos que é possível que um sujeito se sinta estrangeiro às formas de significação circulantes na interação social que faz parte, no seio familiar, por exemplo. Categorias linguísticas nos envolvem, problemas que fizeram dessas categorias também nos afetam de alguma forma e, à medida que os sujeitos se propõem interrogações, inaugura-se um processo de autorreflexão. Os sujeitos pensam a respeito de si e dos papéis designados por outros, buscam compreender uma genealogia (da moral, da barbárie etc.) e propõem questões que nos interessam para o espaço discursivo nessa dissertação. Tais questões, a respeito da identidade, do gênero e da sexualidade dos sujeitos, estão aqui veiculadas pela vontade de saber sobre as práticas/relações sociais e as formas como se movimentam, afirmando-se, lutando contra a violência e pautando políticas de visibilidade. Em meio a esses jogos de poder em que o saber é uma instituição, entram em conflito formas de saber inclusivas e excludentes, motivadas por forças discursivas contrastantes, localizadas em uma ordem de discurso específica. E qual ordem de discurso é essa que autoriza dizer o que se diz? Ou ainda, por que é possível dizer assim?

Movido por essa vontade de saber, em 2013, ingressei no curso de Letras – Português/Inglês da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, *campus* de Três Lagoas I (CPTL I), há 333km de distância da minha cidade natal, Bauru – São Paulo. O meu acesso à universidade pública federal brasileira ocorreu via Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, uma forma de avaliação e censo escolar para alunos e instituições de ensino do país, que veio a ser conhecida durante a minha formação básica. Projetei, então, a possibilidade de ser aprovado em algum curso que me emancipasse intelectualmente. E assim aconteceu.

No percurso da graduação, fui bolsista em um projeto de pesquisa e extensão tutorado pelo Prof. Dr. Wagner Corsino Enedino. Esse mesmo projeto, intitulado "As personagens marginais no teatro brasileiro: gênero, etnias, minorias e suas configurações dramáticas", garantiu a minha permanência e alimentação durante o primeiro ano do curso, o que me fez compreender, pela primeira vez, o que eram as políticas públicas de incentivo à educação e qualidade de ensino/aprendizagem; além de aguçar minhas inquietações a respeito desses temas.

Nos anos que se seguiram, tive problemas familiares que me levaram a procurar um trabalho fora da universidade. Esses problemas estavam relacionados ao conhecimento de minha homossexualidade e primeiro relacionamento.

Após turnos de 12 horas como recepcionista bilíngue em um hotel de luxo, local em que aprendi muito sobre as disparidades entre classes estruturantes e estruturadas, seguia meu caminho para a UFMS driblando os contratempos que iam surgindo. Resistente e em busca de continuar no campo da pesquisa acadêmica, conheci a Prof^ª. Dr^ª. Vanessa Hagemeyer Burgo, estudiosa da Análise da Conversação (AC) e discípula das orientações do Prof. Dr. Paulo Tarso de Galembeck (*in memoriam*), importante pesquisador para a área. Na condição de voluntário, a Prof^ª. Vanessa me convidou para pesquisar em seu projeto aprovado para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Intitulado “Posições e Funções dos Marcadores Conversacionais em Inglês na interação verbal”, o projeto de pesquisa (2015-2016) me oportunizou trabalhar com os pressupostos teóricos dessa área ao transcrever e analisar entrevistas, as quais tinham protagonistas preferencialmente exilados políticos. Lembro-me de que conversava com minha orientadora sobre aspectos socioculturais ao analisar e transcrever as falas dos entrevistados, em uma tentativa de apreender questões ideológicas e históricas, que se aproximavam de outra área: a Análise de Discurso (AD) e a História Oral.

Ao término do projeto em AC, decidi que buscaria orientação para estudar a teoria da Análise de Discurso de perspectiva teórica francesa. Encontrei na receptividade das professoras doutoras Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento e Claudete Cameschi, estudiosas de discursos carcerários e indígenas, indicações de autoras que se dedicaram a arar o solo do campo de estudos discursivos nos anos 1980 no Brasil. Conheci, então, os primeiros

trabalhos de Eni Puccinelli Orlandi¹ (UNICAMP) e Maria do Rosário Gregolin² (UNESP – Araraquara), que trataram de fazer circular as discussões teóricas dos precursores dos estudos das discursividades, a saber, Michel Pêcheux (1938-1983) e Michel Foucault (1926-1984).

Comecei uma jornada em busca de lugares que estivessem discutindo e produzindo trabalhos sob essas orientações teóricas e metodológicas. A paixão pela AD ocorreu, de fato, em uma oportunidade de apresentação de trabalho no Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo – GEL/SP, sediado em 2015, 63ª edição, na Universidade de Campinas – UNICAMP. Nesse circuito de falas, ouvi sobre trabalhos incríveis a respeito da relação do sujeito com a exterioridade da língua(gem), podendo compreender outros processos de significação, em outras materialidades linguísticas.

No ano seguinte, compareci a mais uma edição (64ª) do GEL (2016), que foi sediado na Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara. Participei de dois minicursos que elenco como fundamentais para a minha tentativa de seguir estudos em nível de pós-graduação. O primeiro foi ministrado pela Prof^a. Dr^a. Luciane de Paula (UNESP), que discutiu trabalhos do Círculo de Bakhtin no Brasil e nos apresentou uma análise dialógica de discursos transmídia. O segundo, que formou um laço de carinho e orientações à distância, foi ministrado pelas professoras doutoras Dantielli Assumpção Garcia (USP – Ribeirão Preto) e Lucília Maria Abrahão e Sousa (USP – Ribeirão Preto). Intitulado “Discurso e sujeito: língua, ideologia e inconsciente”, Dantielli e Lucília apresentaram essas noções tão caras a estudiosos da linguagem e do discurso na década de 1960, entre eles, Michel Pêcheux.

Lembro-me de procurá-las após o término do minicurso para agradecer pelos ensinamentos e compartilhar algumas ideias que havia tido para escrever um projeto de mestrado. Elas ouviram, deram dicas e me convidaram para um outro evento na temática de memória, que ocorreria meses mais tarde. Aceitei o convite muito animado e fui conhecer o *campus* da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto (SP) para comparecer ao “1º Colóquio Discurso e Memória: efeitos de várias presenças”. Nessa oportunidade, acreditei no meu desejo de escrever sobre as relações da linguagem com a história e memória, pensando os espaços digitais na contemporaneidade.

Dessas noções nasceu o anteprojeto “Eu vi na tevê: um efeito tele-discursivo?”, no qual propus analisar os efeitos da televisão no discurso para as condições de produção do

¹ Uma das precursoras da AD no Brasil, Orlandi é conhecida na comunidade científica por suas inúmeras traduções das obras de Michel Pêcheux e pelas contribuições para os estudos desenvolvidos a partir de mobilidade acadêmica entre universidades da França e orientações, quando em vida, do próprio autor da disciplina.

² Presidente do Grupo de Estudos de Análise de Discurso – Araraquara/SP (GEADA).

enunciado “eu vi na tevê”, que apontava para acontecimentos não presenciados, mas sim assistidos, pelos sujeitos-espectadores. A partir disso, quis discutir as articulações dessas mídias tradicionais para “manutenção de memórias”, discursos e imaginários sociais, ao passo em que tentaria compreender deslocamentos desses sentidos no ciberespaço.

Em 2017, submetido o anteprojeto junto de minha inscrição para o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), vinculado à linha de pesquisa Linguística e Transculturalidade, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), segui o cronograma das etapas e fui aprovado em primeiro lugar no processo seletivo para vagas remanescentes. Com essa intenção de pesquisa, vinculei-me ao Prof. Dr. Marcos Lúcio de Sousa Góis, que acreditou nas discussões e hipóteses propostas na tessitura teórica do anteprojeto, tornando-se meu orientador. Estreitamos os laços acadêmicos à medida que íamos conversando sobre potenciais pesquisas com temáticas de violência discursiva. Assim, nos encontros mensais, no Núcleo de Estudos Estratégicos de Fronteira – NEEF³, aos sábados, eu e demais orientandos, ex-orientandos e estudiosos da teoria do discurso, compúnhamos o grupo de trabalho (GT) “Grupo TD: Discurso, Memória e Violência”, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Nesses encontros, líamos e discutíamos obras de Tzvetan Todorov, Michel Foucault e outros trabalhos de Jean-Jacques Courtine, autores que nos serviram de base para a pesquisa que viríamos a desenvolver. Assim, com os passar dos encontros de orientação e disciplinas ministradas no programa, questões em torno da sexualidade, do gênero e dos movimentos sociais ressoavam em meus interesses e em minhas trocas discursivas, ecos que não passaram despercebidos pelo meu orientador. Aos poucos, fomos esboçando propostas em torno da comunidade LGBT a partir de discursos disponíveis nas mídias, dado o número de assassinatos de homossexuais no Brasil colocar o país, ironicamente, como recordista em violência de ordem homofóbica.⁴

Nesse momento, distanciamos-nos do anteprojeto submetido para ingresso no programa e propomos outro para concorrer ao financiamento da Fundação de Apoio ao

³ Planejado desde 2013, mas instalado em 2015, o Núcleo de Estudos Estratégicos de Fronteira (NEEF) serve como infraestrutura de apoio a pesquisa para os programas de pós-graduação em Antropologia, Sociologia, História, Geografia, Psicologia, Letras e Educação. Trata-se de um subprojeto integrante do Projeto Institucional de Implantação de infraestrutura para o Desenvolvimento de Pesquisas e Estudos Estratégicos em Regiões de Fronteira, aprovado em 2008 e financiado pela FINEP. Disponível em:

<https://www.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-sociologia/nucleo-laboratorio-de-pesquisa>.

Acesso em: 22 de mar. de 2018.

⁴ Sobre os crimes de ordem homofóbica, o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil (2013, p. 5) explica que a homofobia “não se reduz à rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais, pois também é uma manifestação que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal”.

Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul – FUNDECT –, que continha o título “LGBT’S e Mato Grosso do Sul: para além do silenciamento midiático da identidade sexual e do Estado”. Embora não aprovado no processo seletivo, a proposta do projeto era discutir o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil (2013), elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, para além das estatísticas, e reforçar, por sua vez, o propósito da produção do referido material, que é priorizar a necessidade da denúncia, assim como analisar as narrativas midiáticas sul-mato-grossenses a respeito da violência LGBT que circulam em jornais do estado.

Dessa tentativa, decidimos que nossos objetivos teóricos se centrariam nesses aspectos da violência discursiva sobre sexualidade e gênero, o que nos conduziu a pesquisas e leituras no interior de temáticas da pauta do movimento homossexual no Brasil, questões políticas e reivindicações institucionais para a garantia de direitos e representatividade. Assim, o projeto depositado na secretaria do programa de pós-graduação em Letras da UFGD, como resultado dessas discussões ao longo dessa trajetória, recebeu o título de “Manifestações identitárias para a institucionalização da sigla LGBT no Brasil: desdobramentos históricos-discursivos (1978-2008)”. E continua contendo, portanto, o interesse pelas acontecimentalidades de uma linguagem LGBT para a história e para o discurso.

Desde a realização e cumprimento dos créditos das disciplinas do PPGL-UFGD, ocorridos durante o ano de 2017, passei por outros acontecimentos que se somam a questões que aqui se discutem. A saber, desde 2018 me encontro entre as tramas do discurso educacional e as aparelhagens do Estado em fazê-lo fidelizar às agendas a cumprir pelos regimentos escolares e dos gestores. Como professor de Língua Inglesa na Educação Básica, nível de Ensino Médio⁵, deparo-me com constantes ausências das práticas de ensino baseadas em uma pedagogia libertadora e emancipadora dos alunos e de suas relações enclausuradas com as instituições. Somadas à minha identidade enquanto jovem docente, apresentam-se antes de meu nome marcadores discursivos e gestos corporais que funcionam como indexes da diversidade a ser silenciada pela tentativa de homogeneização do espaço da Escola e das identidades dos alunos. Mesmo suportando um discurso em perspectivas teóricas que dão conta de fazer circular um Letramento Crítico para o ensino de línguas e a sua desestrangeirização para as tentativas de falantes não nativos por elas se significarem, os

⁵ Atuo na condição de professor contratado, carga de 31 horas/aula, na Rede Estadual de Ensino do município de Nova Andradina, MS.

materiais pedagógicos apagam a identidade do professor, limitando-o em suas práticas docentes e didáticas.

Portanto, somado ao trajeto acadêmico percorrido até aqui, a dialogicidade entre o aluno e o material pensado para além das automatizações do Livro Didático compactua com as proposições de Menezes de Souza (2011, s/n) a respeito da:

[...] acepção pós-crítica de letramento crítico, caracterizada pela *genealogia* (cf. Nietzsche; Foucault) e pelo processo de *se ouvir escutando* (cf. Paulo Freire), [em que se] torna importante o leitor/autor engajar-se num processo de conscientização de sua própria autogenealogia no ato de produzir um texto (tanto ler ou escrever).

A conscientização de sua própria autogenealogia a que se refere o autor, embasa uma proposta crítica de ensino, autorreflexiva e capaz de tornar o aluno protagonista de sua história, agente de suas práticas e produtor de novos letramentos. Embora essa prática de ensino ainda seja observada com restrições na escola em que atuo, todo material didático conduzido por esse viés se depara com tentativas de silenciamento ou mudança de paradigma. Investigação da prática didática transversal sob os efeitos de quem reza uma cartilha repressora? Se um dia essa pergunta conduzir outros trabalhos no futuro, eis então uma hipótese para tantas burocracias que, na prática, escondem-se atrás de agentes que nunca “aparecem” para explicar de onde surgiram, mas que mantem em suspenso, regulando e vigiando a todos que fugirem dessa ordem que deveria ser subentendida, quase como pré-discursiva às subjetividades do professor.

A saída é manter-se, conforme disse acima, entre as tramas, resistindo e aprendendo na e pela margem, sobretudo por nela também resistirem os sujeitos que buscam libertar-se e liberar-se dessas amarras que se encontram duplamente autorizadas, seja no seio familiar ou na extensão que a Escola fez dele. É, portanto, uma luta discursiva constante e que ainda se faz pelos murmúrios.

A criticidade que leva à interrogação de categorias universais, saberes e poderes conduz as discussões no decorrer dos próximos tópicos e subtópicos dessa dissertação. O leitor interessado em compreender percursos e dispersões de enunciados que não param de produzir sentidos a respeito da identidade e da sexualidade de sujeitos diversos, encontrará aspectos históricos que formaram coletivos de luta e resistência ao longo dos anos pós-ditadura no Brasil, ao que diz respeito à conquista de direitos iguais e liberdade de expressão dos gêneros e das sexualidades. Trata-se, portanto, de discussões com os pares acadêmicos sobre o que já se produziu em torno dessas temáticas e, sobretudo, uma interlocução a partir

de narrativas transcritas de fontes orais e escritas sobre as passagens do movimento de liberação e afirmação homossexual.

INTRODUÇÃO

Os indícios e os sinais apontados pela trajetória acadêmica até aqui me apresentaram aos recobrimentos das discussões sobre identidade e gênero que as teorias da filósofa Judith Butler ofereciam aos trabalhos de Michel Foucault, ambos emprestados como autoridades argumentativas para os atuais estudos em discurso, situados numa proposta metodológica inserida no campo da Análise do Discurso (AD). Por essa localização, tem-se o sentido reforçado de que o discurso não está fixado em um só campo, como o da Linguística, por exemplo, mas também que caminha ao lado das condições de sua produção, uma vez que nos possibilita pensar a *linguagem* não separada do sujeito e de sua inscrição na história, conforme os postulados de Michel Pêcheux, bem como pensar os sujeitos em uma tensa trama institucional de poderes e saberes, conforme contribuiu os estudos de Foucault.

Nesta conjuntura encontramos múltiplos caminhos de pesquisa devido à interdisciplinaridade com áreas das Ciências Humanas, como a Filosofia, a História das Mulheres e os Estudos de Gênero, as quais subsidiam e ampliam os horizontes para pensar na(s) Língua(gens) e seus entrelaçamentos com o simbólico, bem como a qualidade que os sujeitos atribuem a ele em um dado momento, sob determinada ordem, etc. Na abertura do campo discursivo, ao passo que Courtine se dedica aos estudos de uma antropologia histórica/semiológica do corpo, Jacques Guilhaumou se dedica a uma perspectiva analítica que caminha ao lado da história, da reflexividade do discurso e suas acontecimentalidades, dando continuidade, portanto, a uma proposta teórica e metodológica que interpela o analista em *historiador do discurso*.

Orientamos nossa incursão teórica a partir da leitura do trabalho *Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do Discurso no Brasil*, escrito pelos professores Carlos Piovezani e Vanice Sargentini, pesquisadores na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Ao focar a pesquisa científica realizada no Brasil, Piovezani e Sargentini (2016) movimentam os campos da Análise de Discurso em direção às urgências que essa área reconheceu para seu estudo. Sabemos que, enquanto disciplina, a AD se fortaleceu na virada

linguística⁶ do século XX, no momento em que os estudos linguísticos germinaram em meio às demandas das ciências humanas. Michel Pêcheux (1938-1983), na obra *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2008), relaciona essas demandas aos efeitos de uma ciência régia advinda do estruturalismo político, histórico e linguístico que recaíram sobre os gestos de leitura e análises de acontecimentos da relação do homem com o simbólico e o real da história.

O curso que a Linguística tomou após o interesse por aspectos humanísticos das demais ciências coincide, conforme observa Pêcheux (2008, p. 47), “com a recepção dos trabalhos de Lacan, Barthes, Derrida e Foucault no domínio anglo-saxão, tanto na Inglaterra quanto na Alemanha, assim como nos EUA”. Essa reorganização de quadros teóricos entre as décadas de 1960 e 1980 ressoou de outra forma na geografia e história política e linguística da América Latina, que ainda se mantinha afeita aos pressupostos teóricos e metodológicos do estruturalismo. Assim, a respeito desse cenário, Piovezani e Sargentini (2016) pontuam as permanências e rupturas que a ressignificação das áreas sociais proporcionou à pesquisa científica brasileira, que seguia quase que estritamente pressupostos teóricos cunhados alhures. No caso da Análise de Discurso, uma ciência com um passado escasso de produção e discussão no Brasil.

É dessa vontade de readaptação da teoria discursiva que um outro gesto metodológico surge, não novo, porém adequado às necessidades linguísticas de um país plural em assuntos culturais, sociais e históricos. São essas necessidades dos materiais coletados, ou seja, outras epistemologias, ora a respeito do estudo das línguas indígenas ora a respeito das formas de linguagem atreladas a modos de se fazer política no Brasil, que as instituições e os grupos de trabalho centraram suas produções acadêmicas. Desse mirante, os pesquisadores brasileiros⁷

⁶ Foi um fenômeno ao longo da década de 1960, na França, que conduziu outra análise da língua e sua interação social. Para fora de seu sistema linguístico, postulado pelo paradoxo observador de Saussure, que privilegiava a língua em detrimento da fala; vemos a exterioridade, as questões sociais, históricas e subjetivas que atravessam o falante e suas formas de significação oral ou escrita adentrarem os estudos linguísticos, inaugurando outras teorias de análise, como a discursiva (semântica) e a conversacional (pragmática). Ocorre, portanto, a incursão desses estudos ao convocar saberes de outras ciências sociais, o que chamamos de “virada/viragem” linguística.

⁷ Para citar alguns, em solo brasileiro encontramos uma seleta de importantes pesquisadores e grupos de trabalho interessados pelas discursividades urbanas, digitais, humorísticas; sendo eles: Prof. Dr. Marcos Barbai (UNICAMP), Prof^ª. Dra. Maria do Rosário Gregolin (UNESP), Prof. Dr. Sírio Possenti (UNICAMP) entre outros.

reconhecem seus gestos e deslocam essa pretensão francesa de falar pelas massas, tentativa que Michel Pêcheux atribuiu como infeliz e ineficaz.

Desse lugar de infelicidade Pêcheux arduamente (re)escreve seus últimos trabalhos, refazendo e rearticulando suas propostas teóricas em torno de uma disciplina que está em busca de se enxergar entrelaçada às idiossincrasias dos sujeitos, constituídas no fazer e refazer de suas práticas. Conforme autores contemporâneos de Pêcheux apontam, como Dominique Maingueneau, Jacques Guilhaumou, Jean-Jacques Courtine e Patrick Charaudeau, houve certo deslocamento de campo nos estudos históricos e filosóficos em torno do sujeito ao passo que Pêcheux e seu grupo desmembraram-se em gerações. O sentido para esse deslocamento está ainda hoje atrelado a formas de trabalho com a disciplina discursiva, em que vemos grupos de estudiosos dedicando-se aos avanços da teoria pecheuxtiana, outros debruçados sobre metodologias que colocam o autor em certo ostracismo e aqueles que propõem pesquisas discutindo pontos de encontro entre vanguardistas da área.

Convocamos o que aprendemos com o retorno de Pêcheux aos escritos iniciais de sua teoria, ao deixar ser visto, como podemos observar pela leitura ontológica de seus escritos, fazendo uma descrição das dispersões da teoria, chegando ao ato fundador da busca que não cessa de resultar questões que não nos estacionem em interpretações, para anunciar, como um último suspiro, que “há coisas a saber”, pois não há segurança para o sujeito dizer que sabe do que fala, visto que o que dizemos é parte de um processo de significação exterior ao próprio enunciado. Nesse sentido, aproximando-nos de nosso projeto de pesquisa, questionamos: o que está no exterior de discursos de visibilidade, afirmação e identidade de um grupo específico? O que se dizia sobre *lésbicas, gueis, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros*⁸ a ponto de tornar tais sujeitos alvos de violências? Sinônimos de “degeneração moral”?

Assim, ao passo que tantas perguntas surgiam para nortear os caminhos dessa pesquisa, algumas preocupações com os significantes e significados pertencentes à literatura

⁸ Como integrante do coletivo LGBT, amplio e reafirmo o compromisso com a representatividade da letra “T”, ao pautar a presença de Travestis e Transexuais. A circulação de um acrônimo como “LGBTTT” ou “LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersex e outrxs)” ainda são reivindicações verbalizadas em plenárias para posteriormente compor textos-base de futuros projetos de políticas públicas em nosso país.

dos estudos de sexualidade e gênero requeriam embasamentos atualizados. Em relação ao uso da sigla LGBT, por exemplo, optamos por essa forma de apresentação do acrônimo em toda a escrita dessa dissertação, justificando tal uso pela definição do Dicionário Crítico de Gênero (2019)⁹, dado que:

no Brasil, esta sequência foi adotada a partir de deliberação dos integrantes de ONGs afiliadas à ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros -, ocorrida em Brasília, durante a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT's, em junho de 2008” (RODRIGUES, 2019, p. 448).

Além desse material, outros termos colocados em circulação nessa dissertação foram emprestados do Manual de Comunicação LGBTI+ (2018)¹⁰, proposto pela Aliança Nacional LGBTI, o Grupo Dignidade e a rede GayLatino. Não de forma aleatória tivemos acesso a esses materiais de apoio, visto que adentramos em perspectivas contemporâneas das expressões sociais e afetivas da homocultura.

Pelas orientações e inquietações de nossas leituras, a vontade de saber do nosso trabalho filia-se às contribuições de Michel Foucault e de Judith Butler, estudiosos dos desdobramentos da sexualidade, das instituições do saber e do gênero. A partir dessa orientação teórica, ao depararmos com problematizações em torno de práticas discursivas que anunciavam saberes e suas ramificações compromissadas em garantir uma orientação e identidade sexual heteronormativa sobre gênero e sexualidade dissidentes, encontramos raízes dessa luta de forças centrípetas na inscrição da linguagem homossexual enquanto pauta para a circulação e afirmação do movimento e cultura guei no Brasil na ditadura militar (1964-

⁹ Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi, ambos professores da UFGD, são os organizadores do Dicionário Crítico de Gênero. Prefaceado por Michelle Perrot, a publicação é recente, 2019, e reúne trabalhos de inúmeros pesquisadores a respeito de gênero, sexualidades e movimentos sociais. Optamos pela utilização desse material por nele conter discussões embasadas na bibliografia que encampa nossa orientação teórica e metodológica, motivo pelo qual nos preocupamos com a coerência de definição dos indexes identitários, temáticos e sociais.

¹⁰ Os usos dos signos linguísticos são caros às comunidades da diversidade sexual que carecem de formas de tratamento respeitosa e igualitária de acordo com suas condições de existência. Por esse motivo, de modo que classificações e seus entendimentos a partir da escrita dos coletivos LGBT no Brasil fossem circuladas de forma correta entre pessoas, estudantes e comunicadores midiáticos, houve a necessidade de produzir o manual como um documento de orientação.

1985¹¹) até hoje, localização que nos provocou analisar as discursividades da comunidade LGBT em torno de temáticas relacionadas à visibilidade, à(s) violência(s) e afirmação das expressões identitárias categorizadas como desviantes no interior de um regime de poder político e sexual instrumentalizado por leis morais, opressoras e coercitivas.

Desses lugares enclausurados em que a linguagem está sempre inquieta, refazendo-se para conseguir circular mesmo que sob outra roupagem, observamos o seguinte caso de imprensa que se tornou parte da peça de um processo jurídico direcionado ao jornalista homossexual Celso Cúri, escritor durante a década de 1970 na Coluna do Meio¹², e que nos apresentou o periódico *Lampião da Esquina* e os primeiros movimentos de mulheres em busca de um espaço de fala midiático lésbico e feminista, denominado *ChanacomChana*. A seguir, trecho da publicação a respeito do processo contra Cúri no jornal *Lampião*, em abril de 1978:

¹¹ “A eleição de Tancredo marcou o rompimento de quase 21 anos de regime militar no país, a partir de 31 de março de 1964. A chapa de Tancredo e Sarney, a Aliança Democrática, foi formada após a derrota no Congresso, em abril de 1984, da emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para presidente da República.” Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/145544-ELEICAO-INDIRETA-DE-1985-MARCOU-O-FIM-DA-DITADURA-MILITAR.html>>. Acesso em: 10 de abr. de 2018.

¹² Coluna do jornal *Última Hora*, que circulou periodicamente no Brasil durante quarenta anos (1951-1991).

Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Cúri?

Colunista mais lido da Última Hora de São Paulo, responsável direto pelo aumento de vendagem do jornal, Celso Curi, o rapaz da "Coluna do Meio", foi demitido em novembro de 1977 sob o pretexto de "contenção de despesas". A demissão, na verdade, era apenas mais uma etapa da campanha contra o jornalista que ousou transformar em assunto diário do jornal um tema até então considerado tabu: o homossexualismo. Por causa disso ele também foi incurso no Art. 17 da Lei de Imprensa — "ofender a moral e os bons costumes" — e, processado, poderá ser condenado a um ano de prisão.

"O Papa diz que é pecado. Os anjos não dizem amém." (Celso Curi)

Figura 1: Mas qual é o crime de Celso Cúri?¹³

A motivação do processo, além de outras questões que remanescem sem respostas se não as de ordem preconceituosas, foi legalizado pela Lei de Imprensa¹⁴ (Lei. N.º 5.250, de 14 de março de 1967), artigo 17, que enquadrou a forma de linguagem veiculada por Cúri como *um atentado à moral e aos bons costumes da época*. A forma de linguagem que Cúri utilizava em sua coluna chamou atenção dos mais ortodoxos, que questionaram a seriedade do jornal *Última Hora*. No arquivo do processo, o recorte da matéria que o escritor publicou sobre a cidade do Rio de Janeiro e a efervescência cultural, os pontos de encontro nas praias e outros espaços, descreve o Rio como uma "cidade ma-ra-vi-lhooso-a!".¹⁵ O conselho editorial demitiu Cúri alegando corte de gastos e outros interesses de assunto para o veículo. Em

¹³ Fonte: LAMPIÃO, n.º 0, abril/1978.

¹⁴ "Criada durante o regime militar instalado no país após o movimento de 31 de março, a Lei de Imprensa tinha o objetivo de regular os vários aspectos concernentes ao tema. Contudo, sempre competiram com ela, também legislando com força sobre a imprensa, diversos dispositivos constitucionais, atos institucionais e até a Lei de Segurança Nacional". Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-imprensa>>. Acesso em: 10 de abr. de 2018.

¹⁵ "Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Cúri?". *Lampião da Esquina*, n. 0, abril de 1978, p. 5.

seguida, deu-se início ao inquérito respaldado na referida lei e que o impossibilitou de integrar outros editorais.

Sobre o caso de Celso Cúri, encontramos uma reportagem a respeito dessa perseguição jurídica no jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), periódico que estampou as bancas brasileiras em seguimento de produção alternativa, porém, o primeiro em nível nacional e de temática homossexual. Dado o seu grande número de leitores, ora adquirindo os exemplares às escondidas ora repassando aos mais curiosos, *Lampião* foi se tornando um referencial das experiências da vida guei para fora do gueto, uma vez que um veículo intitulado homossexual estampou as bancas de jornal do país.

As edições, conforme observamos em nossas análises, destacam o movimento de contracultura organizado por coletivos politizados em torno de pautas afirmativas de sua existência e liberdade de afeto. Denúncias, cartas, entrevistas e ensaios compõem o tecido discursivo, dando forma ao desejo de potência pela identificação com a diversidade sexual, questão que se manifesta pela carta de um leitor do *Lampião* e que compõe o nosso título: *é verdade que nós somos tantos?*¹⁶

Ao nos depararmos com outros casos parecidos e motivados pelas mesmas questões que identificavam um coletivo de homens e mulheres homossexuais, sendo por essa via executada formas de silenciamento e interdições das práticas e discursividades dessa população, elegemos como material de análise alguns recortes em matérias e chamadas do jornal *Lampião da Esquina*, que se tornou o porta-voz das minorias (negros, mulheres, indígenas, outras) e um entrave para a pauta do proletariado, tida na época pelos movimentos sociais de esquerda como a “luta maior”:

¹⁶ "eu jamais poderia imaginar que existem clubes, bares, cinemas, saunas, hotéis, etc, especialmente para os homossexuais e isso eu descobri através de você, meu salvador" (*Um leitor: caríssimo amigo, você é meu salvador. LAMPIÃO, nº 0, abril de 1978*).

Para isso, estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados — dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão! abaixo os quetos e o sistema (disfarçado) de párias.

Figura 2: As vozes em Lampião¹⁷

Somado a essas e outras tensões discursivas, apresentamos o boletim, pensado e fundado por mulheres, lésbicas e feministas, a partir da busca por um espaço de fala que as emancipassem na imprensa, nas relações de e entre gêneros e que pautasse discussões sobre sexualidade, emancipação feminina e liberdade de expressão, vindo a se denominar *ChanacomChana* (1980-1989):



Figura 3: "Chana, Chance, Chama"¹⁸

¹⁷ Fonte: LAMPIÃO, nº 0, abril/1978.

Nesse boletim, veremos que tamanha movimentação de uma base formada por mulheres ocorreu para romper com a agenda da esquerda brasileira, a qual insistia que o feminismo e suas pautas eram separatistas. Por isso, nossos referenciais teóricos contribuem para o dizer de que nunca se pode falar de feminismo no singular¹⁹, uma vez que suas manifestações ocorrem à medida que as mulheres rompem com certos paradigmas da história e das relações sociais asseguradas em suprimir suas atuações. Conforme exploramos adiante, a atuação de mulheres em busca de seus direitos e equiparações é plural, e inauguram orientações teóricas e políticas feministas diversas na luta contra o patriarcado, que é o inimigo comum.

Aos poucos, tanto a necessidade de uma identidade linguística como pauta para a extensão do corpo LGBT e sua circulação a partir das formas de jornais/boletins, quanto as ações do movimento feminista para romper com uma dupla militância (os direitos femininos entre classes), vemos ambos os acontecimentos inseridos em um processo histórico em que o estigma dessas duas populações gera a constituição do campo simbólico de cada reivindicação política, assim como os processos de identidade-identificação, para as respectivas causas, conforme nossas leituras em Bourdieu (2009) e Stuart Hall (2006).

Portanto, dessas proposições que se apresentam a partir dos fundamentos da disciplina discursiva e das inquietações colocadas pelas significações dos sujeitos LGBT na luta por manifestar livremente suas formas culturais e afetivas, as necessidades de orientação teórica colocam nosso trabalho com o discurso ao lado da História, dos estudos sobre o gênero e a sexualidade. O critério de seleção para os recortes²⁰ realizados nos jornais seguiu as temáticas de visibilidade, violência(s) e afirmação das formas de cultura da comunidade LGBT, tendo como objetivo geral construir uma narrativa arquegenealógica da desmoralização do movimento de afirmação homossexual brasileiro, entre as décadas de 1970 e 80, no interior

¹⁸ Fonte: CHANACOMCHANA, n. 1, jan./1981.

¹⁹ De acordo com a Prof^a. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro, no Dicionário Crítico de Gênero (2019, p. 251-254), o verbete *feminismo-feminismos* é definido como um “fenômeno social, cultural que assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam. [...] Sugere-se o uso do termo no plural – feminismos – para se dar a ler e conhecer o conjunto diverso de experiências e acepções possíveis que remetem ao enunciado”.

²⁰ Por “recorte”, reproduzimos trechos de matérias, entrevistas, partes da diagramação e imagens. Ao final dessa dissertação, nos anexos, encontram-se disponibilizadas integralmente a chamada ou seção na qual os recortes foram feitos.

dos jornais *Lampião da Esquina* (1979-1981) e *ChanacomChana* (1980-1989), porque neles se encontram as linguagens da comunidade homossexual e suas relações com uma exterioridade compromissada em fazer circular a cultura guei e as pautas lesbo-feministas no Brasil.

Neste sentido, embasamos nossa análise em perspectivas discursivas e historiográficas para pensar os níveis dos enunciados circulados nos jornais, trabalhando a linguagem homossexual no nível discursivo, dado que, para as contribuições da proposta metodológica da *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault (2008), este não deixa de ser um gesto de escritura. Essa proposta, portanto, orientou a construção do seguinte quadro teórico para análise discursiva e documental dos veículos que propomos: Bourdieu (2009); Butler (2017); Hall (2006); Foucault (2000; 2002; 2008; 2014; 2015); Sabemos, portanto, que as discussões propostas por estes (e outros) autores subsidiam nossa metodologia, pois estão compromissados com os caminhos interdisciplinares estabelecidos entre fontes, história e discurso.

Por esse viés teórico, metodológico e de inquietações humanas, essa dissertação está dividida em três capítulos de modo que o leitor possa compreender o fio semântico que conduz uma perspectiva de análise discursiva, documental e histórica. Assim, o primeiro capítulo dessa dissertação, intitulado “O homopolítico nas materialidades: Lampião da Esquina e ChanacomChana”, organiza os trabalhos acadêmicos já produzidos sobre os jornais citados e os relaciona às oralidades que transcrevemos²¹ de materiais audiovisuais e entrevistas realizadas por oralistas²² do Núcleo de estudos em História Oral – NEHO / USP,

²¹ A respeito das transcrições realizadas, de forma que a reprodução textual dos arquivos orais fosse contemplada na íntegra, seguimos as orientações dadas por Gaskell (2002), que se encontra nas referências bibliográficas. As normas de referência seguem a NBR 6023 que prevê o trabalho com materiais orais, tratando-os como ‘documentos sonoros no todo’.

²² Em entrevista concedida a Bruno Leal, do sítio Café História, o Prof. Leandro Seawright (UFGD) corrobora para o seguinte entendimento da categoria “oralista”: “Você me perguntou se somente os historiadores podem fazer História Oral. Curiosamente, alguns pesquisadores estrangeiros e brasileiros se utilizam da autodesignação “historiador oral”. É consenso não somente no NEHO/USP de que, então, seria estranho designar pesquisadores de outras searas, por exemplo, de “filósofo oral”, “pedagogo oral”, “sociólogo oral”, “psicólogo oral” somente porque trabalham com a História Oral – seja como metodologia, seja como disciplina. Na verdade, nós preferimos a utilização do termo oralista para designar quantos trabalhem com História Oral, sejam historiadores, filósofos, pedagogos, sociólogos, psicólogos – entre outros. Há bons trabalhos de História Oral nas diferentes áreas de estudos no Brasil. Significa que a História Oral é realidade dentro e fora dos departamentos

de forma que pudemos tecer um cruzamento de informações a partir de lugares de memória na escrita e narrativa de cada pesquisador sobre os jornais e também seus membros compositores, metodologia que é justificada a partir da discussão feita pela Escola dos Annales e o percurso que se seguiu até a consolidação de um grupo de historiadores comprometidos com uma perspectiva sociocultural da escrita da História.

Desse trabalho com as informações orais, apresentamos os indícios político-ideológicos de uma linguagem homossexual que viria a ser uma das pautas do movimento de liberação homossexual no Brasil, e, a partir de uma discussão historiográfica a respeito dos efeitos de uma apresentação e inscrição dos sujeitos marginalizados nas formas de narrar os acontecimentos, a busca por entender os fenômenos de liberação e afirmação da identidade LGBT.

O segundo capítulo, intitulado “Expressão de memória oral e escrita: os (entre)discursos”, localiza a discussão em torno dessa linguagem e seus compromissos com a exterioridade, discutindo, então, o porquê de se constituir um dizer dessa ordem de discurso, e não de outra. Além disso, introduz as discussões fundamentadas pelas contribuições teóricas de Michel Foucault e Judith Butler aos estudos de discurso e gênero, ora para localizarem os compromissos culturais que a noção de gênero comporta para cada época da sociedade ora para localizar que a partir de tais noções uma subversão da categoria – mulher – e a identidade feminina construída pela cristalização de um discurso machista sacudiou as bases epistemológicas a partir das pautas e reivindicações linguísticas do movimento feminista no âmbito global.

Essas discussões, portanto, fundamentam a narrativa construída a partir dos periódicos jornalísticos recortados nessa dissertação, que se movimentou a partir do que se descolou da linguagem enquanto outra pauta do movimento de liberação homossexual no Brasil.

A respeito das matérias, chamadas e notas apresentadas, o processo de escrita contemplou a textualização dessas fontes, bem como a apresentação de recortes, de forma a conduzir a interpretação pela análise foucaultiana do funcionamento dos contradiscursos e os

de História das universidades brasileiras”. Disponível em: < <https://www.cafehistoria.com.br/historia-oral-entrevista/>>. Acesso em: 15 de abr. de 2018.

regimes de poder ao qual subvertem códigos morais, identidades pré-construídas, papéis de gênero e etc.

Portanto, ao tecermos narrativas construídas pela análise da dispersão dos enunciados encontrados nas fontes orais e escritas, a proposta do terceiro capítulo é (de)mo(n)strar as discursividades engendradas por outras práticas de poder-saber relacionadas à visibilidade, afirmação e violência LGBT nas fontes citadas. Sob o pano de fundo histórico, período em que o Brasil era governado por um Estado totalitário, fascista e repressor, os periódicos *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana* sofriam perseguições pelas sanções da Lei de Imprensa, contudo, os efeitos dessa patrulha política incitavam a produção de contradiscursos, novas formas de linguagem e indexes sociais. Assim, são movimentados enunciados que significam para o discurso da afirmação (*Lampião da Esquina*) e emancipação (*ChanacomChana*) em torno da(s) identidade(s) e coletivos de LGBT's na luta por desmoralizá-la, começando pelas especificidades linguísticas dessa comunidade enquanto manifestação discursiva incitada a produzir formas de saber, dialetos, condutas e práticas culturais do movimento homossexual e lésbico-feminista em ascensão no Brasil.

Interessa-nos, então, discutir as representações imbuídas de política, ideologia e história, as quais nos convidam a trocar olhares e enxergar os sujeitos LGBT's, sobretudo para conhecer as formas de se mostrar, entendendo, por sua vez, os motivos de serem vistos, o que querem significar, bem como os lugares que lutam para se incluírem, e os quais querem ser excluídos, uma vez que essas inserções e exclusões não preexistem ao discurso, como nos orienta Foucault e Butler, mas, sim, são construídos por ele.

CAPÍTULO I

O HOMOPOLÍTICO NAS MATERIALIDADES: LAMPIÃO DA ESQUINA E CHANACOMCHANA

Inicialmente, queríamos entender os desdobramentos da identidade homossexual para a composição da sigla LGBT no Brasil. Sabíamos de acontecimentos históricos²³ no interior das lutas do movimento de liberação homossexual e de significativa interferência das discussões e pautas internacionais deslocadas das primeiras reivindicações por políticas de liberdade e seguridade de homossexuais, como a possibilidade de marchar nas ruas de Amsterdam, Nova Iorque e São Francisco já nas décadas de 1940, 1960 e 1970, sobretudo, após o fenômeno de grande visibilidade midiática da intervenção violenta por policiais americanos no bar *Stonewall Inn*, em 28 de junho de 1969²⁴.

Um dos referidos reflexos internacionais em relação à forma de representar parte da comunidade homossexual foi a circulação da sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) no Brasil, posteriormente questionada sobre a categoria de *simpatizante* e reorganizada em 1998 em torno da necessidade de representar também bissexuais e travestis, originando o acrônimo GLBT. Só em 2008, durante a “1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais”²⁵, é que o acrônimo se reorganizou novamente sob a importante reivindicação do movimento feminista a respeito da visibilidade da letra “L” vir à frente da letra “G”, dadas as motivações de violência por orientação sexual também se ligarem à suas performances de gênero, compreendido pelo movimento para além do binarismo masculino/feminino.

²³ Uma breve linha cronológica a respeito da luta LGBT pode ser encontrada nos anexos desse trabalho.

²⁴ A data que ficou conhecida como “O dia do orgulho LGBT” e é celebrada anualmente ao redor do mundo, tornando-se marco de referência histórica à luta do movimento de afirmação homossexual. Em 2019, completamos meio século de conquistas advindas dessa revolta.

²⁵ O texto base da conferência encontra-se disponível para download no site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). No Documento, constam atas e cadernos das propostas elegíveis para votação em sessão organizada no formato de plenária. Ainda, é possível ler os discursos transcritos durante cada espaço de fala dos delegados que se candidataram a propor alterações nas políticas de representatividade e reconhecimento de direitos da comunidade GLBT. Por fim, uma das mais significativas contribuições da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais foi a reorganização da sigla GLBT, que passou a representar a população lésbica na frente da população gay, apresentando-se na morfologia de Estado que conhecemos como LGBT. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/lgbt>>. Acesso em 10/04/2018.

A partir da dissertação de mestrado do Prof. Neil Franco (2009), conseguimos visualizar um panorama das inscrições do movimento homossexual brasileiro em nossa história, bem como as referidas manifestações das identidades LGBT para a institucionalização da sigla. Por isso, optamos por reproduzir o quadro de Franco:

Quadro 1- Descrição Resumida do Movimento Homossexual Brasileiro

Anos 60	- Organização entre homossexuais masculinos para socialização.
Anos 70	- Primeiras formas de organização política entre homossexuais masculinos. - Criação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).
1979	- Grupo Somos anuncia sua existência em debate na USP.
1980	- Criação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista.
1980/1992	- Realização de seis edições do Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO).
1993	- Realização do VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. - Realização do I Encontro Nacional de Travestis. - Criação do Festival de Cinema GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes).
1995	- Realização do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. - Realização do I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS. - O movimento torna-se Movimento de Gays e Lésbicas (MGL).
1997	- Realização do IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. - Realização do II Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS.
1998	- Adequando-se ao movimento internacional, adota-se a sigla GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros – Travestis e Transexuais).
2008	- Realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT. - Mudança da sigla para LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Fonte: (FRANCO, 2009, p. 67)

Ao longo de nossas leituras e os caminhos que se convergiam para cada artigo, dissertações e teses lidas, encontramos o trabalho da Silvia Aguião (2016)²⁶, que se dedicou aos estudos em torno das reivindicações políticas da comunidade homossexual de forma análoga aos processos de criação e recriação de morfologias de Estado, reforçando o argumento: “Não somos um simples conjunto de letrinhas”. Assim, a autora ajudou-nos a entender que o acrônimo é uma linguagem e, por assim ser, está compromissada com uma exterioridade que se encontra na gênese das discussões do movimento gay, lésbico, bissexual e transexual no Brasil:

²⁶ Pesquisadora associada do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ) e do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS/UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

A argumentação segue a perspectiva de que a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) recobre uma espécie de “coletividade imaginada”, parafraseando Benedict Anderson (2008)²⁷, produto e produtora de diversos feixes de relações sociais que perpassam políticas de governo, movimentos sociais, a produção acadêmico-científica sobre o tema e os seus idiomas específicos como, por exemplo, o dos direitos humanos (AGUIÃO, 2016, p. 282).

Por “idiomas específicos”, compreendemos as idiossincrasias da comunidade LGBT, uma vez que suas demandas perpassam questões inerentes às identidades de cada sujeito representado no acrônimo. Ao encontro dessa discussão em torno da organização representativa das identidades sexuais, o trabalho “A crítica da noção de identidade e atualizações contemporâneas da estética da existência: feminismo(s), movimentos LGBT e política *queer*²⁸”, da Prof^a. Maria Rita de Assis César, traz enquanto preocupação teórica alguns incômodos de Foucault a respeito da criticidade que se perde dos sujeitos ao se submeterem ao campo político de poderes-saberes (como é a esfera jurídica) normalizadores e centrados na geografia das identidades sexuais, colocando-as ao centro e à margem da *heteronormatividade*. De acordo com os professores Gilmaro Nogueira e Leandro Colling, que trataram de definir os verbetes *heterossexualidade compulsória* e *heteronormatividade* no Dicionário Crítico de Gênero, estas noções fazem alusão à uma forma de política sexual, pois:

Enquanto na heterossexualidade compulsória todos os sujeitos devem ser heterossexuais para serem considerados normais, na heteronormatividade todos os sujeitos devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham eles práticas sexuais heterossexuais ou não. Com isso entendemos que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza a vida das pessoas (NOGUEIRA; COLLING, 2019, p. 390-394).

Sempre à margem da heteronormatividade, segundo o argumento da autora, a movimentação de projetos de lei criados a partir da escuta do Governo Federal atesta a existência de identidades necessitadas de medidas protetivas específicas. A esse papel de consultor para o Estado, revela-se um sistema que supõe saber sobre tais sujeitos da diversidade sexual, sendo esse “suposto saber” a raiz do problema da instituição que pensa e

²⁷ Ver em ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008 [1983].

²⁸ Nos trabalhos de Butler (2017), Spargo (2006) e Salih (2015)

conduz a biopolítica, produzindo identidades no interior dessa lógica. O perigo, conforme lemos em Butler (2017), trata-se da tentativa de ilusionar os sujeitos com a ideia de que a normatividade do sexo e do gênero são conceituações engendradas em um campo pré-discursivo.

Ao contrário do que se descola das suposições sobre a diversidade de sujeitos:

no presente, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersex constituem-se como grupos estabelecidos em razão do compartilhamento da ideia de identidade, entendida como essência comum, destino biológico ou direcionamento do desejo (CÉSAR, 2016, p. 142).

A respeito desses vários compartilhamentos de ideias a respeito da identidade, com Hall (2016) começamos a entender que suas produções são resultadas do declínio da noção de “sujeito unificado” antes atrelada aos estudos sociais até meados do século XX, delimitação temporal chamada de modernidade tardia. A crise da identidade, ou o processo de interrogação a respeito de si mesmo em relação ao outro, inaugura questões que descentralizam conceitos dados como “registros” do tempo e do cotidiano dos sujeitos:

as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2006, p. 12).

Suscitado por essa afirmação de Hall²⁹, veremos em outros capítulos que estudos propostos por feministas inglesas no decorrer dos séculos XVIII e XIX questionaram a gênese atribuída ao papéis de gênero, suscitando debates e transformações que levam a entender, hoje, o gênero como uma identidade não restrita ao sexo biológico, mas como uma expressão que sujeitos tomam para si, masculina, feminina ou agênero, para se apresentarem socialmente. Abala-se, portanto, a estrutura fixa e rígida que engendrava práticas de comportamento específicas para um sujeito x ou y.

²⁹ Para o autor, “o feminismo questionou a noção de que homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a "humanidade", substituindo-a pela questão da diferença sexual” (2006, p.46).

A autora enfatiza que as identidades e as suas formas linguísticas de representação política para a afirmação da existência de sujeitos e a garantia de seus direitos específicos ocorre por processos dinâmicos no interior da diversidade sexual que compõe os coletivos. No entanto, a prerrogativa dessa movimentação deve tratar de transformações sociais substantivas, de formas afirmativas da cultura e da prática dessa diversidade de ser.

Através desse campo teórico, poderemos compreender como os processos do movimento LGBT deslocaram as práticas de assunção³⁰ e liberação das homossexualidades para uma lógica da afirmação das múltiplas formas de relação e identidades descentradas da orientação sexual dos sujeitos. Lógica em que Hall se encontrou nos trabalhos de Foucault ao pensar a descentralização do sujeito, seu deslocamento, mas agora estanque às formas de poder-saber que policiam, patrulham e disciplinam as expressões afetivas, sexuais e de gênero dissidentes. Como, nesse sentido, sujeitos movimentam-se em coletivos para afirmar sua existência e circular suas práticas de liberdade?

A partir dessa questão, começamos a observar nosso *corpus* (as fontes de informação e os jornais homopolíticos) deslocado para essa pesquisa. Sobre essas fontes, o acervo integral do Jornal *Lampião da Esquina* foi digitalizado e disponibilizado pelo Grupo Identidade³¹, totalizando 38 edições incluindo a de número zero (edição experimental e de circulação restrita). As publicações do *ChanacomChana* não se encontram integralmente disponibilizadas em formato digital, sendo possível encontrar algumas edições³² e outros fragmentos em trabalhos acadêmicos, quando em referência aos acervos de memória e cultura brasileira, como a *Hemeroteca Digital Leila Miccolis*, do Acervo Bajubá³³ e no acervo online do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento (CISGES)³⁴.

³⁰ No campo jurídico, o verbete “assunção” é definido como ato de revelar ou assumir, seja um crime, uma dívida ou culpa.

³¹ “Foi fundado em 1992 em Curitiba, sendo pioneiro no Paraná por ser o primeiro grupo organizado no estado a atuar na área da promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (LGBTI+). Foi a primeira organização LGBTI+ no Brasil a receber o título de Utilidade Pública Federal, por decreto presidencial em 05 de maio de 1997, e sua atuação sempre ocorreu tanto no nível local como no âmbito nacional”. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/grupo-dignidade-historia/>>. Acesso em: 15 de ago. de 2018.

³² Encontramos digitalizados os doze primeiros números do boletim ChanacomChana.

³³ “Em 2010, iniciamos um projeto de constituição de um acervo voltado para preservação, salvaguarda e instigação historiográfica da arte, memória e cultura LGBT brasileiras. Passamos a nos dedicar a tarefa de aquisição de obras de arte, livros, periódicos, LPs e CDs produzidos por lésbicas, guesis, bissexuais, travestis e

A respeito da leitura e compreensão da dimensão desses materiais, além do estudo de uma metodologia que a justificasse, realizamos recortes na periodicidade em que estes jornais foram publicados de modo que construíssemos uma seleção de capas, manchetes e publicações que organizassem uma materialidade discursiva compromissada com os assuntos políticos e culturais do movimento, ressaltando a linguagem e suas formas de dizer na tensa relação de resistência no interior do mesmo viés de luta democrática conduzidas em meio a posicionamentos políticos de esquerda.

Marcamos o tempo ao passo em que a história nele se faz presente para observar os indícios da participação humana nesses processos históricos³⁵ (cf. BLOCH, 2001; BRAUDEL, 2005). Neste sentido, interessa-nos os enunciados em curso, ou, melhor dizendo, os discursos circulados com a linguagem homossexual a respeito dos acontecimentos do movimento LGBT no período ditatorial, partindo deles outras irrupções discursivas. Portanto, o recorte temporal seguiu o mesmo período dos recortes realizados nas publicações dos jornais, sem o objetivo de colocá-lo sob uma cronologia dos fatos dado que trabalharemos com a transcrição³⁶ de narrativas coletadas em materiais audiovisuais, construindo, assim, o trabalho de tessitura do que se descola do discurso ao lado da História, abrindo para a dimensão de enunciados que não se encerram no acontecimento e nem se estagnam no arquivo:

[...] o arquivo não é um simples material de onde se extraem fatos de maneira referencial; ele participa sobretudo de um *gesto de leitura* no qual se atualizam as configurações significantes, os dispositivos de significações de enunciados

transexuais brasileiras, ou que tematizem a diversidade sexual e a pluralidade de expressões de gênero no Brasil. Com investimento unicamente particular – a partir de nossa parceria amorosa, estética, companheira e política –, contabilizamos no início de 2017 dois mil e quinhentos itens – ainda sem catalogação técnica. A construção desse acervo pessoal, ligada a uma vocação colecionista, nos permitiu começar a engendrar uma história subalterna, uma historiografia que se faz aos modos dos trapos bordados por Leonilson, inscrevendo narrativas pessoais-políticas-amorosas desde fragmentos”. Disponível em: <<http://acervobajuba.com.br/institucional/>>. Acesso em: 15 de ago. de 2018.

³⁴ Ver em: <<https://cisges.com/fontes/chanacomchana/>>.

³⁵ A respeito do entendimento que fazemos de *processos históricos*, recorremos ao historiador Fernand Braudel (2005). O autor se dedicou a deixar escritos que ressignificassem a concepção de tempo em *processo*, como sinônimo para uma análise de *longa duração* das acontecimentalidades na História. A crítica, por sua vez, recai sobre o estruturalismo de Lévi-Strauss que colocava a História em uma cronologia separada das rupturas e permanências. Para melhor compreensão da crítica de Braudel em Lévi-Strauss, ver a referência de Rodrigues (2009).

³⁶ Metodologia adotada pelo Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea – CPDOC.

atestados. Aliás, o arquivo de uma época não é nunca descritível em sua totalidade, ele se dá a ler por fragmentos: sua descrição é sempre aberta, ainda que a frase historiográfica se esforce em fechá-lo (GUILHAUMOU, 2009, p. 125).

Na continuidade de coletar materiais, fontes e constituir outros arquivos, tivemos acesso ao recente documentário de nome homônimo do primeiro³⁷ jornal homossexual brasileiro: *Lampião da Esquina*. Produzido pelo Doctela e coproduzido pelo Canal Brasil, a filmagem é de 2016 e recebeu a direção de Lívia Perez. Um pouco mais de 80 minutos reúne narrativas do conselho editorial do jornal, incluindo o renomado escritor Aguinaldo Silva (na época, editor-chefe desse periódico) e o jornalista-ativista João Silvério Trevisan³⁸ (colaborador no jornal), além de outros dos 11 colaboradores assumidamente homossexuais já naquele período. Transcrevemos do documentário algumas falas centradas na organização do movimento de homossexuais antes e depois da publicação do *Lampião*. A relevância de tais narrativas é a possibilidade de recuperar acontecimentos a partir da oralidade e dos lugares de memória de cada informante no material audiovisual, considerado como fonte para fomentar as diretrizes de nossa pesquisa.

Além do documentário, transcrevemos algumas falas da minissérie³⁹ produzida pela Tv USP, disponibilizada pelo Canal USP, no *Youtube*. O material apresenta quatro vídeos a respeito do início do movimento homossexual brasileiro. O segundo vídeo a respeito das resistências das homossexualidades no período da ditadura militar trata das mídias alternativas, e é assim intitulado: “[LGBTs no Regime Militar] – As mídias alternativas”⁴⁰.

³⁷ Sobre essa afirmação, é importante ressaltar que se trata do primeiro jornal homossexual brasileiro de circulação em nível nacional, e não local ou restrito às capitais em que eram produzidos, como outros periódicos de temática homossexual que circularam já na década de 1960 no Brasil. Sobre essas outras fontes, é possível encontrar uma excelente antologia na tese de Quinalha (2017).

³⁸ Escritor de inúmeros trabalhos e livros sobre o movimento homossexual no Brasil, as origens ainda no Brasil Colônia e, principalmente, durante o regime da ditadura, o qual vivenciou e resistiu.

³⁹ Em quatro episódios com menos de seis minutos cada, *LGBTs no Regime Militar* está baseado na tese de doutorado do professor Renan Quinalha, *Contra a Moral e os Bons Costumes: a Política Sexual da Ditadura Brasileira (1964-1988)*, defendida no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP em 2017. A produção reconstitui aspectos pouco conhecidos do Movimento LGBT, como a primeira passeata contra a repressão aos gays, ocorrida em São Paulo, em 1980, ainda durante a ditadura militar, e os primeiros órgãos de comunicação de grupos ligados a essa causa, como os jornais *Lampião da Esquina*, que circulou entre 1978 e 1981, e *Chanacomchana*, que existiu de 1981 a 1987. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/video-sobre-lgbts-no-regime-militar-e-premiado-no-festival-aruanda/>>. Acesso em: 10 de out. de 2018.

⁴⁰ Publicado em 13 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FmfbxmVMVmM>>. Acesso em: 13 de out. de 2018.

Nele, encontramos referência ao trabalho do Renan Honório Quinalha (2017), *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*, em que há um capítulo dedicado ao jornal *Lampião da Esquina*, no qual trata de manchetes e suas relações com as leis e políticas de repressão, silenciamento e construção de imaginários a respeito de sexualidades ‘transgressoras’.

Esta mesma minissérie também faz referência à dissertação de mestrado de Elizabeth P. Cardoso (USP), intitulada *Imprensa feminista brasileira pós 1974*. Nesse trabalho, Cardoso (2004) discutiu como o movimento de mulheres projetou uma imprensa alternativa, perpassando fases e discussões primeiramente submetidas à agenda da luta de classes e, por conseguinte, às reivindicações a partir das discussões sobre feminismos e gênero. A resistência às categorias e discursos dos homossexuais homens também aparecem como um dos fatores que levou as mulheres a reivindicarem direitos linguísticos no interior do próprio movimento, dadas as falas e discursos que as marginaliza(va)m por errôneas acepções da comunidade guei em torno de orientação sexual e gênero, fato que observamos ter fundado o espaço de fala *ChanacomChana*.

Sobre o “movimento homossexual” ou “movimento de liberação homossexual”, percebemos suas questões, pautas e reivindicações sendo abordadas com uma linguagem própria da comunidade LGBT nestes veículos jornalísticos. Tal linguagem, portanto, era a fonte para uma mídia alternativa em relação às que circulavam no interior de uma ordem discursiva vigente da época, de ditaduras heterossexistas⁴¹ alinhadas aos bens da família, moral e bons costumes, garantidas e praticadas na Lei de Imprensa (Lei. n.º 5.250, de 14 de março de 1967), que penalizava os ditos desvios desses padrões consagrados por setores da sociedade e governo.

Em torno das práticas do discurso da heterossexualidade é que encontramos os desvendamentos propostos por Judith Butler (2017) ao trabalhar os regimes em que se insere para fazê-la circular como algo compulsório, a ser seguido ou, até mesmo, ser vestido sobre o

⁴¹ A respeito do entendimento sobre *heterossexismo*, emprestamos a definição de Borrihlo (2010, p. 30), que nos diz: "a ordem (chamada "natural") dos sexos determina uma ordem social em que o feminino deve ser complementar do masculino pelo viés de sua subordinação psicológica e cultural. O sexismo define-se, desde então, como a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere à vida doméstica”.

sujeito. Além disso, as problematizações em torno das noções de gênero são necessárias para mostrar outras práticas sexistas na linguagem do movimento e da comunidade homossexual, uma vez que pudemos colocar ditos em relação a não-ditos que nos ofereceram regiões repletas de embates discursivos nos espaços e nos sentidos engendrados pelo enunciado, suas intrigas e divisões.

Assim, no interior destes discursos que se desdobram em tantos outros no poder-saber da sexualidade e dos direitos de exercê-la para além do próprio sexo ou gênero, buscamos compreendê-los em seus meios de significação e circulação a partir de gestos de leitura conduzidos pela análise dos compromissos culturais atestados nos enunciados da materialidade discursiva, dado que, para as contribuições da proposta metodológica da arqueologia do saber de Michel Foucault, esta linguagem não deixa de ser um gesto de escritura.

1.1 Na historiografia: uma (des)construção de discursos

Por essas e outras noções de inscrição dos sujeitos na história, nossa metodologia de trabalho com as materialidades discursivas se insere também no campo da historiografia, quando buscamos tratá-las na qualidade de fonte e documento a partir da visão da terceira geração da Escola dos Annales, pensada por Bloch e Febvre entre os anos de 1920-1960, período em que se consolidou as metodologias para uma História Social.

O sentido de documento refere-se àquilo que é, de certa forma, autorizado por alguma instituição e que está submetido a uma ordem, a uma chancela. O sentido de fonte, por sua vez, trata daquilo que escapa a esse regime de autoridade, no entanto, recebe igual tratamento sendo preferível para certas pesquisas no campo da oralidade e da escrita da história de comunidades historicamente marginalizadas, conferindo autenticidade pelo olhar e pelo campo metodológico no qual se insere o historiador.

Conforme as discussões de Bauer e Gertz (2015) a respeito das *Fontes sensíveis da história recente*, a noção de arquivo no período da ditadura não oferece a condição de acesso para as camadas populares na relação hierárquica conduzida pela soberania militar. Neste

sentido, os departamentos de polícia e os demais escritórios dos gabinetes de poder produziam e confinavam registros, boletins e confissões extraídas das investigações, “pois através dos dados armazenados em arquivos militares e policiais, orientavam-se as operações repressivas” (BAUER; GERTZ, 2015, p. 175). Portanto, sob o poder da informação, executava-se a sua destruição, o seu apagamento e, frequentemente, coerções. Nota-se que os periódicos *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana* não se configuram como arquivos editados pelos regimes de repressão militar, pois historicamente se inserem no período de abertura e redemocratização política do Brasil, no entanto, perseguições eram frequentes devido a publicação de denúncias e formulações discursivas contrárias as políticas sexuais asseguradas por tais regimes.

Assim, as produções alternativas resultam da possibilidade de um momento histórico: a abertura e a redemocratização do país. E de sobre tal passado-recente indagarem e resistirem, constituindo-se em fonte de pesquisa e reparação histórica das retaliações e resquícios de práticas da ditadura sobre a comunidade LGBT ainda hoje.

No artigo “A homossexualidade nas páginas do Lampião da Esquina”, Carlos Jordan Lapa Alves (2015) descreve o jornal como um meio de politização da comunidade geui no Brasil e de pautas reivindicatórias da (r)existência em meio a uma sociedade reducionista da diversidade sexual e de gênero.

O autor discute uma das nossas justificativas ao escolher trabalhar com o conceito de fonte, e não o de documento, que advém de uma posição teórica que revisitou a metodologia da História. Nossa leitura de *Apologia da História: ou o ofício de historiador*, de March Bloch (2001), tornou possível entender a tese proposta ao repensar o trabalho com os documentos oficiais e os sentidos que deles se desprendiam para a escrita de uma “História Oficial”, assim conhecida pelo estatuto de ‘verdade’ conferido aos documentos submetidos às orientações epistemológicas do século XIX.

Bloch entende a história como uma problematização a ser feita pelo historiador, que se encarregará de pesquisar, procurar materiais, encontrar os sujeitos e seus lugares dentro do que se propôs narrar sobre. Essa problematização se dá por meio de um método que chamou ‘regressivo’, dado que para o autor passado e presente são um *continuum*, e tais

questionamentos do aqui/agora⁴² resultam em anseios por discussões ao que é anterior a estes marcadores temporais atuais, sem, contudo, descartá-los, para que a História seja (re)inscrita.

O que há é a defesa da tese a favor de uma História Social, por isso o sentido de apologia, dado que a história por ela mesma se extinguiria por se prender ao “imperialismo dos documentos”, conforme a crítica de Jacques Le Goff ao positivismo do fazer histórico no século XIX e ao próprio historiador que nele se insere, posto que “isolado, nenhum especialista nunca compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos” (LE GOFF, 2001, p. 26).

Ao longo das disciplinas cumpridas no programa de pós-graduação em Letras da UFGD, especificamente a disciplina “Literatura e História: fronteiras”, discutiu-se brevemente a relação de ambas as áreas sob as noções da Escola dos Annales, pensando as noções de narrativa e discurso histórico. Trazemos essas reflexões aqui para endossar a discussão de como a ânsia por uma nova historiografia encampa diferentes campos do saber e, por assim dizer, como o cotidiano dos sujeitos na história reclamam direitos e políticas.

Ocorre que uma discussão em torno da narrativa literária e histórica se torna pertinente para fundamentar e situar a escrita dos recortes temáticos realizado nos jornais analisados ao longo do terceiro capítulo. Portanto, tratamos de discorrer a respeito dos procedimentos de apresentação e representação que se entrecruzaram com a análise discursiva, que é também histórica ao se dispersar em enunciados, saberes e práticas. Para o trabalho com a disciplina discursiva, vemos que outras disciplinas críticas, como a epistemologia científica do feminismo, questiona o lugar de quem coloca-se na ação de representar algo, as condições para isso e os compromissos vinculados a esse trabalho simbólico com a linguagem. Vai-se dando indícios, pela análise discursiva, de um efeito de algo representado, apontando para uma posição política e histórica.

Margareth Rago em sua obra *Epistemologia feminista, Gênero e História* (1998) apresenta as bases fundadoras para um projeto feminista de ciência. Sua tese, juntamente da

⁴² Na obra *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, François Hartog (2015) discute as formas de organização do passado, presente e futuro como método para o historiador-sujeito de seu tempo, inquieto com as exacerbações do presente que tende a passar despercebido pelas ânsias do passado e previsões futuras. Trata-se de uma reflexão não demasiada sobre uma temporalidade específica, embora estejam no tempo presente as lacunas/brechas a serem preenchidas pela História.

leitura e microanálise histórica de Michelle Perrot, é a de que o processo de interrogação do passado pode ser no feminino, mas o método, não. De tal modo, a crítica manifesta pelos questionamentos aos olhares de historiadores homens pautam o reconhecimento de que a figura feminina tornou-se subsumida em relação aos fazeres ditos masculinos e superiores às funções ditas femininas. Sobre esse desvelamento crítico a respeito do olhar e da construção suprimida das mulheres, observa-se o problema a que vimos discorrendo sobre a “representação”, dado que tal ação de representar passa pelas formações ideológicas (que impõe uma forma de pensar) e pelas formações discursivas (que impõe uma forma de dizer) dos historiadores, sendo essa condição de produção uma forma de saber atreladas aos domínios da ciência histórica e o seu registro social. Dessa forma: a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta, de outro lado, Michel Foucault. Este questiona radicalmente as representações que orientavam o conhecimento científico. É, portanto, na condição de produção de um contradiscurso embasado pelo conjunto de saberes do movimento feminista que se inaugura um campo epistemológico para os debates, lutas e outras ciências.

Trata-se, nesse sentido, de um trabalho arqueogenalógico com a tessitura discursiva a respeito de acontecimentalidades de um passado-recente, resguardado de resquícios do século XIX, da hipocrisia sexual suplantada na Era Vitoriana e reatualizada pela nascente classe média no Brasil do século XX e XXI.

Pela dimensão em que nos inserimos com o trabalho com fontes, dentre os vários sentidos e conceitos que se apresentam no termo "história", escolhemos a interpretação: "a narração dos acontecimentos, ações, fatos ou particularidades relativas a um determinado assunto" (CLÍMACO, 2014, p. 21), para falarmos, a princípio, da relação deste trabalho com a construção da narrativa literária. Sabemos que, em Literatura o ‘como’ se diz precede aquilo que quer ser dito ao leitor literário. Este ‘como’, não entendido de forma pragmática, é o ponto de partida para compreender os elementos que compõem uma narrativa, sobretudo para que possamos não dicotomizar estas duas disciplinas que atuam conjuntamente. Falamos, portanto, de formas de construção que se diferenciam para contar algo ou sobre algo.

Dito isso, é preciso antes discorrer sobre questões que ainda remanescem da história da literatura, as quais podemos citar a ficção, a ficcionalização e a historiografia, termos que repercutem nas defesas a respeito do que é uma, do que é outra.

Se pensarmos no prefixo ‘meta’, por exemplo, e aglutiná-lo com outro vocábulo, temos o sentido de recursividade no interior de uma área. O que aqui é dito, a partir do uso dos signos, constitui-se em um trabalho de metalinguagem. Ou seja, usar da linguagem para falar da própria linguagem. Mas, e se falarmos de meta-história? Ou, ainda, em metaficção? Talvez metaficção historiográfica? Somos instados a pensar que a história pela história não nos significa o necessário para questões mais transversais. E que, da mesma forma, a ficção pela ficção inexistente sem o trabalho com a realidade, a qual é indispensável para o que se faz em literatura.

Caminhamos para entender a relação da História com a Literatura a partir da tarefa que ambos os agentes dessas duas disciplinas estão deparados a realizar: apresentar e representar algum acontecimento no mundo e que faz referência/sentido ao que quer se ver materializado na linguagem.

Outro autor que se dedicou a estudar a História enquanto narrativa é Hyden White. Ao analisar a escrita da história, em *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*, White trata da subestrutura *meta-histórica* para além de um sentido desvalorizado, embora os filósofos e os historiadores do século XIX a desconsiderassem. Dito de outro modo, é por essa subestrutura que as múltiplas formas de prover sentidos (e não explicações) são possíveis na tensa relação entre discurso histórico e narrativa historiográfica. Assim, propõe “estabelecer os elementos inconfundivelmente poéticos presentes na historiografia e na filosofia da história em qualquer época que tenham sido postos em prática” (WHITE, 1902, p. 13).

Desse campo Histórico e Literário em que White escreve, postula que a meta-história está numa relação de oposição com o pensar/fazer histórico do período vigente. Analisa a estrutura da historiografia a partir do arranjo e organização dos dados históricos coletados pelo historiador, sendo no *nível da organização* em que a consciência e imaginação histórica se apresentam, denominando-os de *elementos pré-figurativos* dispostos no solo linguístico.

Portanto, o trabalho com a historiografia, ou seja, com a escrita da história e suas formas de registro, está a favor de narrar fatos sem a intenção de inventá-los ou, melhor

dizendo, sem a pretensão de narrá-los sob outro viés, se não o do discurso histórico. Este, conforme nos explica Seligmann-Silva (2003), filia-se à verossimilhança, que se destaca do trabalho construído com as fontes, documentos e outros artefatos de memória. Verossimilhança que, perpassada por questões de autoria, pode ser questionada pela forma como é reconstruída, a depender de qual lugar na história se enuncia. Este mesmo trabalho de autoria, seja ele para o ofício do historiador ou para a liberdade do literato, carrega marcas de subjetividade que se manifestam na escrita do sujeito que narra algo, ou sobre algo. E é aí que percebemos que escrever ficção é um ato intencional, que parte de um imaginário pré-construído pelo o que está próximo da realidade.

Nas vias da História, o sentido de realidade é o que está diluído no presente dos acontecimentos, e que convida o apreciador atento às acontecimentalidades a encontrar vestígios no passado. Relacionamos a história das mulheres nesta questão da narrativa histórica e da narrativa literária. Não estamos falando de um trabalho que "ligue os pontos", estamos assumindo a noção de que a neutralidade não existe, uma vez que, para a história, por exemplo, o silenciamento das mulheres é uma denúncia aos próprios historiadores de épocas passadas, e também de tempo presente, que, em seu contato com as fontes, desviaram o olhar das práticas femininas no cotidiano, no político e no simbólico. Nesse sentido, os sujeitos na história estão afeitos ao olhar diverso e plural de historiadores que escrevem sob orientação de outras epistemologias. Portanto, quanto ao sentido plural das mulheres na história, compactuamos com o argumento da historiadora Mary Del Priore:

A história de nossas mulheres é também aquela de loucas, de prostitutas, de homossexuais, de anarquistas, de rebeldes cujos papéis sociais continuam a contrariar o ideal feminino que lhes é cobrado pela sociedade em que vivem (DEL PRIORE, 2001, p. 84).

São de questões latentes como essa, a da necessidade de oportunizar a leitura de outras fontes que carregam as vozes e os gestos outrora negligenciados, que a elasticidade de discursos procura tipos de texto para se materializar. Mais uma vez, lembramos as especificidades que compõem o trabalho com a narrativa, seja ela histórica, literária, ou o entrelaçamento de ambas.

Todos estes elementos são configuradores para o entendimento da metaficção historiográfica, uma vez que concordamos com Hutcheon (1991) a respeito do hibridismo dos gêneros do discurso para que se possa dar lugar a uma discussão que questione a dicotomização de História e Literatura. Neste sentido, o argumento de Hutcheon é que "a metaficção historiográfica procura desmarginalizar o literário por meio do confronto com o histórico, e o faz, tanto em termo temático como formais" (1991, p. 145). Assim, entendemos que não há supremacia de um sobre o outro, pois o fato histórico não pertence a ninguém, mas sim ao discurso que por ele é construído.

Estas reflexões a respeito da relação da Literatura com a História nos fazem pensar o trabalho envolvido com a construção da narrativa e seus caminhos para se dizer, a partir do mirante da AD, o que se diz de uma forma, e não de outra. Esta escolha, portanto, retoma inquietações que estão na base das discussões a respeito dos ofícios desempenhados no interior de cada disciplina, tendo encontrado um solo fértil nos Estudos de Discurso. Por isso, todos esses trabalhos de áreas afins envolvem elementos basilares para as condições de produção e de sustento das materialidades discursivas em análise, haja vista que para isso a história dos sujeitos é convidada a falar com eles, ou, a partir de um trabalho político-ideológico que queira visibilizá-los, dar-lhes lugar no discurso.

A partir dessa discussão, entendemos que os gestos do historiador, assim como os gestos do analista/historiador do discurso, são movimentos que vão ao encontro de inscrever a memória na história sob orientação teórica e metodológica ao menos parcialmente próprias.

O nosso trabalho com as fontes homopolíticas *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana* também se encarregou de trazer os discursos dos sujeitos homossexuais no período de abertura política no Brasil ditatorial, sob a justificativa de fazer circular outras análises desses discursos que resistiam às práticas de repressão e de clausura. A leitura de Achard (2015) nos orientou a pensar que:

um texto dado trabalha através de sua circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única (ACHARD, 2015, p. 17).

Sobre as questões que são colocadas à memória, Achard (2015) discute a “memória e produção discursiva de sentido”, e sobre a observação que levantamos a respeito do trabalho com as variadas materialidades de discurso, o autor propõe que não há uma diferença radical entre analista de discurso e sujeito histórico, mas sim um deslocamento constitutivo para o trabalho do analista. Assim entendemos que analisar um discurso é se colocar em uma posição enunciativa que é também a de um sujeito histórico, dado que o discurso produzido dentro de suas condições e sustentações enunciativas torna-se objeto de retomada para o trabalho do analista, dando lugar para este questionar as tramas que o envolvem, o sujeito e o sujeito na história. Dito isso, vamos observando que a tese do autor critica o que um dia nos foi apresentado como *evento-limite*, ou seja, o limite de acontecimentos, como se esgotassem outras práticas de interpretação sobre o fato, sobre o que ainda há de se saber.

O questionamento feito ao “limite”, entendido como um dado/fato esgotado em si mesmo, é o que inaugurou outras epistemologias de estudo, de análise para o fazer histórico. Aos poucos, conforme vamos retornando às nossas materialidades, compreendemos as identidades submergidas em discursos de evento-limite, uma vez que não recebem cuidados específicos no tratamento de seus temas, recaindo em generalizações do imaginário social burguês. Em relação ao movimento político de LGBT nos jornais *Lampião* e *ChanacomChana*, tanto entre seus editores e colaboradores quanto nos grupos de afirmação que neles se destacaram, estão marcados em seus discursos a saída de outros periódicos e editoriais devido aos usos e abusos da escrita inflamada a respeito da diversidade sexual, constantemente ferindo direitos humanos, propagando discursos de ódio e atualizando dispositivos linguísticos para violentar a homossexualidade.

Quando trazemos narrativas orais dos integrantes e editores do *Lampião da Esquina*, trabalhamos a possibilidade desses sujeitos participarem desta pesquisa como fonte de informação para construir e contextualizar a nossa análise. Sobre essa possibilidade de participação, encontramos no trabalho de Seligmann-Silva (2003) a discussão sobre a importância do testemunho e seus lugares de memória para a construção da narrativa histórica. O capítulo “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento”. encontra-se juntamente da coletânea de textos que organizam a obra *História, memória e literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*, de Seligmann-Silva (2003). Trabalhos que, considerada a

identidade desse professor-pesquisador, discorrem a respeito da narrativa do trauma e de suas formas de ganhar curso na linguagem.

A respeito da linguagem e sua constituição como objeto de trabalho para oralistas, a reflexão feita por Seligmann, e que contribui para a relação da abertura do campo histórico com os Estudos de Discurso, trata do convite que é feito ao trabalho da memória inscrever-se ao trabalho da historiografia, considerando, para isso, o testemunho do sujeito, sua subjetividade e o duplo vínculo que a lembrança tem com o esquecimento. Sobre essa, observamos que ela se localiza no século XX e que tais trabalhos que a envolveram trataram de pluralizá-la:

[...] os anos 1980 viram o desabrochar de uma grande onda: a da memória. Com seu *alter ego*, mais visível e tangível, o patrimônio: a ser protegido, repertoriado, valorizado, mas também repensado. Construíram memoriais, fez-se a renovação e a multiplicação de museus, grandes e pequenos. Um público comum preocupado ou curioso pelas genealogias, pôs-se a frequentar os arquivos. As pessoas passaram a interessar-se pela memória dos lugares, e um historiador, Pierre Nora, propôs em 1984 o “lugar de memória” (HARTOG, 2015, p. 24).

A defesa metodológica que se faz da revisitação da historiografia do século XIX e XX está intimamente ligada aos trabalhos do filósofo e ensaísta judeu-alemão Walter Benjamin. A partir das orientações de Benjamin, compreendemos que a história não pode ser recuperada em sua totalidade, sendo esse desejo uma ilusão herdada do historicismo teorizado ainda no século XIX denotando o que Yosef Yerushalmi (1988) chamou de hipertrofia da história. Ainda na esteira da desconstrução do objetivismo pela autenticidade do passado, a busca por uma verdade absoluta é desacreditada a partir da aproximação de Benjamin, e logo, de Seligmann, aos pressupostos teóricos da Escola Filosófica Alemã postulados por Nietzsche (1988) e é com este autor que se assume a ideia de que a verdade se encontra no esquecimento, e não mais na própria verdade.

Ao leitor atento das discussões de Seligman-Silva fica estabelecido, a partir das citações de Vidal-Naquet (1987) e Friedlander (1992), que História e Memória não devem ser trabalhadas de forma estanque, ou tampouco dicotomizada, pois, se pensarmos (e pensamos) a pluralidade da memória, concebemos que esta pode recuperar acontecimentos esquecidos nos registros da história. Todavia, o que antes não dito passível de esquecimento, haja vista o

incessante trabalho de (tentar) arquivar todos os registros, agora reclama ao historiador reconhecer o imperativo da moral ao que Benjamin (1972) e Halbwachs (1990) prescrevem de nova ética e estética da historiografia, elementos que recriminam qualquer trabalho de revisionismo e negacionismo histórico. Para os autores, essa ordem moral trata de interrogar a posição social do historiador e seu compromisso com a expressão coletiva da memória, da oralidade, da escuta e das (entre)vistas com os sujeitos.

Por conseguinte, Seligmann-Silva (2003) atribui o sentido político ao trabalho de imaginação que compõe, ainda, a escrita da História, sobretudo, por sua preocupação com a recursividade do apagamento e silenciamento já constituintes dos ‘eventos-limite’, uma vez que passa pelo eixo da memória seletiva de quem os conta, assim como pelos lugares sociais e ideológicos que ocupam. Exposto isto, aterrissamos no ponto central a que se debruça o autor: o método da apresentação enquanto construção a partir do presente. Em outras palavras, o que se diz é que, assim como a história, a memória é uma construção.

Sobre esse panorama, o autor reafirma a imagem do historiador catador de trapos, conforme propõe Benjamin, haja vista o seu crítico olhar a respeito da não neutralidade da história, sobretudo para com os eventos traumáticos de nossa humanidade.

Apreendemos, portanto, que há uma metodologia do fazer histórico que cita o sujeito, e, logo, convida-o a testemunhar. Assim, a possibilidade de contar outras histórias parte do ato do historiador questionar os fenômenos-limite, as categorias universais e o sentido de totalidade diluídos nas formas de representação das narrativas já existentes, e que a discussão sobre um tema é ininterrupta, pois, sobre o que se construiu também se esqueceu, cabendo entrecruzar enunciados de uma outra possibilidade de ‘verdade’/versão.

A respeito dessa travessia teórica pelo campo da História feita nesta dissertação, o que se destaca com maior facilidade, por se tratar de algo simples, porém não simplório, é a fala de Vidal Naquet (citado por SILVA, 2003, p. 68), que afirma não existir um sujeito desinteressado no seu tema. É neste convite à autoria de sua própria história, ou da tentativa de fazer dessa, a narrativa de representação de outros, que se manifesta o político no cotidiano e nas relações de saber-poder no espaço-tempo de sujeitos da diversidade.

1.2 O pessoal como universal: os cortes feitos na História

Para que pudéssemos seguir com a escrita de nosso trabalho a partir da leitura e análise das fontes supracitadas, foi também necessário compreender os reflexos dos processos históricos em torno da escrita da História do século XIX e XX, períodos conhecidos por privilegiar uma corrente estrutural e oficial da história, a qual tratava os documentos produzidos pelo homem como verdade absoluta. Sobre este aspecto, o historiador Jacques Le Goff (2013) contribui com a crítica que fundamentou a partir das leituras de Walter Benjamin a respeito dos ‘monumentos de verdade’. Por isso, quando falamos a respeito das fontes, inserimos nosso trabalho em uma perspectiva que convoca teóricos que pensaram junto da margem, explicitando abordagens metodológicas que querem ouvir os sujeitos, fazendo-os reconhecidos pelo protagonismo social e político que empenharam.

O artigo “Efeito Foucault na Historiografia Brasileira”, de Margareth Rago (1995), discute as contribuições do trabalho desse filósofo ao analisar pela perspectiva histórica os discursos remanescentes das inquietações em torno da sexualidade, do corpo e do poder. Na contracorrente dos estudos advindos da Revolução Francesa, Rago (1995) relata que Foucault cuidou dos reveses ao estudar a loucura, em oposição aos trabalhos que se dedicavam à razão; observou o fracasso das leis, em oposição ao que foi lido pela sociedade como revolução tecnológica de disciplina do corpo, chamada de prisão; analisou as rarefações e cerceamentos dos discursos, em oposição à legitimidade de outros, que proliferavam dos regimes de verdade.

Por essa arquitetura, Foucault centrou suas discussões nas bases epistemológicas destas práticas de exercer o poder, controle e disciplinarização da vida, chamando-as de biopolítica. E então observou que eram assim anunciadas por discursos, que estes circulavam porque eram possíveis de serem ditos e porque os seus sentidos colavam às palavras concebidas pelas diferentes práticas de governo. Sobre as noções foucaultianas de governo, encontramos no capítulo *Entre a vida governada e o governo de si*, escrito por Márcio Alves da Fonseca (2008), uma revisão da literatura foucaultiana dedicada a descrever a instrumentalização e organização do poder nas formas de governo e as tensas relações de

forças que os sujeitos por ele travam. Nessa perspectiva, fundam-se as incidências e atuações de exercer o poder sobre o sujeito e suas práticas cotidianas, trazendo a noção de biopolítica, ou o que Foucault entendeu por “o problema da vida como objeto de governo” (FONSECA, 2008).

Dado que Foucault apontou a insuficiência de se analisar o poder por um modelo jurídico-discursivo, pois este não se reduz ao enunciado da lei e ao seu efeito, tão pouco restringe sua interpretação ao sentido de repressão, passamos a compreender que as ramificações do poder são formas de governar que se relacionam com as formas de saber em uma dispersão de dispositivos e aparelhos que funcionarão para controlar acontecimentos aleatórios às práticas conhecidas e aceitas socialmente, e que por isso “[...] os mecanismos do biopoder implicarão um modo próprio de agenciamento do espaço, uma forma precisa de normalização, assim como a singularização de um corpo específico que será objeto e sujeito das estratégias de poder” (FONSECA, 2008, p. 242).

O historiador Paul Veyne, conforme relata Rago (1995), estuda esses percursos metodológicos em torno de uma vertente historiográfica assinalada por Foucault, para dizer que este filósofo é aquele que pensa com a margem e que a História é uma construção discursiva. Neste sentido, por exercer o seu trabalho teórico à contracorrente dos feitos acadêmicos do século XX, Foucault trata de entender o saber não como uma compreensão, *a priori*, do que se deseja, e aqui pensamos o sentido maior de História, mas sim, antes, como um corte a ser feito na História, provocando inquietações, divisões, questionamentos e inflexões. Um corte crítico, parece-nos ser possível dizer, e que se associa ao trabalho do historiador com suas fontes, a partir do lugar que ocupa no limiar do saber-poder.

Essas noções são discutidas em *A arqueologia do saber* (2008) e logram por afirmar a crítica que Foucault fez à prática metodológica que construía a história ordenada por datas e marcos, orientada pela Escola Metódica. Sobre essa forma de investigação do passado, Rago nos dá detalhes com a suspeita de que há indícios do positivismo no fazer histórico:

trata(va)-se então, para o historiador, de compreender o passado, recuperando sua necessidade interna, recontando ordenadamente os fatos numa temporalidade sequencial ou dialéticas, que facilitaria para todos a compreensão do presente e a visualização de futuros possíveis (RAGO, 1995, p.68).

O problema dessa abordagem se concentra na tentativa de hipertrofia da história, ou seja, de saturá-la dos seus próprios eventos e acontecimentos, o que, sem a problematização proposta pelos vieses sociais e culturais, conduziria a uma esteira de fenômenos sempre ali colocados e ordenados pela sua cronologia. Assim, recai sobre a historiografia brasileira o que Margareth Rago chamou de efeito Foucault, possibilitado a partir da abertura e do reconhecimento de historiadores brasileiros sobre as latências sociais que fundariam uma *Nova História*. Para Rago, a respeito desses trabalhos, "não há como negar a importância de um autor que, em pleno apogeu da classe operária, dos temas da Revolução e da *Social History*, de filiação marxista, deslocava o foco para as "minorias", para as margens e para os *Annales*" (RAGO, 1995, p. 70). E Margareth Rago interroga:

Como ficava, então, a tarefa do historiador, comprometido, sobretudo, desde os anos 60, com as tarefas da revolução e com a revelação da missão histórica do proletariado, ou na década de 80, envolvido com as lutas pela redemocratização do país e pela construção das identidades sociais? (RAGO, 1995, p. 69).

É neste sentido que Foucault trabalha a metodologia de análise proposta por Bloch e Febvre, inserindo em seus trabalhos o método regressivo e a noção de História Problema. Coloca como problema as relações do homem na história de seu tempo, a indagação a respeito da construção discursiva desses sujeitos e de suas relações nas formas de apresentação nos documentos utilizados como arquivo para a História. Deste lugar de análise e observação, abandonando a ideia marxista de sucessão e revolução, "propunha-se pensar como haviam sido instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento" (RAGO, 1995, p. 72).

Sobre essas proposições de Foucault é que Veyne observou a proposta teórica do autor sobre a História como "uma forma de conhecimento, uma escrita e não ação" (RAGO, 1995, p. 73). Ou seja, o desejo de saber da história da loucura, das prisões e da sexualidade, é uma pulsão que recorre às formas anunciadas como "já lá" disponíveis de conhecimento, questionando a sua (re)produção e as condições de produção dos discursos que as concebem e fazem se atualizar. Assim, ao não discutir tais questões por uma perspectiva marxista,

Foucault inaugura outro campo de análise e outras fundamentações para pensar a relação do sujeito com as instituições do saber.

Ambos trabalhos de Fonseca e de Rago apontam incursões feitas por Foucault nas obras de Nietzsche e de outros autores que compunham o pensamento da Escola Filosófica Alemã. “Afinal, muito antes do sucesso da ‘história cultural’, o filósofo insistia na ideia nietzscheana de que ‘tudo é histórico’, e, portanto, de que nada do que é humano deve escapar ao campo de visão e de expressão do historiador” (RAGO, 1995, p. 70).

Neste sentido, a partir da organização dos materiais e métodos construídos nessa pesquisa em torno da exterioridade da linguagem da sexualidade e do gênero, ao lado da História, entendemos que é pelo discurso resistente às clausuras de categorias linguísticas que não se encaixavam nas diversidades das práticas sexuais e infinitas identidades de gênero, não binárias, que se centram nas necessidades de dizer (e não só isso) do jeito que se dizia a respeito da reivindicação da identidade do jornal e do movimento a que se filiava na esfera discursiva a qual pertencem.

Portanto, sobre a linguagem guei no Brasil em processo de redemocratização e abertura política, nosso trabalho traçou objetivos específicos ao observar na análise das fontes selecionadas para esta pesquisa discussões pouco esmiuçadas no campo das discursividades políticas ao olharmos para a classe LGBT entre outras classes, ressaltando seus desdobramentos linguísticos e formas de impugnações pelos regimes políticos dissidentes, que impulsionavam o movimento homossexual brasileiro a fundar espaços de fala, veículos alternativos e reuniões políticas.

Tais discursividades apresentam-se, vez e outra, divididas e colocadas em profusão de sentidos. A saber sobre isso, destacamos os seguintes conflitos percebidos ao longo da leitura dos jornais: i) a necessidade de fazer circular uma linguagem LGBT se desprendia de uma clausura linguística/discursiva que comportava regimes repressores dos gêneros e dos sexos; ii) a linguagem da esquerda operária não dava suporte para inserir categorias e pautas homossexuais na concepção de luta de classes vigente da época.

A edição de número 14 do *Lampião*, publicada em julho de 1979, traz em sua primeira capa a imagem de Luís Inácio Lula da Silva e a seguinte chamada: "Alô, alô classe operária: e o paraíso, nada?". Em tom jocoso, como uma retórica à forma ritualizada de saudar o povo,

manifesta-se a posição política do jornal e de seus leitores a respeito dos assuntos que também deveriam ser pauta da luta de classes. Nesse sentido, o "paraíso" faz menção ao descuido com os prazeres dos operários, ou o próprio distanciamento desse eixo nas agendas políticas da esquerda brasileira.



Figura 4: Homossexualismo na classe operária⁴³

Conforme a leitura da entrevista com Lula e a reportagem do discurso de operários a respeito da diversidade sexual em meio ao mundo do trabalho, o líder dos sindicatos trabalhistas dispara: "Homossexualismo na classe operária? Não conheço". Ao passo que esse distanciamento ia tomando forma nos atos políticos, estudos também se desenvolviam, como foi a mencionada tese da Universidade de São Paulo, compromissada em defender a ideia da inexistência de homossexuais na classe operária.

Os editores do *Lampião da Esquina* reuniram falas de Lula, invertendo sua imagem política enquanto representante do abc paulista. No sentido pragmático, o "abc do Lula" trata-se de sua articulação discursiva com os ideais de esquerda, como ela funciona e se apresenta pela roupagem linguística do marxismo ortodoxo frente à diversidade das lutas.

Como já explicitamos anteriormente, o jornal *Lampião*, desde o início de sua circulação se propôs a colocar em movimento, de forma reconhecida e pública, as articulações política, linguística e ideológica dos guetos, na tentativa de iluminar a escuridão e dar

⁴³ Fonte: LAMPIÃO, nº 14, julho/1979, p. 9.

visibilidade aos sujeitos sucumbidos pelo preconceito. Assim, movidos também por provocações “atravessadas em suas gargantas”, os colaboradores do jornal, ao emprestarem ouvidos à classe operária, e outros segmentos da classe trabalhadora, ou seja, os corpos tornados úteis para o mundo do trabalho, refutam o desconhecimento da homossexualidade em meio a metalúrgicos, pedreiros, ferramenteiros e etc. Apresentam, como é o caso do operário-honorário Emanuel Alves da Conceição (a Claudete):

Tenho 25 anos, nasci em Campina Grande, Paraíba, estou no Rio há quatro. Fui empregada doméstica lá no catete, durante algum tempo, depois minha patroa mandou embora, disse que eu era muito escandalosa. Eu tinha uma amiga, a Denise, ela me chamou pra morar aqui na Haddock Lobo, pra fazer vida vestida de mulher. Mas com essa cara, não dava, né? Aí começaram a derrubar tudo, por causa do metrô; Denise dançou: foi presa, depois sumiu. Eu fiquei na pior, dormindo de casa em casa, até que arranjei esse buraco, por aqui. Aí tive a ideia: resolvi ser lavadeira. Eu batia papo com os operários, eles sentiam falta de alguém que cuidasse das coisas deles. [...] eu sempre lavei e passei muito bem; arranjei logo meia dúzia de fregueses, hoje sou disputadíssima; eles vêm buscar a roupa no meu quarto, de vez em quando me dão até presente: aquela garrafa de cachaça alí foi um Catarina que me deu. Eu sou operário honorário! (LAMPÍÃO, nº 14, julho/1979, p. 11).

Claudete dizia não conhecer nenhum operário, tampouco metalúrgico, chamado Lula. Mas fez o convite: “mande ele falar aqui com a mamãe, nunca mais ele vai querer outra lavadeira” (idem). A história de vida e de trabalho da Claudete, soma-se a outras histórias apresentadas na reportagem do jornal. A maioria dos casos são narrativas do cotidiano de travestis que estão mais expostas aos discursos de exclusão pelo seu trabalho ser *batendo calçada*. Mas os operários, os peões, são gente boa, relatam as travestis entrevistadas. Dizem que não perturbam, porque reconhecem o exercício da profissão e tem a consciência da jornada de trabalho dessa classe, também explorada.



Figura 5: Consciência de classe⁴⁴

Portanto, inscrever as ações e reivindicações de grupos menores frente à classe operária é uma necessidade que se descola da estreita relação com as configurações do trabalho e suas formas de produção/apropriação. Sob um regime autoritário, há ainda outra demanda que se espreita da repressão e marginalização dessa forma de fazer governar a vida dos sujeitos, como foram as constantes vigilâncias e patrulhamentos ideológicos aos movimentos sociais durante os anos de chumbo.

Por essas localizações tidas como “menores”, conforme verificamos no trabalho de Ruth Cardoso⁴⁵ (1987) sobre os “Movimentos Sociais na América Latina”, o movimento LGBT torna-se parte dos deslocamentos urbanos produzidos por atores sociais que pautam para o Estado suas singularidades e identidades que, como características desses grupos minoritários e sob dominação de uma forma de governo autoritária, não se associam a chapas e bases políticas. Assim, organizam-se para reafirmar sua existência ao se mostrarem na relação de marginalidade e dependência de políticas públicas, uma vez que tais necessidades

⁴⁴ Fonte: LAMPIÃO, n° 14, julho/1979, p. 11.

⁴⁵ Ruth Vilaça Côrrea Leite Cardoso (*in memoriam*) foi antropóloga social formada pela Universidade de São Paulo (USP). Foi casada com Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente), tornando-se primeira-dama do Brasil durante os anos de 1995 a 2003. Sua história acadêmica e política é reconhecida por análises sociais e forte participação na criação de políticas públicas, medidas paliativas e programas de assistência social, como o Bolsa Família do governo Lula.

de representação perpassam os conflitos de interesses entre os membros da própria comunidade.

Um desdobramento de atividades que pluralizassem as pautas nas formas de fazer política, esse pode ser o caminho para entender o que mais à frente discutiremos sobre os entraves que a comunidade LGBT sofreu ante as demandas da classe operária. Em Cardoso (1987), vemos delinear-se uma análise a qual as ações de liberação homossexual se inseriu, dado que ao deixar de se associar movimento social com luta de classes, tem-se, sob a ótica teórica e ativista dessa última instância, uma noção de movimento que veio para competir contra uma ação maior.

A respeito do movimento feminista que também se articulava na década de 1970, vemos em Cardoso (2004) o mesmo panorama de produção de atores sociais estanques a partidos políticos delinear-se, uma vez que existiam traços iguais pela luta do reconhecimento da população feminina como participante e atuante nas ações sociais, conforme observamos inscreverem-se nas produções jornalísticas alternativas. De maneira a concordar com a leitura de Cardoso (1987) a respeito das inúmeras atividades dos movimentos sociais na América Latina na contracorrente do silenciamento e abnegação, "[...] a barbárie da ditadura militar motivou a incorporação das mulheres na aliança da sociedade civil pela abertura política" (CARDOSO, 2004, p. 13), fato que se amplia à medida que se discutem outras pautas em torno da sexualidade e das políticas e papéis de gênero.

Ainda a respeito da reportagem com Lula, fazemos um adendo. O “abc” do Lula mudou de lógica ao longo das conquistas da classe trabalhadora e do reconhecimento de outras pautas a serem agregadas ao movimento. É importante não cometer certo tipo de anacronismo⁴⁶ em relação aos enunciados discursivos desse passado-recente, visto que se trata de um processo histórico permeado de continuidades e rupturas. A essas últimas, vemos hoje

⁴⁶ No artigo “O conceito de anacronismo de Petrarca a Poussin”, Peter Burke (2013, p. 214) entende o termo como um “senso” de percepção do historiador. Neste sentido, o autor define “anacronismo” como “um erro cometido no curso de um 'sincronismo'; em outras palavras, é a tentativa de traduzir um sistema cronológico para outro”. Cometer anacronismo na leitura ou análise de uma fonte/documento é uma percepção de tempo centrada na estrutura e não nos processos de rupturas e permanências dessa estrutura, que se dão em continuidade. Portanto, ao trazermos enunciados dos discursos de líderes sindicais, como o de Lula, não estamos analisando com a percepção de hoje, visto que mudanças pontuais ocorreram ao longo dessa história de luta, mas sim apresentando as formações dos saberes e dos poderes que regiam as agendas políticas dos movimentos sociais, ao incluir e excluir outras pautas.

uma forte aliança dos coletivos mais plurais da sociedade com os partidos políticos de esquerda, que deixou de ser conduzido por agendas unas e fundaram articulações baseadas na ideologia progressista. Em relação às comunidades específicas da diversidade sexual:

Esta aliança entre Estado e movimentos sociais LGBT começou a se formar nos anos 2000 com o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que criou secretarias especiais, com estatuto de ministério, tais como a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SEPM) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), além de implementar, com a ajuda dos movimentos LGBT, o programa Brasil sem Homofobia (CÉSAR, 2016, p. 138).

Ao longo do trajeto percorrido pela população LGBT no Brasil, sobretudo a partir do recorte temporal que insere estes sujeitos e atores sociais sob um regime de dominação autoritária e repressora, em que sua extensão se dá pela própria organização discursiva de uma sociedade de leis morais e de práticas consideradas de bons costumes, como o prazer relacionado ao sexo procriativo, podemos afirmar que a reivindicação maior é pelo reconhecimento de um organismo dinâmico desses corpos que possuem suas formas de significação próprias e identificáveis, porém, em constante luta para serem reconhecíveis em nível de políticas de Estado, e não necessariamente contra ele.

Aprofundaremos essa discussão a partir da revisão de literatura em torno da linguagem homossexual nas fontes homopolíticas convocadas para esta pesquisa, ao passo que teceremos junto dos escritos acadêmicos também as narrativas transcritas do documentário, a fim de fazer encontrar os lugares de memória de cada sujeito convidado a falar relacionando os saberes discutidos nos artigos, dissertações e teses que organizam este trabalho. Começaremos com os precursores do jornal *Lampião da Esquina*: João Antônio de Souza Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Aguinaldo Silva.

CAPÍTULO II

EXPRESSÃO DE MEMÓRIA ORAL E ESCRITA: OS (ENTRE)DISCURSOS

A história do “viadeiro nacional” é como denominam os editores e escritores do *Lampião da Esquina*. Assim, longe de se utilizar de rebuscamentos exagerados, contaram histórias e experiências da vida homossexual no Brasil, percorrendo junto desses homossexuais as suas formas de resistência, seja no gueto, na esquina e na efervescência dos centros culturais que iam surgindo à medida que os espaços públicos eram ocupados pela comunidade guei, no final da década 1970 e início de 1980.

No artigo de Correa e Lessa (2017), observamos a análise da edição de número zero do jornal, que neste lançamento ainda se inscrevia somente como *Lampião*. Correa e Lessa pautam a identidade do movimento homossexual brasileiro à medida que os autores e editores demandam pluralizar a causa LGBT para além da própria comunidade, somando-se a outras minorias, motivo pelo qual mais tarde seria alvo de discussões e embates políticos por se desviar de causas trabalhistas e operárias. No entanto, conforme frisam e aqui salientamos para o caminho percorrido nessa pesquisa, o que remanesce enquanto reivindicação política dos homossexuais que escreviam nesse lugar de extensão visível da comunidade guei no Brasil é “a luta pela desmoralização do conceito de homossexualidade imposto pela sociedade, dito uma interferência negativa para a vida na mesma” (CORREA; LESSA, 2017, p. 1711). Sobre essa luta para desmoralização, retomaremos a discussão no terceiro capítulo deste trabalho.

A respeito do que nos dizem os precursores do movimento homossexual no Brasil, o jornal surge sob a justificativa de fazer circular textos que remetiam aos corpos e identidades homossexuais no período ditatorial, compreendido entre 1964 e 1985. Neste sentido, conforme Aguinaldo Silva (editor-chefe) e João Silvério Trevisan (colaborador no jornal) afirmam no documentário *Lampião da Esquina* (2016), era pela linguagem da própria comunidade LGBT que se encontrava a possibilidade de reconduzir sentidos erroneamente atribuídos às práticas e especificidades do coletivo e, a partir dela, pautar um movimento em busca da garantia de direitos básicos e fundamentais de cidadania.

Pelas narrativas que transcrevemos dos arquivos orais utilizados como fonte de informação, soubemos por Aguinaldo Silva (informação verbal)⁴⁷, em entrevista conduzida por Ricardo Carvalho, do projeto *Resistir é Preciso*⁴⁸, que o início de todo o agrupamento de intelectuais e artistas da época ocorreu a partir de uma ligação telefônica feita por João Antônio Mascarenhas, tornando-se um dos pioneiros do ativismo homossexual no Brasil⁴⁹. A seguir, compreendemos as motivações políticas e identitárias de Mascarenhas que o fizeram ser reconhecido como pioneiro do ativismo da população LGBT.

João Antônio de Souza Mascarenhas (1927-1998) foi o idealizador de um coletivo por trás da composição do *Lampião*. A partir de uma ligação telefônica para Aguinaldo Silva, teve a ideia de concentrar 11 escritores e artistas brasileiros em torno da produção e circulação do jornal dito homossexual pelo público da época. A ligação ocorreu após encontrar-se com Winston Leyland, o diretor do jornal *Gay Sunshine*, editado na cidade de São Francisco. Leyland veio ao Brasil no ano de 1977 em busca de narratividades gueis e teve dificuldade de coletar materiais sobre essa temática devido à censura contra a imprensa e à escassez de espaços alternativos que reproduzissem textos acerca da diversidade sexual e de gênero.

Na intenção de fazer circular um material de cunho jornalístico e alternativo, o codinome para esse formato de tabloide ficou conhecido como imprensa nanica. Segundo relatos dos editores do *Lampião* (informação verbal)⁵⁰, o jornal era produzido à mão (datilografia e diagramação) e composto e impresso na Gráfica e Editora Jornal do Comércio S. A. – Rua do Livramento, nº 189, 4º andar, Rio de Janeiro, RJ. As reuniões para a produção do jornal, de edição/circulação mensal, aconteciam ora em São Paulo ora no Rio de Janeiro. Em clima de descontração, as reuniões seguiam pautas em torno da linguagem que faria ser

⁴⁷ Entrevista concedida por SILVA, Aguinaldo da. Entrevistador: Ricardo Carvalho. Rio de Janeiro, 2011. Material em vídeo (09min19s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2z9uyCRF7ic>>. Acesso em: 02 de maio. de 2018.

⁴⁸ O projeto 'Resistir é preciso – A imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período de 1954 - 1979 (do golpe à Anistia)', foi criado pelo Instituto Vladimir Harzog a partir da efetivação da Lei de Acesso à Informação (Lei. N. 12.527/2011), que prioriza tornar pública informações da história brasileira. Maiores informações sobre o projeto podem ser encontradas no site: <<http://resistirepreciso.org.br/>>.

⁴⁹ Ver em HOWES (2003).

⁵⁰ LAMPIÃO da Esquina. Direção: Lívia Perez. Produção e Coprodução: Doctela & Canal Brasil. São Paulo, 2016, documentário (80min), digital.

conhecida pelos leitores do periódico e que, também, seria o alvo de críticas, bem como o suporte de resistência para o jornal.

Por essa razão, mesmo no findar do processo de produção para que o *Lampião* estampasse as bancas, houve resistência dos jornalheiros da época, principalmente da distribuidora italiana denominada Fernando Chinaglia. Conforme afirma Aguinaldo Silva (editor-chefe), não queriam circular um jornal de viado e, portanto, não o levariam para serem vendidos ao público. Trevisan e Silva dizem que muita argumentação foi necessária para convencê-los a levar o *Lampião*, a exemplo de inúmeros diálogos com jornalheiros nas madrugadas dos galpões de distribuição que se estendeu por quatro meses.

O contra-argumento afirmava a seriedade do jornal sobre pautas e interesses das minorias, bem como o distanciamento do sensacionalismo e pornografia que imperava em outros veículos. Trevisan e Silva nos contam que um esquema de logística foi montado do Rio Grande do Sul até o Amapá, para que, de fato, o jornal fosse (re)distribuído, e que, no quarto número, em todas as bancas, estava lá o *Lampião* exposto (informação verbal).⁵¹

A história de luta e militância de João Silvério Trevisan mostram seus interesses políticos em relação específica à causa homossexual no Brasil, principalmente pelos entraves com outros movimentos sociais, em especial, à esquerda brasileira. Para Trevisan, a ideia de Mascarenhas ao reunir as diferentes formações acadêmicas e profissionais para a produção de um jornal era a de confrontar, a partir dessas categoriais sociais, a invisibilidade e enunciar “com licença, esquerda e direita, aqui estamos” (informação verbal)⁵²

Sabemos por Aguinaldo Silva que esse “namoro” com a esquerda, como ele cita no documentário a respeito dos interesses de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis pautarem causas do movimento no interior da luta de classes, era um relacionamento sem reciprocidade, pois a causa operária era de maior relevância aos líderes e militantes-intelectuais daquele período. Embora sem um local de fala com a esquerda, Aguinaldo afirma que o jornal se inseria nesse posicionamento político “à medida que era contestador, que

⁵¹ Entrevista concedida por SILVA, Aguinaldo da; TREVISAN, João Silvério. In: LAMPIÃO da Esquina. Direção: Livia Perez. Produção e Coprodução: Doctela & Canal Brasil. São Paulo, 2016, documentário (80min), digital.

⁵² Ibidem.

contestava o *status quo*, o *status quo* era a ditadura. A ditadura de direita, né?” (informação verbal).⁵³

Edy Star, cantor e ator brasileiro, integrou o grupo de editores do *Lampião da Esquina*. E sobre a recepção do jornal, ele nos conta:

[...] comprava-se um e passava a edição para outros. Chamava a atenção e todo mundo queria ler, naturalmente, um jornalzinho de merda, guei, está fazendo sucesso, isso incomodou muita gente, era muito atrevimento um jornal de viado, na banca, contando caso de viado, abertamente dizendo o que estava acontecendo com as bichas, que matavam bichas [...] (informação verbal).⁵⁴

O cantor Ney Mato Grosso também aparece como um dos entrevistados para o documentário, e lembra que, quando viu as primeiras edições do *Lampião*, “achava impossível aquele tipo de material ser publicado, ora porque não se falava sobre as experiências homossexuais ora porque oficializava o que se vivia nas ruas, nos guetos, nos bares e casas noturnas” (informação verbal)⁵⁵.

Sobre essa questão de oficializar o que é tido como balela, e sobre o sentido de veicular o que não deveria ser motivo de notícia, percebemos como as identidades e suas práticas se ligam ao corpo dos editores. No artigo de Paulo Roberto Souto Maior Júnior e Miguel Zioli (2016), intitulado “Movimento Homossexual no Brasil da Ditadura Militar: os casos de João Silvério Trevisan e João Antonio Mascarenhas”, vemos em destaque o trabalho de outros teóricos e políticos brasileiros que se dedicaram ao reconhecimento de direitos à comunidade LGBT, dentre eles, o direito à união estável de casais homoafetivos no Brasil.

Os autores lembram que, embora sejam ainda poucos os nomes que conhecemos operando nos níveis legislativos, destacar a homossexualidade enquanto identidade desses atores sociais é um ato político, quando pensamos que na década de 1970 circular textos, leis e oralidades em torno da pauta eram expressões interditas, e os sujeitos excluídos. Por essa questão, a reunião dos membros que compuseram o jornal *Lampião da Esquina* e seus objetivos dentro do periódico constroem o início do movimento de afirmação homossexual no

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Entrevista concedida por STAR, Andy. In: LAMPIÃO da Esquina. Direção: Livia Perez. Produção e Coprodução: Doctela & Canal Brasil. São Paulo, 2016, documentário (80min), digital.

⁵⁵ Entrevista concedida por MATO GROSSO, Ney. In: LAMPIÃO da Esquina. Direção: Livia Perez. Produção e Coprodução: Doctela & Canal Brasil. São Paulo, 2016, documentário (80min), digital.

Brasil de uma forma que a comunidade LGBT pudesse acompanhar, ao se reconhecer, e o cenário nacional pudesse assistir.

Sobre Trevisan e Mascarenhas, o trabalho de Maior Júnior e Zioli (2016) foi tecido a partir de entrevistas orais desses dois depoentes para a dissertação do oralista Cláudio Roberto da Silva (1998), intitulada *Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Nessa produção lemos o depoimento de Trevisan quando decidiu pelo autoexílio no momento que o Brasil vivia um estado de exceção e governado por militares. Os anos vividos em Berkeley (EUA) e México instigaram a sua militância política que, conforme Cláudio Roberto da Silva entende, precisava ser driblada com a condição de exilado: “o exílio é intermediar-se, acostumar-se com a distância de parentes, amigos, hábitos culturais, trabalho, projetos e intermediar essas (in)certezas com um novo lugar, uma nova cultura, novos hábitos e costumes, intermediar estratégias de sobrevivência” (MAIOR JÚNIOR; ZIOLI, 2016, p. 336).

Do outro lado do exílio geográfico de Trevisan, Mascarenhas permaneceu no Brasil pesquisando os temas da homossexualidade ao passo que ia travando suas táticas de resistência no cotidiano da ditadura. A partir de suas pesquisas, conheceu o jornal *Gay Sunshine*, de Winston Leyland, e passou a assiná-lo para receber a periodicidade dos exemplares. As leituras e conhecimentos advindos dos acontecimentos do movimento de liberação homossexual no exterior foram trazendo à tona outras necessidades para a conquista de direitos igualitários também no Brasil, de forma que tais discursos começassem a circular e abrir espaços para que a vivência e a prática da homossexualidade pudessem ser exercidas.

No decorrer dos anos de 1964 a 1970, os jornais alternativos, os “nânicos”, funcionaram como espaços para discursos que desordenavam os regimes e práticas culturais reforçadas naquele período. As charges da cartunista Laerte, por exemplo, circularam nesses veículos (com restrição) até que outros meios midiáticos fossem incorporados a partir da abertura política e das lutas pela redemocratização do Brasil que se estendeu até a década de 1980. Sobre esses veículos, Maior Júnior e Zioli argumentam:

Eles permitiam que o discurso produzido por mulheres, negros, ambientalistas e homossexuais chegassem a grupos desejosos de visibilidade e que tentavam organizar movimentos que legitimassem suas presenças nas tramas socioculturais.

Pode-se dizer que, simbolicamente, sua arma inicial foi a construção discursiva (MAIOR JÚNIOR; ZIOLI, 2016, p. 339).

Conforme outras leituras teóricas e os recortes realizados no *Lampião da Esquina*, entendemos que a discussão política feita no jornal centrava a comunidade LGBT e as formas de identificá-la a partir de duas práticas cotidianas, ou seja, seus costumes em comum, bem como as formas de linguagem e seus adereços. Maior Júnior e Zioli ainda observam que a construção das práticas culturais das homossexualidades se deu nas inquietações e quebra de silêncio em torno da sexualidade e, por assim fazer, tal “contestação cultural no campo das sexualidades deu-se igualmente com a construção e divulgação de uma nova cultura, a cultura guei, como forma de resistir em um Brasil socialmente conservador e patriarcal” (MAIOR JÚNIOR; ZIOLI, 2016, p. 339).

Esses indexes sociais e culturais da comunidade, segundo os pioneiros do movimento homossexual no Brasil, nada tinham que ver com outras questões que se discutiam fervorosamente na época, a saber, a luta de classes. Isso porque, a partir das narrativas dos sujeitos que editaram e escreveram o *Lampião da Esquina*, esses objetos não eram discutidos ou considerados para o discurso da esquerda brasileira, tão pouco para os partidos que dela emergiram. A luta da comunidade LGBT deu-se, historicamente, no interior de uma formação de base LGBT, apartidária, mas não apolítica.

Na transcrição da entrevista concedida por Trevisan ao oralista Silva (1998), nota-se o posicionamento político em torno das homossexualidades e outras minorias às quais se filiava sem convocar para essas emergências a discussão da luta de classes, do proletariado ou, conforme diziam na época, da “luta maior”. A seguir, lemos Trevisan discutindo as formas de discriminação pela somatória de minorias que compõem os sujeitos, assim como a sua incredulidade a respeito dessas questões serem reduzidas à noção de classe:

Os grandes problemas que nós tivemos, e que se agravaram até o ponto de destruir o movimento homossexual, estavam ligados à autonomia dessas questões “menores” frente à questão da luta de classes... questão fundamental para a esquerda ortodoxa, a esquerda dos partidos políticos e especialmente do PT que na época já havia emergido. [...] A “luta maior” era a luta do proletariado que não podia sofrer nenhum tipo de ruptura... e nós estávamos ameaçando sua unidade. A nossa reflexão era a seguinte: “- Se você é proletário ou não, sendo preto, você vai ser discriminado. Se você é proletário ou não, pobre ou não, você sendo mulher, você

vai ser discriminada. É verdade que se você for pobre, mulher e preta, você vai ser ainda mais discriminada, porém existem muitas mulheres burguesas que apanham do marido, ou seja, são problemas que ultrapassam a questão da classe. Deste modo, a luta de classes não pode ser uma varinha mágica que explique todas as questões da sociedade e ponto final". O nosso problema era esse: os problemas da sociedade moderna não se esgotam na questão da luta de classes. Com essa reflexão nós dizíamos que o movimento homossexual não tinha que se filiar ao movimento proletário: os homossexuais são donos da sua própria voz. Os que quisessem poderiam ser de esquerda, mas o nosso tratava-se de um movimento autônomo (TREVISAN citado por MAIOR JÚNIOR; ZIOLI, 2016, p. 343-344).

Individual, mas não individualizada, talvez seria uma das formas que podemos entender a formação e início do movimento. Destacamos o trabalho da memória em curso na oralidade de Trevisan, pois trata-se de um recorte discursivo que remete aos lugares ocupados por ele frente aos acontecimentos históricos da pauta que militou e ainda milita. Concordamos com Trevisan que a noção de classe não deve ser um apoio teórico que reduza todas as minorias a ela mesma, mas também tecemos críticas à passível forma de leitura que a ideia de autonomia para o movimento nos leva a pensar em uma ingenuidade.

O entrave com o discurso político em torno da luta de classes se dá na interdição que essa pauta esconde ao não pluralizar as questões mais subjetivas no interior da noção de opressão de classe, intersecção observada em nossas análises. Se o objetivo da luta de classes for somente o de discutir, sob esse viés marxista, apenas as relações de trabalho e quem detém os meios de produção, logo, ao fechar-se nessa lógica, a discussão deixa de ser proveitosa, uma vez que não inclui os aspectos e processos identitários aprofundados por essa pesquisa.

Ambos Trevisan e Mascarenhas acreditaram na luta política a que a causa LGBT se encaminharia a partir das reivindicações que se iniciaram pelo direito de ser e exercer a homossexualidade fora dos guetos. O jornal torna-se o espaço para que esses sujeitos sejam vistos e lidos não só por homossexuais, mas também por críticos, fundamentalistas religiosos, heterossexuais progressistas e etc. Na entrevista coletada por Silva, os depoentes apontam para outros grupos que se organizaram após a publicação do jornal: “esses grupos, em sua grande maioria, reuniam-se para discutir o que era a homossexualidade, desvinculando-se da ideia de anormalidade ainda presente, ao mesmo tempo em que discutiam estratégias de atuação política contra a discriminação” (MAIOR JÚNIOR, ZIOLI, 2016, p. 343). A partir de então, das notícias da existência de uma cultura guei, despontam grupos de homossexuais não

assumidos que passam a se identificar pelas manchetes e colunas, dado o fato de “*Lampião*” aparecer como um espaço de militância particular posto que estava lá a ‘voz dos homossexuais’ em uma escrita com força discursiva em primeira pessoa (MAIOR JÚNIOR, ZIOLI, 2016, p. 344).

Na intersecção entre texto, imagem e corpo, podemos trazer a voz dos homossexuais do Brasil a partir do momento em que interagem através de correspondências endereçadas aos jornais. No caso do *Lampião da Esquina*, a coluna *Cartas na Mesa* foi um espaço dedicado às publicações de denúncias da violência LGBT tanto no interior quanto nas capitais brasileiras, comentários de leitores internacionais a respeito de suas experiências e identificações com o movimento guei no Brasil e a constante procura por correspondentes amorosos ou por espaços públicos⁵⁶ e privados destinados às práticas culturais e sexuais da comunidade homoafetiva:

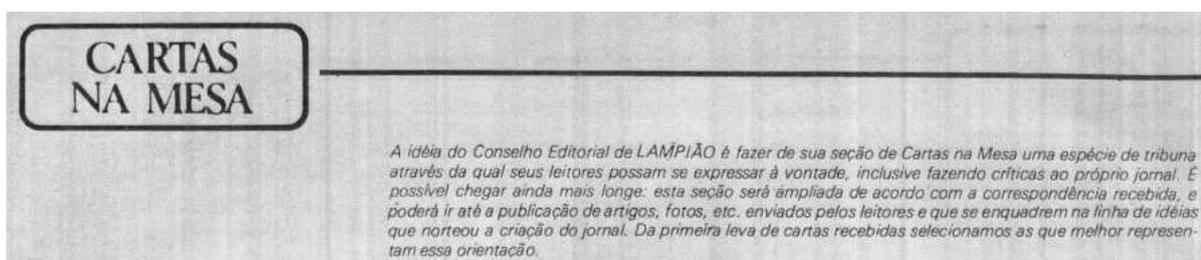


Figura 6: Cartas na mesa⁵⁷

Nessa seção do jornal, conseguimos enxergar identidades linguísticas que demonstravam as formas de tratamento entre os leitores, que constantemente se chamavam de “lampiônicos”. Também notamos a afetividade pelo jornal enquanto lugar de abrangência para além da relação editor-leitor quando, constantemente, o público se refere ao periódico como “nosso Lampa”.

⁵⁶ Uma discussão mais aprofundada entre público e privado nas práticas homoeróticas pode ser lida na dissertação do antropólogo Tedson da Silva Souza (UFBA), intitulada: *Fazer banheirão*: as dinâmicas das interações homoeróticas nos sanitários públicos da Estação da Lapa e adjacências. Ver em referências.

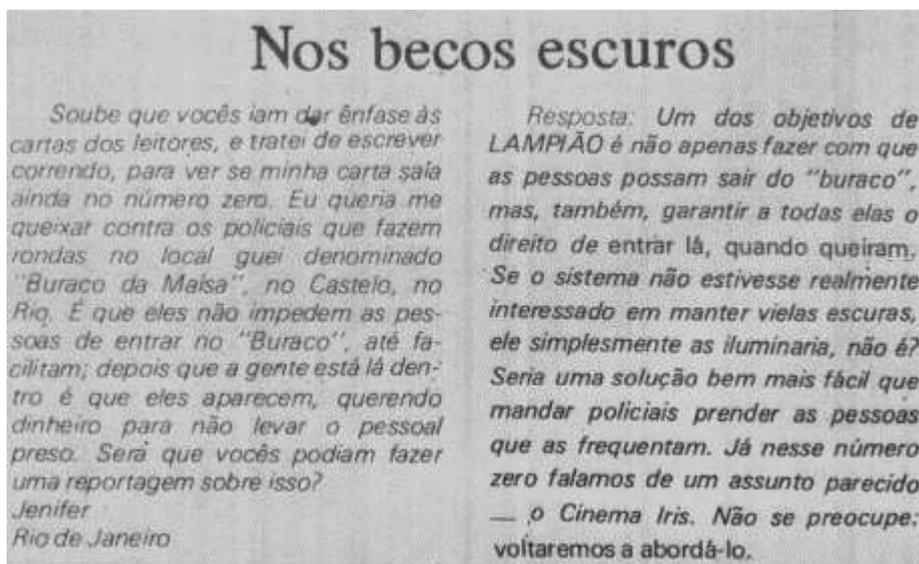
⁵⁷ Fonte: LAMPIÃO, nº 0, abril/1978, p. 15.



Figura 7: Literatura e homorrepresentação em Lampião⁵⁸

Endereçado à caixa postal de João Antonio de Souza Mascarenhas, a assinatura anual do jornal custava 160 cruzados. Incentivava outras leituras, como podemos observar no anúncio, de um exemplar de *Os Solteirões* (1975), do contista e romancista pernambucano Gasparino Damata, responsável por uma literatura brasileira compromissada com a homorrepresentação.

Constantes denúncias de violência são enviadas para seção, uma delas expõe a exploração de LGBT pelo patrulhamento policial, como podemos ler na carta de Jenifer em que os sentidos de “buraco”, “beco” e a oposição “luz versus sombra” são ampliados pela proposta política do jornal:



⁵⁸ Fonte: LAMPIÃO, nº 0, abril/1978, p. 15.

Figura 8: Denúncias dos becos⁵⁹

A questão dos abusos de poder da polícia contra homossexuais é uma constante nos jornais analisados. Dos becos aos banheiros públicos das estações de trem, qualquer reconhecimento de expressões homossexuais, seja pelos trejeitos ou pelos indícios de uma troca de prazeres, ocorria a prática de extorsão. Para não serem presos, LGBT's eram roubados pela milícia e em muitos casos, mesmo após violação de integridade, também eram forçados a retribuir os comandos mais humilhantes em relação ao seu próprio sexo. Para não serem presas, também se lê casos de travestis que se automutilavam na presença da ação de policiais, uma vez que precisariam de atendimento em hospital, e não nas delegacias do país. Em outra reportagem⁶⁰ do *Lampião* vimos a saber que: "o artigo 158 do Código Penal Brasileiro pune com reclusão de quatro a dez anos a extorsão praticada contra qualquer pessoa, homossexual ou não". Contudo, o que vemos acontecer é o "livramento" da pena da lei aos que fingem garanti-la.

2.1 Por uma linguagem feroz

Anterior à publicação da primeira edição do *Lampião*, discutia-se ainda o nome que o jornal levaria. Não há escolha de significante que não seja ideológica e carregada de sentidos que descolam de elementos sígnicos a ele próprio (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006). Ao procurarmos pelas motivações do nome *Lampião*, vimos delinear-se opostos que não se atraíam.

Sobre o nome do jornal, existe aí um jogo de sentidos que nos interessa. Escolhido por Aguinaldo Silva, havia na imagem de Lampião Virgulino, cabra macho, nordestino e viril, algo de não explicado sobre essa tamanha necessidade de reafirmação da heterossexualidade, que o tornou, por assim parecer, um mito. Aguinaldo, em entrevista a Ricardo Carvalho, conta que:

⁵⁹ Fonte: (LAMPPIÃO, nº 0, abril/1978)

⁶⁰ *Às portas da Lei*. Lampião da Esquina, edição extra, n. 2, s/d, p. 7.

[...] O nome do jornal seria *Esquina*, porque a gente achava que esquina é o lugar meio icônico para os homossexuais, é o lugar de parada, entende? E aí nós descobrimos que já tinham registrado *Esquina*, e aí nós pensamos em *Lampião da Esquina*. Na verdade o Lampião era esse, não era o Lampião Virgulino não. Na brincadeira, na hora de fazer o logotipo, e tudo isso, pensamos: e se a gente fizer essa brincadeira? Porque, quem é o maior representante do machismo nacional? É o Lampião! Então se a gente fizer a brincadeira, o jornal já mostra que veio pra brincar (informação verbal).⁶¹

“Da esquina” ou “à esquina” carrega um duplo sentido para a escolha do nome do periódico. Primeiro porque descentraliza a imagem de Lampião, colocando-o à margem, lugar que aqui é entendido como “esquina”. Segundo, porque, conforme afirma Silva, o Lampião deixa de ser a personificação do machismo, do cangaceiro viril, e passa a ser um objeto, um guia de luz em meio aos que estavam às sombras, relegado ao gueto, à invisibilidade. A luz, então, brilharia sobre o machismo, às limitações designadas aos papéis de gênero e outras pautas.

Essa brincadeira de sentidos tornou-se uma prática constante no jornal, traduzindo-se em vocábulos e expressões que se faziam entender entre os membros da comunidade LGBT, de uma maneira intimista, popular e não estrangeira aos diferentes grupos sociais no interior do próprio movimento. Por isso, em um sentido maior e democrático, conforme relata Antônio Carlos Moreira (informação verbal)⁶² sobre a escrita de Aguinaldo Silva no *Lampião*, existia uma vontade de que o jornal fosse lido por todas as classes, assim: “quando ele decidiu um dia botar a palavra gay, ele não botou em inglês. Ele botou ‘g-u-e-i’. Moreira (2011) afirma que a justificativa de Silva era: “ah, eu quero que a bichinha da Pavuna, que é um bairro da zona oeste do Rio, leia o jornal. Eu não quero que apenas os intelectuais da zona sul leiam o jornal”.

Essa vontade de Silva foi entendida pelo conselho editorial e seguiu à risca as demandas do público homossexual brasileiro. Aos poucos, os bastidores por trás da primeira edição iam se organizando para desenhar as primeiras capas, organizar o conteúdo das

⁶¹ SILVA, Aguinaldo da. Entrevistador: Ricardo Carvalho. Rio de Janeiro, 2011. Material em vídeo (09min19s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2z9uyCRF7ic> Acesso em: 16 de jun. de 2018.

⁶² Entrevista concedida por MOREIRA, Carlos Antonio. In: LAMPIÃO da Esquina. Direção: Livia Perez. Produção e Coprodução: Doctela & Canal Brasil. São Paulo, 2016, documentário (80min), digital.

colunas e as temáticas das manchetes. Em relação à linguagem do veículo, que é um dos nossos objetos de análise nesta pesquisa, percebemos a presença desse tom jocoso, comum entre os membros LGBT's. Esse jeito apelativo e provocador sobre aspectos das identidades de gênero e orientação sexual dissidentes é uma forte característica do tratamento linguístico desse grupo. Quinalha (2017, p. 282) ressalta que "a própria utilização da linguagem ferina e popular do meio homossexual, com o abuso de palavras outrora consideradas pejorativas como 'bichas-loucas' e 'bonecas', seria uma constante nos textos publicados".

É interessante pensar essa identidade linguística como uma linguagem ferina, ou seja, selvagem, feroz, mas sem a pretensão de ser agressiva ou preconceituosa. Os editores do jornal assinalam durante todo o documentário de Livia Perez que existem essas formas de tratamento próprias e que são essas, e não outras, as linguagens de reconhecimento entre gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. Edy Star faz questão de provocar: *Você já ouviu alguém dizer assim: "fulano fez uma gueiagem?". Não! "Fulano fez uma viadagem". E completa: "Oi, guei!". Não! "Oi, bicha". Entre guei e bicha, bicha. Sempre!* (informação verbal)⁶³.

O compromisso de Aguinaldo Silva enquanto editor-chefe, conforme observamos anteriormente, é de tornar essa linguagem conhecida, e não popular. Não popularizar o dialeto guei, acreditamos que esteja ligado a ideia de que se trata de um vocabulário próprio de pessoas que se reconhecem nos signos linguísticos transversais, assim mesmo, no sentido de que cortam uma organização pré-estabelecida para atravessá-la, tomando uma forma reconhecível no interior de uma outra pulsão social e linguística. Silva acrescenta:

[...] uma maneira de tornar essa linguagem uma linguagem conhecida e, entre aspas, normal, comum. Essa capacidade do jornal de se comunicar em alguns textos, não em todos, mas em alguns textos com o público ao qual ele se dirigia era o que fazia de sucesso o jornal (informação verbal)⁶⁴.

⁶³ Entrevista concedida por STAR, Andy. In: LAMPIÃO da Esquina. Direção: Livia Perez. Produção e Coprodução: Doctela & Canal Brasil. São Paulo, 2016, documentário (80min), digital.

⁶⁴ Ibidem.

Essas aspas colocadas sobre a palavra ‘normal’, na fala de Silva, remetem à questão e razão de se perguntar *por que dizer da forma como se dizia?* Quinalha aponta que:

isto significava uma enorme ruptura com os modos já estabelecidos de tratamento das sexualidades dissidentes pelos veículos de comunicação. Na imprensa, por exemplo, a representação do homossexual era sempre feita de modo a estigmatizar e discriminar as sexualidades dissidentes (QUINALHA, 2017, p. 282).

Assim, à medida que o jornal ia crescendo em termos de leitores, assinantes, anúncios publicitários e entrevistas com nomes renomados do cenário guei nacional e internacional, João Silvério Trevisan conta que o editorial começou a receber do Brasil inteiro vocábulos da experiência homossexual, do gueto homossexual, da subcultura guei. E que:

era muito divertido porque tinha coisas do arco e da velha. Essa é a linguagem que nós falamos, é a linguagem, inclusive, demolidora. Há uma linguagem da subcultura guei e é essa que nós vamos usar pra falar no jornal. E resgatar essa terminologia do mau uso que era feito dela (informação verbal)⁶⁵.

O que mais nos chama atenção nas narrativas que compõem o documentário é o discurso sobre a tensa relação existente entre os movimentos sociais naquele período. O grupo de jornalistas que escreveu e editou o *Lampião da Esquina* frisa a dificuldade de o movimento homossexual ser aceito por militantes da esquerda brasileira. Narra, por inúmeras vezes, que a esquerda da época era formada por um grupo de intelectuais elitizados, muitos deles acadêmicos dos grandes centros de formação no eixo Rio-SP, e que pregavam com demagogia uma pauta hegemônica: a da luta de classes dentro do sistema capitalista. Assim como observado nas falas transcritas do documentário, Trevisan é um dos críticos ferrenhos à esquerda brasileira, sobretudo pela demasiada discussão do proletariado e pela negligência a outras pautas minoritárias.

Neste percurso de resistências atravessadas pela diversidade que se descolava dos regimes de verdade e poder ditatoriais, a causa feminista e lésbica também se manifestam,

⁶⁵ Entrevista concedida por TREVISAN, João Silvério. In: LAMPIÃO da Esquina. Direção: Livia Perez. Produção e Coprodução: Doctela & Canal Brasil. São Paulo, 2016, documentário (80min), digital.

sobretudo por conta da dificuldade de fazer convergir os discursos no interior da sexualidade, visto que neste campo não havia adesão suficiente de feministas heterossexuais, por exemplo.

No trabalho de Molina (2011), intitulado *A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual*, discute-se a pluralidade das identidades de gênero (para além de acepções socialmente rígidas) e os comportamentos que se desviam de orientações heteronormativas. A discussão teórica da autora assinala uma condição de não fixidez enquanto demanda inerente a todas as sexualidades. Portanto, corrobora a respeito de reivindicações que se manifestam dentro dessas categorias-outras, apresentando-se assim no campo das mais variadas políticas, sejam elas linguísticas, representacionais e identitárias.

Neste sentido, consentimos no argumento que convoca refletir sobre as diferentes manifestações e performances de gênero, sobretudo por condizerem com seus compromissos culturais e sociais de cada grupo nas suas relações locais e globais:

Ao estudarmos sobre a homossexualidade e, conseqüentemente, a desconstrução dos papéis sexuais do feminino e masculino, devemos repensar a representação e os discursos de identidade, do conhecimento e do poder cultural que circulam no aparato do saber/poder na sociedade, para que possamos (re)analisar e (re)construir o discurso da própria sexualidade (MOLINA, 2011, p. 952).

Sob este viés discursivo a respeito da sexualidade, ainda no século XIX, conforme Molina (2011, p. 953) apresenta o trabalho de James Green (2000), historiador e ativista das pautas LGBT, o termo homossexualidade foi circulado no Brasil em 1984 no livro *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*, de Francisco José Viveiros de Castro, professor de Criminologia da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador da corte de Apelação do Distrito Federal. Aproximando a leitura de Neil Franco (2009) à discussão da homossexualidade, o autor lembra que a outra categoria, a da heterossexualidade, surge pela necessidade de definição em relação à primeira, conferindo-lhe o status de normatividade dentro das relações sociais mais preponderantes observadas na época, assentando-se em uma visão médico-moral, conforme Molina salienta.

Assim, vemos delinear-se ao longo das práticas coletivas dos grupos sociais e suas (sub)culturas os reflexos das transformações acarretadas pela globalização, as quais vieram a ser importantes para o momento de abertura política entre as décadas de 1970 e 80 no Brasil,

tal qual discutimos os abrandamentos de leis, principalmente a da imprensa, a qual nos interessa em particular pela possibilidade de outros veículos midiáticos circularem sob outras demandas discursivas.

Ainda sobre a imprensa brasileira, ao olharmos para o passado e nele procurar rastros e sinais da existência da homossexualidade, encontramos dentro desse recorte temporal mencionado os legados do coletivo homossexual que desde então vem se inscrevendo na história a partir de suas personalidades, como vemos na escrita da história de luta e resistência dentro do jornal *Lampião da Esquina*:

[...] foi na efervescência desse contexto que os movimentos sociais sofreram a influência dos movimentos de contracultura inseridos pelo mundo afora, mas originários na Inglaterra e nos Estados Unidos. Sob esse aspecto, os grupos de militância gay buscavam elaborar novas formas de representação dos homossexuais para a sociedade, através de uma (re)construção na relação homossexualidade/sociedade e da construção de identidades mais positivas, embasadas na valorização da auto-estima, da auto-imagem e do auto-conceito de seus integrantes (FERRARI, 2004 apud MOLINA, 2011, p. 954).

Essa valorização da autoestima, autoimagem e do autoconceito, sobretudo este último, trata do que vimos discutindo. E como podemos entender pela leitura de outros trabalhos, há campo para a pesquisa de como a homossexualidade é exercida por homossexuais no âmbito político e linguístico. Além disso, as manifestações de mulheres, lésbicas e feministas em meio aos espaços de fala inicialmente preconizados por um público masculino.

Como acompanhamos no trabalho de análise da historiadora Débora de Souza Bueno Mosqueira⁶⁶, em seu artigo "Então chegamos: representações do feminino nas páginas do *Lampião da Esquina* (1978-1981)", a presença da participação de mulheres como parte do conselho editorial do jornal é nula até a edição de número 03⁶⁷, quando então os membros do *Lampião* anunciam que duas mulheres teriam uma coluna no jornal. Somente na edição de número 11, portanto, é que se torna perceptível uma real participação de mulheres na composição editorial de todo o jornal, sendo a chamada da edição intitulada "Lesbianismo,

⁶⁶ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFGD.

⁶⁷ *Mulheres na redação*. *Lampião da Esquina*, ano 1, nº 3, 25 de julho a 25 de agosto/1978.

machismo, aborto e discriminação: são as mulheres fazendo política”⁶⁸. Além do título emblemático para a edição, Aguinaldo Silva no mesmo número reforça “Extra! Mulheres chegam pra ficar”⁶⁹.

É interessante notar o que Mosqueira (2015) destaca de uma das cartas publicadas na sessão *Cartas na Mesa*, do *Lampião*. A saber, uma leitora questiona a ausência de participação feminina no periódico e se diz tentada a reunir o coletivo de mulheres para produzirem um jornal chamado “Maria Bonita”, o que podemos enxergar como um desdobramento linguístico que se descola da mesma vontade fundadora do jornal produzido pela turma de Mascarenhas.

Ao vasculharmos a referida edição, encontramos a carta assinada por Rose S. Rio, assim ela dizia:



Figura 9: “Menino não entra”⁷⁰

⁶⁸ *Lesbianismo, machismo, aborto e discriminação: são as mulheres fazendo política*. *Lampião da Esquina*, nº11, abril/1979.

⁶⁹ *Extra! Mulheres chegam pra ficar*. *Lampião da Esquina*, nº11, abril/1979.

⁷⁰ Fonte: LAMPIÃO, nº 2, jul/1978, p. 14.

A partir das publicações do jornal *Lampião*, percebemos a evasão das mulheres na edição de número 13, momento em que se seguiu a organização do boletim conhecido como *ChanacomChana*:

O conteúdo do *ChanacomChana* era composto de longos artigos com relatos sobre eventos lésbico-feministas, agenda lésbico-feminista, comportamento e sexualidade da mulher lésbica e legislação envolvendo os direitos das mulheres lésbicas (CARDOSO, 2004, p. 102).

Dolores Rodrigues, uma das escritoras e militante das pautas do mulherio brasileiro dentro da redação de Aguinaldo Silva destaca sua observação a respeito da necessidade de se fundar um espaço de fala propriamente de mulheres, ao criticar que “o *Lampião* era um jornal de homens gueis feito para homens gueis, apesar de ter uma abertura pros outros movimentos. [E que] Na verdade as mulheres éramos eu, eu e eu” (informação verbal)⁷¹.

No entorno dessas necessidades do *local de fala*, orientadas por questões que são próprias do agenciamento que os sujeitos fazem sobre sua sexualidade e performances de gênero, compreendemos que esses embates discursivos se inserem também nas relações dialógicas que se dão antes, durante e depois do processo textual nos jornais aqui estudados. Concebemos, portanto, que, por questões ideológicas em torno dos signos linguísticos, ao pensarmos com Bakhtin e Volochinov, estas materialidades se tornam lugares para o que os autores chamam de *heteroglossia*: um jogo de forças centrípetas que nos emergem nos esconderijos ideológicos dos sujeitos, assim como as formas que os editores e os colaboradores do jornal vivenciavam o político de suas identidades. Ao fundir signo linguístico e ideologia, Bakhtin e Volochinov (2006) atribuem caráter orgânico nas tensões discursivas pela própria condição contraditória dos valores identificados e refratados pelas comunidades sociais. Essa asseveração nos ajuda a entender questões interrogadas ainda na discussão para reorganização do acrônimo GLBT para LGBT. Em se tratando de comunidades específicas, mesmo atreladas a um senso maior de coletividade e diversidade sexual, a ideologia por trás dos signos em interação não se restringem a lógica da infra à

⁷¹ Entrevista concedida por RODRIGUES, Dolores. In: LAMPIÃO da Esquina. Direção: Livia Perez. Produção e Coprodução: Doctela & Canal Brasil. São Paulo, 2016, documentário (80min), digital.

superestrutura, como apontam os estudos sociais marxistas, mas sim resultam, ampliam-se e se dispersam a partir dela. Os entraves discursivos, o valor pelo qual se luta para identificar sujeitos e práticas, dá-se na tensa trama de significantes postos em circulação, aproximando-se e distanciando-se pela sincronia das heterogêneses sociais e linguísticas.

A análise de Tamsin Spargo (2006) a respeito de políticas sexuais pró-diversidade a partir de pautas coletivas, na obra *Foucault e a Teoria Queer*⁷², apresenta as dissonâncias entre os movimentos lésbicos e gays ao abordarem diferentes causas no interior de um mesmo ideal de grupo. Spargo discute que ao longo dos anos 1970 e 1980 viu-se desestabilizar uma política assimilacionista de condução da vida, das categorias linguísticas como representação e a própria noção de identidade, uma vez que o discurso de aceitação e igualdade “era fragmentado por diferenças internas” (p. 30).

Embora essa se torne uma discussão sobre identidades descentradas e em constante fluidez, ainda imperam discursos retrógrados em relação à efervescência cultural dos sexos, os quais produzem outras manifestações e resistências por parte dos sujeitos da diversidade, indicando-nos a presença de uma natureza cíclica, de avanços e retrocessos, quanto às práticas e a liberdade de ser. Sobre o senso de liberdade, se a nossa orientação teórica pressupõe observações de Foucault, encontramos ainda reforçado em Eagleton (2013), o que chamou de *doce violência*⁷³ o sistema pelo qual nos aprisionamos ao rompermos com certos jogos complexos de saber-poder. Libertar-se, ou ainda, liberar-se, envolve submeter-se a outras regras de condução de si, que também é funcionalmente limitada.

2.2 Mulheres, feminismos e subversões identitárias na imprensa e na historiografia

A tese de Elizabeth Cardoso⁷⁴ nos ajuda a compreender os processos históricos que levaram à consolidação de uma imprensa feminina e feminista no Brasil. Conforme vemos em

⁷² Na mesma obra, a autora nos apresenta os quadros teóricos e metodológicos que organizam a teoria *queer* aliada aos estudos filosóficos das práticas discursivas que inventam e constroem categorias universais em sistema de valores hierárquicos para os sexos.

⁷³ Ver em: EAGLETON, Terry. *Doce violência: e a ideia do trágico*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

⁷⁴ O trabalho foi apresentado ao programa de Comunicação Social da Universidade de São Paulo (USP), e recebeu orientação de Bernardo Kucinski, jornalista e ativista que coletou materiais alternativos no período da ditadura, dedicando um vasto espaço aos periódicos feministas em suas publicações, a saber da mais conhecida

outras análises do *Lampião da Esquina*, o desejo por um espaço de fala escrito e comandado por mulheres fez emergir vários nomes, encontros e pautas no interior de um movimento que também se via dividido por questões de classe, gênero e orientação sexual. Uma somatória de minorias que para época fundou movimentos diversos, pois não são homogêneos, embora na militância pela equidade de direitos, sobretudo contra a violência à liberdade sexual.

A respeito desses processos e marcos históricos, Cardoso (2004) afirma que a Imprensa feminista brasileira pós-1974 divide-se em duas⁷⁵ gerações ideológicas:

[...] a primeira (de 1974 a 1980), com linha editorial voltada para as questões de classe e para as diferenças sociais; a segunda (a partir de 1981), voltada para a questão de gênero, com linha editorial priorizando os temas específicos da mulher e tendendo para a especialização (daí as publicações dirigidas para a saúde da mulher, legislação sobre as questões femininas, violência contra a mulher, sexualidade feminina, entre outras) (CARDOSO, 2004, p. 14).

É sobre a segunda geração que entrelaçaremos discussões com as questões fundadoras do espaço de fala *ChanacomChana*⁷⁶, tanto por se inserir na data de 1981, quanto por se inserir na natureza cíclica dos movimentos sociais, uma vez que abrem portas para outros temas à medida que outros são mantidos. Não obstante, essa vontade por um veículo jornalístico comandado e dirigido por mulheres é motivada pelas reivindicações do discurso feminista no Brasil. A respeito dos signos linguísticos no boletim, compreendemos que seus usos extrapolam a definição de *escrita feminina*, pois introduz questões que colocam em contrariedade “práticas femininas”, questionando papéis e identidades sexuais forjadas pela construção histórica da noção de gênero. Neste sentido, distinguindo-se da escrita feminista:

Jornalistas e revolucionários, de 1991. A obra, a título de informação, atesta a presença de periódicos feministas ainda nas décadas de 1980 e 1990 ao historicizar as formas de resistência que o coletivo de mulheres explorou para constituir-se em imprensa feminista e não mais sinônima de algo alternativo/nânico aos demais periódicos.

⁷⁵ A partir de uma análise e documentação dos materiais coletados para a tese, sob justificativa de que dentro da literatura a respeito da imprensa feminista no Brasil não houve uma discussão mais profícua a respeito de outros periódicos existentes, Cardoso pode nomear, dado o projeto político dos editoriais, que a imprensa se divide em duas gerações de lutas, pautas e reivindicações tanto do movimento de mulheres, mulheres-hétero e mulheres-lésbicas.

⁷⁶ A pesquisa de campo de Cardoso nos acervos públicos de documentação resultou, a partir de uma ficha catalográfica específica para o trabalho de documentação dos periódicos feministas, nos seguintes números e anos das edições do jornal *ChanacomChana*: n0 (1981), n. 1 (dez/82), n. 2 (mar/82), n. 3 (mai/83), n. 4 (set/83), n. 5 (mai/84), n. 6 (nov-dez/jan/84/85), n. 7 (abr/85), n. 8 (ago/85), n. 9 (dez-fev/85-86), n. 10 (jun/set/86), n. 11 (out-jan/86-87) e n. 12 (fev/mar/87).

Feminina, a escrita torna-se uma prática, cujo exercício enunciativo revela uma atividade específica: feita, desfeita e refeita por mulheres, sobre mulheres ou através das literaturas, artes e lutas sociais que elas criam ou recriam, como atos de escrita, como formas de combate social, com tinta e papel, com corpo e voz: em casa, na rua, na escola, na sociedade, na imprensa, na cidade e no campo (TAYASSU, 2019, p. 2013-218).

É importante notar também que a título de cronologia dos acontecimentos, o movimento de liberação homossexual e o movimento feminista caminham juntos na contrapartida das discussões e reivindicações da luta de classes, por serem lidos como reivindicadores políticos de pautas separativistas.

Sobre a questão da história⁷⁷ da imprensa feminista no Brasil, o trabalho de Cardoso nos ajuda a entender essa transição do que se entendia por ‘alternativo’ como extensão de algum movimento social, no sentido dos meios de produção e circulação de notícias, dado que conforme a autora afirma em seu trabalho, esses veículos jornalísticos se extinguíram à medida que assumiram uma identidade e um posicionamento político declarado, ora feminista ora de liberação homossexual, a partir dos reflexos dos processos de redemocratização do país e, logo, de suas legislações e espaços.

Ao tentar definir o sentido de feminismo, Cardoso recorre a Saffioti (1987) e Avelar (2001) para justificar que nunca se pode falar de feminismo no singular, dado que existem múltiplas correntes do movimento e que não cessam de produzir diferentes pautas, sendo elas socialistas, comunistas, marxistas, liberais e radicais. Mas que, embora existam tantas, para o Brasil assumiu-se uma vertente a que a autora além sua crítica para o que ficou entendido pelos partidos e coligações políticas de esquerda como um “feminismo bom para o Brasil”, pois:

[...] as mulheres que militavam pelas causas feministas eram vistas pela esquerda como uma força a mais na luta contra a ditadura, e o feminismo e sua agenda ficaram em segundo plano. Ou seja, para a esquerda, o feminismo "bom" era o que lutava contra a opressão de classe, pois, isso resolvido, a sociedade como um todo, incluídas as mulheres, teria uma vida melhor (CARDOSO, 2004, p. 52).

⁷⁷ A respeito disso, a autora indica títulos de uma literatura feminista em sua tese. Ainda sobre o trabalho de pesquisa de campo, os seguintes centros de documentação e acervos historiográficos são indicados para consulta: Fundação Carlos Chagas (FCC/SP), Arquivo Edgard Laurenroth (AEL/Campinas), Centro de Informação da Mulher (CIM/SP).

A respeito desse cenário político que deslegitimava a luta feminista e desconhecia as pautas do movimento homossexual em ascensão no Brasil, encontramos algumas reportagens e entrevistas que nos possibilitam interpretar a lógica do discurso sindical. Declarações polêmicas vinham do maior líder sindical do país, Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Sobre o feminismo, Lula acreditava ser uma “coisa de mulher desocupada”, pois os interesses em comum deveriam ser a luta contra o homem, não o que está dentro de casa, mas o que emprega, o que explora a mão de obra, a luta deve ser contra o patrão (LAMPPIÃO, nº 14, jul. 1979, p. 10).

Conforme nossas leituras do boletim *ChanacomChana* nos possibilitavam conhecer outras perspectivas de luta do movimento feminista nacional e internacional, deparamo-nos com uma influente discussão francesa no interior dos coletivos brasileiros a respeito das rasteiras linguísticas passíveis de colocarem a luta feminina suprimida. A essa reflexão, o marco histórico que a desembarca em solo brasileiro foi o Iº Festival das Mulheres nas Artes, que ocorreu em 1981 e reuniu diversas mulheres expondo seus feitos e performances artísticas, além de debates e rodas de conversa sobre a causa lésbica-feminista. Sob influência da militante francesa Antoinette Foque, em visita ao Brasil para o festival, as discussões sobre gênero, opressão feminina e classe compartilhavam outras noções sobre os perigos da ideologia política de esquerda e suas práticas discursivas silenciadoras das pautas feministas, conforme vimos discutindo nessa pesquisa. O entendimento das líderes do Movimento de Liberação das Mulheres - MLF, na França, corrobora com os estudos de Butler (2017) e a leitura de Sara Salih (2015) a respeito da apropriação da polissemia de sentidos pelo discurso esquerdista. Antoinette Foque alerta: "cuidado para que, sob pretexto de igualitarismo, como preconiza um feminismo de esquerda, a diferença tendo sido considerada como discriminação, não se passe da opressão das mulheres à supressão das mulheres" (CHANACOMCHANA, 1982, p.8).

A partir dessa orientação cunhada pelas feministas francesas e rediscursivizada pelas militantes lésbicas no Brasil, a seguir destacamos a fala do vice-presidente do mesmo sindicato, Rubens Teodoro de Arruda, para observarmos os argumentos que vínhamos

discutindo a respeito da agenda feminista sofrer dupla pauta de militância no interior do movimento operário, suprimindo, na verdade, sua atuação, para o “bem do Brasil”:

Para começar, o que chamaríamos de feminismo? Se é um movimento de mulheres da classe média, preocupada em lutar contra os supostos "carrascos" de nossa sociedade, ou seja, os homens, podemos afirmar que não existe feminismo aqui, e desejamos que nunca nos chegue tal praga. Mas se você se refere à luta da mulher por melhores condições de vida para todos, sejam homens ou mulheres, aí o caso muda de figura. [...] Afinal de contas, os problemas da mulher são os problemas dos homens também; nosso inimigo é um só, e a luta é a mesma luta de todos os trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho (LAMPÍÃO, nº 14, jul. 1979, p. 10).

Até o ano de 1979, os movimentos de mulheres concentraram pautas sociais e políticas com apoio de partidos, coligações e das pastorais da Igreja Católica. Conforme lemos em Cardoso (2004), uma agenda feminista é deixada de lado pois as questões mais latentes em torno da sexualidade, gênero, corpo, saúde e aborto não tinham apoio entre as classes ecumênicas, burguesas e tão pouco entre as militantes de esquerda. Embora na proposta de retomar esses projetos ditos feministas-radicais para a época (hoje vemos delinear-se outro quadro para o termo ‘radical’ atrelado ao feminismo), as condições que esses órgãos institucionais dispunham para reunir o encontro de mulheres que se mostravam simpatizantes com causas de emancipação de seus acúmulos de funções maternas, matrimoniais e trabalhistas, resultou na abertura para a participação de mulheres em sessões plenárias, tanto para exercer o direito ao voto quanto para serem votadas, bem como a ocupação de cargos ofertados por políticas de governo que arquitetaram secretarias e delegacias em prol da saúde e segurança da mulher, como mais uma forma de estratégia para o fortalecimento de futuras candidaturas dos já então chefes de gabinete, prefeitos e presidentes. No que toca à representação nacional, o marco histórico que concentra a grande força da união de mulheres para a garantia de direitos sociais é a organização do *I Congresso da Mulher Paulista* (1979)⁷⁸, momento em que tais acontecimentos encerram a primeira e dão início à segunda

⁷⁸De acordo com a jornalista e colunista Inês Castilho, na edição nº 11 do Lampião, “O 1º Congresso da Mulher Paulista, realizado no Teatro Ruth Escobar nos dias 3, 4 e 8 de março, comemorando o Dia Internacional da Mulher foi um marco na organização de mulheres pertencentes à diversas faixas sociais. Participaram por volta de 600 mulheres - donas de casa da periferia, metalúrgicas, bancárias, técnicas, profissionais - todas juntas,

geração demarcada pelos reflexos da retomada da agenda feminista nos espaços femininos da imprensa do Brasil.

Assim, desse resumido panorama político que fazemos da extensa análise de Cardoso (2004), a autora insere a década de 1970 no forte processo de transição política entre os assuntos ditos feministas para a época, uma vez que a agenda do movimento concentrava todos os esforços da militância em torno da “luta maior”, contra os efeitos da produção-exploração do sistema capitalista e dos direitos dos trabalhadores.

Durante o primeiro Encontro Nacional de Mulheres (1979), o discurso da deputada pelo PT, Heloneida Studart, escritora e ativista da luta das mulheres entre classes, organiza o ideário social da primeira agenda feminista no Brasil:

Não há mulher, mas mulheres, assim como não há feminismo, mas feminismos. Estamos dentro da luta geral do povo brasileiro. A classe permeia tudo. E cada classe tem seus problemas, inclusive de violência. No Brasil, a pobreza liga tudo. A mulher tem de primeiro atingir a condição humana básica, para depois lutar para ser mulher (LAMPÍÃO, nº 11, abr. 1979, p. 9-10).

Faz-se valer os perigos de um feminismo de esquerda, conforme apontado por Antoinette Foque e reforçado na declaração de Rubens, que suprima as reivindicações específicas das mulheres para além das questões proletárias. Ainda nesse mesmo encontro de mulheres, lemos na reportagem feita por Francisco Bittencourt (jornalista do Lampião), “Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho⁷⁹”, as interdições sobre temas como menstruação, orgasmo feminino, lesbianidade e escolha de contraceptivos. Contudo, ao longo das próximas manifestações e encontros, tais temas são retomados pelo discurso lesbofeminista.

De maneira a localizar o leitor sobre o resumo do panorama apresentado mais acima, a seguir, reproduzimos a Tabela I a partir da investigação de pesquisa de Cardoso (2004, p. 68):

debatendo em grupo, elegeram os objetivos de luta”. Ver em: *Paulistas elegem os objetivos da luta*. Lampião da Esquina, nº 11, abril/1979, p. 13.

⁷⁹ *Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho*. Lampião da Esquina, nº 11, abril/1979.

Características	Primeira geração	Segunda geração
Conceito principal	Classe	Gênero
Período de surgimento e existência	Entre 1974 a 1980	Entre 1981 a 1999
Temas abordados	Temas gerais, de interesse de toda a sociedade (homens e mulheres), como carestia, creche e injustiça social, notícias dos movimentos sociais em geral, entre outros	Temas específicos da mulher: saúde da mulher, mulher e trabalho, mulher e legislação, violência contra a mulher, sexualidade feminina, notícias do movimento feminista, entre outros
Questões políticas	Anistia, denúncia da repressão da ditadura militar, autonomia partidária, entre outros	Abertura democrática, Constituinte, reforma de leis trabalhistas e cívicas, maior participação da mulher no sistema partidário e no Executivo
Reivindicação principal	Justiça social para homens e mulheres	Igualdade entre homens e mulheres, com direito à diferença
Entidade-chave	Partidos políticos de oposição à ditadura	ONGs
Financiamento	Doações pessoais, assinaturas e vendas	Patrocínio de entidades internacionais e do Estado

Fonte: (CARDOSO, 2004, p. 68).

Como marco histórico para a retomada da agenda feminista, Cardoso elenca o *II* e o *III Congresso da Mulher Paulista*⁸⁰, como palcos que serviram de disputa pelas ações afirmativas tanto em torno da luta de classes quanto da busca pela igualdade do reconhecimento dos papéis de gênero, legalização do aborto e sexualidade do corpo feminino. Ao trazer a representação de palco, a literatura consultada por Cardoso contribui para entender que ambos os congressos ganharam enorme visibilidade antes mesmo de seu acontecimento. Já na organização, havia tentativas de inserir pautas do proletariado, capitalismo e outros aspectos marxistas mais ortodoxos, além da intensa participação de grupos políticos. No entanto, a dicotomia que já se esgotava por renegar pautas devido a uma

⁸⁰ Ocorridos, respectivamente, em 1980 e 1981 na capital do estado de São Paulo.

dupla militância enfrentou a resistência do movimento esquerdista ao ver, de fato, as agendas não conversarem:

Lideranças do PC, do PC do B e do PMDB usaram até de agressão física para fazer valer seus pontos de vista. As feministas se uniram e redigiram um documento execrando as atitudes presenciadas por todas as presentes, e o Congresso entrou para a história do feminismo como um momento de cisão do movimento (CARDOSO, 2004, p. 70).

Na oportunidade de entrevistar as responsáveis pela organização dos periódicos analisados, Cardoso (2004, p. 20) reafirma uma proposta metodológica que caminha ao lado da história e da memória dos sujeitos, pois: "o relato da história do periódico e do grupo feminista organizador do veículo acrescenta valor ao estudo do jornal na medida em que revela os bastidores da produção dos jornais e do modo operante do grupo".

Em entrevista⁸¹ concedida por e-mail à Elizabeth Cardoso, Miriam Martinho⁸², fundadora do *ChanacomChana*, confirma as reivindicações do movimento de mulheres lésbicas do Brasil e a organização que se descolou de necessidades não respondidas por outros grupos homossexuais:

O número zero do *ChanacomChana* foi publicado em 1981 pelo Movimento Lésbico-Feminista (MLF). O MLF era formado por mulheres dissidentes do Grupo Somos, fundado em 1978, o primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. As mulheres do MLF chegaram à conclusão de que o Somos não respondia às questões específicas das mulheres lésbicas (CARDOSO, 2004, p. 97).

Desta decisão se estendem as publicações editoriais publicadas no boletim lésbico-feminista, mesmo tendo problemas com as questões plurais dos feminismos, que ainda conservavam, conforme assinala Martinho, pautas de representação heterocêntricas. As questões colocadas como problema circulavam em torno das noções sobre gênero e identidade sexual, uma vez que, até que se pluralizassem dentro do movimento feminista as discussões sobre ser uma lésbica-feminista como condição das possibilidades do ser sujeito, ainda a questão da sexualidade era malvista entre mulheres. Vemos que sobre tal questão,

⁸¹ Os trechos da entrevista podem ser encontrados na dissertação de Elizabeth Cardoso (2004).

⁸² É professora formada pela Universidade de São Paulo (USP) e ativista das pautas lésbicas e feministas no Brasil, escrevendo em periódicos online. Co-fundou, em 1980, o Grupo de Ação Lésbica Feminista – GALF, e editou o boletim *ChanacomChana*.

inicialmente, o grupo se dedicou a analisar sua gênese, constantemente propondo autorreflexões para quem as lê-se, bem como lançando notas informativas sobre a ação do movimento com setores jurídicos:

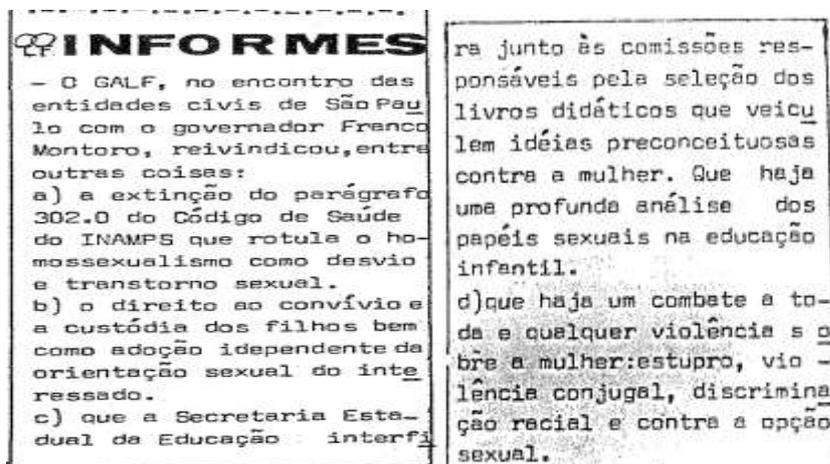


Figura 10: Informes de um boletim lésbico e coletivo⁸³

Nas discussões que se leem no *ChanacomChana*, a lesbianidade é defendida como uma escolha política de mulheres que se solidarizam com outras mulheres, que colaboram pela existência e valorização da vida feminina. Na carta de abertura do jornal, em 1981, a construção dos enunciados das editoras comporta interrogações em torno da categoria “mulher”, das “pseudo-identidades frágeis, inadaptadas, dependentes etc” e dos afetos homoafetivos entre mulheres:

Seria realmente uma outra sexualidade? Um outro desejo? Mas como qualificar esse "outro"? De onde teria surgido? Da história pessoal? De um acidente histórico? De gens HOMO? De um apêgo irresistível à mãe? De uma identificação conflituosa com o pai? De uma vagina dentada? De qualquer modo, todas essas explicações só podem vir de uma sociedade que é fácil classificar: patriarcal e heterossexual.

Figura 11: Chana com chana: uma outra sexualidade?⁸⁴

⁸³ Fonte: CHANACOMCHANA, nº 1, dez/1982, p. 10

Conforme reproduzimos o recorte acima, a formação discursiva das editoras movimentava outros discursos, saberes e poderes da clínica, da psicanálise e outras ciências da patologia que, cunhadas em sua maioria por homens, categorizam, prescrevem e circunscrevem as sexualidades, delimitando uma “causa” para tal “desvio”, “dissidência”. No entanto, ao reafirmarem os sentidos políticos nas práticas lésbicas, encontram-se expostas a ordem patriarcal e heterossexual dos discursos. Ao atribuir o sufixo –ismo para a heterossexualidade, o discurso de militância lésbica-feminista desvela o que há de negativo, patológico na dominação heterossexual masculina, bem como o sistema de valores históricos, morais, por trás da categoria “hetero”:

O heterossexualismo é uma estratégia do patriarcado. Heterossexualismo, aliás, é uma palavra ambígua: designa uma forma de sexualidade, mas o poder da diferença não termina aí. Implica num *hetero-poder*, numa *hetero-socialização*, numa *hetero-estratégia* e numa *hetero-pressão* (CHANACOMCHAMA, nº 0, 1981, p. 1).

O recorte acima invoca a noção de estratégia como uma ramificação eficaz para a dominação patriarcal. A condução da moralidade do sexo, a codificação dos prazeres, se hétero ou homo, diagnosticam o perigo de uma população que não pratica o sexo procriativo, no caso das mulheres, uma dupla violência às leis morais do sexo, por serem lidas como o “símbolo da procriação pela gestação” (sistema de valor que inaugura a maternidade compulsória). Mas, pior ainda, é a escolha política pelos atos lésbicos, já que coloca em risco a estrutura do *hetero-poder*, refreando a reinserção da heterossexualidade e seus modelos sociais.

Conforme observamos em nossas análises até aqui, durante os períodos totalitários e de exceção vivenciados no Brasil entre as décadas de 1960 a 1980, tais performances ditas do masculino ou do feminino funcionavam como imperativos para os papéis de gênero como uma forma de controlar os sujeitos dissidentes que fugiam à norma binária dos sexos, configurando-se em uma política sexual demandada por estruturas de poder-saber históricas. Ainda na edição de número zero do *ChanacomChana*, a discussão se intensifica como forma de discurso político, convocando mulheres, heterossexuais ou não, a refletirem sobre as

⁸⁴ Fonte: CHANACOMCHANA, nº0, jan/1981, p. 3.

submissões de seus corpos, sexo e liberdade. Embora o boletim *ChanacomChana* seja autodeclarado como um veículo confeccionado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas, a crítica nasce e se expande pelos problemas da noção de gênero e as práticas restritas de atuação social colocadas como ostensivas aos sujeitos do sexo feminino e masculino, fabricadas pelas estruturas de poder engendradas por práticas discursivas que lhes inserem em *pseudoidentidades*:

Nisso tudo as mulheres têm direito apenas a uma pseudoidentidade. Seus vestidos exibem as pernas, pernas que sobem nos saltos-agulhas, os charmes, a dependência, a fragilidade, o medo, a sedução, o olhar inquieto e de ódio lançado às rivais: a isto chama feminilidade. Uma identidade composta de destruição, pontilhada de insegurança, [de seus] corpos abertos na frente do olhar ávido dos médicos patriarcas: mãos que trocam fraldas, que seguram, olhos que tomam conta, palavras ditas em nome do pai: a isto se chama maternidade. Pseudoidentidade, pseudobenefício. Nisso tudo as mulheres nada mais são que objetos de troca (CHANACOMCHANA, nº 0, 1981, p. 2).

Os trabalhos da historiadora Mary Del Priore (1997; 2001) são (re)conhecidos pela academia brasileira como fonte de trabalho nos temas que envolvem a história das mulheres e as relações entre gêneros em seus indícios no tempo presente. Ambas as obras *História das Mulheres no Brasil* e *Histórias do Cotidiano* reúnem narrativas tecidas a partir de inquietações em torno da identidade feminina construída por discursos falocêntricos e patriarcais. Contudo, resguardadas as tradições do trabalho manual até as formas de um labor nos setores públicos, as mulheres estão presentes na história, garantindo outras condições de permanências e rupturas a partir de suas contribuições e práticas sociais.

Nas margens e silêncios, a subjetividade faz convocar problemas para o fazer histórico quando mais se vê perpetuar em outros domínios uma mesma forma de segregação e reificação de valores para o que (outros homens) entendem como ‘papel feminino’. Sobre essas problematizações para a história que contaram das mulheres, a primeira hipótese é a democratização do espaço de fala, neste caso, dentro do campo da História, no qual a ideia de ‘dar voz’ fosse substituída por, apenas, ouvir as mulheres. Essa observação é importante para destronar o lugar masculino no trabalho com a oralidade, visto que, no imaginário da prática historiográfica, associa-se sempre a uma figura masculina, condicionado a dar voz e, não somente, a ouvir. Nas discussões realizadas por Tedeschi (2012; 2014), começamos a

compreender os processos de humanização do campo historiográfico, o qual emergiu de ecos ouvidos pelas subjetividades de poucos em meio a formas de silenciamento de muitos. Não obstante, em meio a tal processo, a equiparação de outras práticas e domínios e seus reflexos no esgarçamento de noções metodológicas para a História.

Com Tedeschi (2014), compreendemos o processo de mudança metodológica, proposto pela Escola dos Annales, na historiografia do século XX ao convocar a história do tempo presente para fazer significar os temas populares, públicos, transversais e subversivos. Uma outra observação a respeito de categorias universais como modelagem linguística questiona a representação masculina do sujeito. Revisitações tornam-se necessárias quando uma forma específica de inscrever acontecimentos na história toma o lugar de outras mais plurais: “por isso, aos (as) pesquisadores (as) têm se colocado na tarefa de garimpar e aprofundar metodologias e técnicas participativas, com o intuito de descobrir histórias de sujeitos ocultos, silenciados por questões de raça, gênero, classe, etnia... etc.” (TEDESCHI, 2014, p. 8).

Uma notável crítica é percebida no aparato teórico deste autor ao localizar o silenciamento de sujeitos e suas idiossincrasias ainda nos postulados historiográficos da década de 1960/70, orientados por uma ótica que privilegiava o entendimento da luta de classes em detrimento das manifestações culturais e suas implicações sobre os corpos dos sujeitos. Nesse sentido, a análise de Tedeschi convoca as noções de Foucault a respeito do discurso, regime de verdade e de poder para recitar a localização na genealogia desses domínios como forma (re)produtora de práticas, exemplificadas nas narrativas construídas a partir de uma história dos documentos oficiais.

Sobre os intuitos de metodologias participativas, traz-se a participação dos sujeitos no processo de historicizar o presente a partir de registros, memórias e arquivos. Portanto, nesse percurso do historiador (e outros cientistas) sobre os rastros, trapos e outros indícios a respeito dos fatos do passado, remanesce também a oralidade dos sujeitos, fundando o campo de trabalho para a História Oral.

Na contribuição do autor para o campo destacado, o trabalho com a oralidade “dá às fontes orais um valor central e recupera deste modo um espaço para a história não oficial” (TEDESCHI, 2014, p. 15). É, pois, nessa abertura metodológica em curso a partir da prática

de outras epistemologias do conhecimento subjetivo que a pluralização do fazer historiográfico ganhou espaço, principalmente pelas observações que fizeram dos lugares de memória⁸⁵, do protagonismo feminino e dos problemas deslocados de certos compromissos culturais com a noção de gênero.

Dada a abertura do campo historiográfico, autores se encarregaram de questionar a epistemologia de trabalho de historiadores majoritariamente homens para com as práticas sociais dos sujeitos marginalizados. Assim, conforme vemos delinear-se pelo percurso analisado por Tedeschi, por qual motivo tais sujeitos foram eximidos em ocupar lugar de objeto de conhecimento histórico?

Sobre a questão feminina, a inscrição da oralidade como fonte de uma memória viva dos sujeitos para a escrita da história deu lugar para as mulheres ocuparem essa posição. Contudo, na década de 1970, as contribuições de mulheres e feministas para o campo da história fazem localizar práticas discursivas construídas e circuladas por um imaginário que distinguia a memória masculina da feminina. Houve, então, a orientação de atribuir valores de gênero para a memória dos sujeitos. Por isso as tentativas de reificar práticas sociais relacionadas à biologia dos sexos como representações dos papéis de gênero, na justificativa de instituir um “saber comum” no “dizer que a mulher fala da família e o homem de outros assuntos” (TEDESCHI, 2014, p. 21).

Del Priore assume a escrita da História das Mulheres e as relações entre gêneros, assim como Marta Rovai (2012), Ana Maria Colling (2014) e Joan Scott (1990) também as discutem com tamanha autonomia, reafirmando propostas políticas e emancipatórias do sujeito mulher tanto nas fontes históricas quanto no processo do fazer histórico. Dizer que se conta uma História das Mulheres também é dizer que está se construindo uma narrativa que questione os limites impostos ao trabalho de mulheres, escravizadas, forras, livres etc.; demandados por uma hierarquia dos sexos que até de seus registros as excluía.

Ao nos depararmos com as exclusões de mulheres nas narrativas históricas, um trabalho como *As formas do silêncio*, de Eni Orlandi (2007), convida-nos a perceber

⁸⁵ A respeito dessa expressão, trata-se de uma contribuição de Pierre Nora para os estudos de memória para a História. Ver em: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, PUC-SP, 1993.

distinções entre ditos, não-ditos, implícitos e o silêncio nos discursos. No trabalho com os documentos históricos, por exemplo, compreende que é pelo olhar lançado pelo historiador que os arquivos se tornam fonte de leitura e de escuta. Mas o que se escutava e o que se emudecia? O que se lia e se desviava o olhar?

Assim, no questionamento que se faz da moralidade que o imperativo masculino fez das mulheres, observamos as condições de produção do discurso histórico e o compreendemos pelo o que antecede a escrita da história no estatuto conferido aos ‘magistrados’ dos fatos. Dito de outro modo, uma História Oficial que só poderia ser contada por ‘oficiais’, uma História Monumental, escrita pelas verdades já-lá asseguradas pelo documento, restringindo o poder de questionamento do historiador. Leandro Karnal e Flávia Galli Tatsch (2015) discorrem a respeito da definição de documento, mas, antes, fazem revelar o valor que lhe é atribuído por outrem. As tipologias textuais e os graus de autenticidades revelados nas chancelas e brasões estabeleciam a “epifania documental na qual significado e significante histórico pareciam fundidos para sempre” (2015, p.12). Mas é pela mutabilidade assinalada por estes autores que as valorações mudam de objeto ao passo que os indícios do presente também significam contestações para o futuro:

Se concluímos que não existe um fato histórico eterno, mas existe um fato que consideramos hoje um fato histórico, é fácil deduzir que o conceito de documento siga a mesma lógica. Fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas (KARNAL; TATSCH, 20015, p. 13).

Dessa ponte nomeada diálogo, podemos trabalhar as práticas discursivas ao lado da história, que, a partir do trabalho quase indissociável do linguista e do historiador, ambos ‘catadores de trapos’ no processo de fiar acontecimentos e descrever suas dispersões na linguagem dos sujeitos, pode colocar à disposição outras formas de registro para a História.

Há que se considerar, no entanto, que, na relação de dominação sobre o feminino, relação organizada pela prática de discursos patriarcais e sua edificação de instituições geridas por homens, os espaços privados, os deveres domésticos e matrimoniais funcionavam como “uma pequena indústria doméstica na qual se produzia de sabão, conservas e embutidos a roupas e tudo o mais que garantisse um relativo conforto aos seus membros” (DEL PRIORE,

2001, p. 96). Assim, embora afastada do espaço público, as mulheres desempenhavam acúmulos de funções que iam além do que homens faziam em sua liberdade de gênero. Dessa condição, Del Priore questiona vertentes feministas que tentaram provar o desejo de potência de mulheres se parecerem como homens, ou atuarem na mesma proporção do masculino, em um sentido restrito à categoria homem. Dito isso, a autora nos alerta para práticas discursivas e imaginários sociais que não reconhecem, mesmo nessa toada por direitos igualitários, outras formas de subordinação dentro de uma noção que remanesce intocável sobre as mulheres na história, cabendo, então, uma ética e estética que as apresente, daí uma das localizações que se faz ao entrelaçar história, estudos de discurso e de gênero, não condicionada às categorias linguísticas fixas, modeladas por signos que mais estagnam do que pluralizam as performances dos sujeitos:

Para lutar contra a subordinação das mulheres, essa nova ética considera que não se deve implicitamente adotar os valores masculinos para parecer-se mais aos homens. Mas que se deve, ao contrário, repensar não somente a indiferença em relação aos interesses femininos, mas, sobretudo, o desprezo pelas virtudes tradicionalmente femininas (DEL PRIORE, 2001, p. 102).

Os paradigmas de observação compreendem viragens nas epistemologias do saber, como vimos acontecer na Linguística, na Filosofia, na Psicanálise etc. E é no século XX que a História se encarregou de se desdobrar em novos domínios ao alcançar outros sujeitos, outras formas de relações sociais, fenômenos e táticas avistadas no cotidiano da vida pública, privada e de quem estava à margem delas. O cotidiano deixa de ser algo banal para a história, importando as relações ordinárias de sujeitos ordinários nas táticas de lidar com o tempo, com as limitações sociais dos espaços e nas reinvenções de práticas e estratégias culturais (cf. DE CERTEAU, 2003), dado que a relação com o simbólico nas relações de poder tornavam-se cada vez mais exclusivas de quem por elas comandavam.

Na condição de veículo político e ideológico que é o campo da linguagem, as suas formas de inscrição na história encontram questões que precisam ser discutidas e colocadas em curso no próprio fazer político das narrativas do cotidiano. Por isso, pela recursividade da escrita, torna-se possível apresentar os fatos e elaborar o plano da narrativa. É necessário libertar as mulheres dos compromissos culturais que elas não se impuseram. Por isso a

necessidade de pluralizar os sujeitos e fazer relacionar com outras formas de registro cultural próprios de suas táticas e saberes no cotidiano.

2.4 O problema que fizeram sobre o gênero e a descentralização ontológica da identidade

É importante notar que as discussões sobre gênero se inserem a partir da virada Linguística dos anos 1960, momento em que as ciências sociais se pluralizam frente as teorias estruturalistas, inserindo outros paradigmas de observação. Na história da luta feminina, o conceito de gênero “foi introduzido na ciência pelas teóricas feministas nos anos 1970, insatisfeitas com as molduras teóricas que explicavam a condição das mulheres no mundo” (GOMES FILHO, 2016, p. 23). Assim como vemos em Butler (2017), é essa determinação por um Outro não-mulher sobre o que “é ser mulher” que faz germinar discursos feministas, como os de Simone de Beauvoir, ao escrever na história das mulheres o enunciado que não termina de produzir sentidos: “ninguém nasce mulher, torna-se⁸⁶”.

Outa discussão que ocorre no interior dos coletivos feministas se desprende do enunciado “toda feminista é mulher, mas nem toda mulher é feminista”. A efervescência em torno desse debate faz borbulhar questões plurais para o feminino, assumindo que o mirante teórico e prático é formado pela interação do que cada mulher concebe como luta, resistência e relações de poder em sociedade. Daí o entendimento que Butler tem da categoria “mulher” como signo em constante processo de (re)formulações, performances e identidades.

Assim, a autora redireciona o problema em definir o conceito de gênero para a genealogia a que seus significados foram e ainda estão submetidos nas produções discursivas falocêntricas e de ordem heterossexual compulsória. Na leitura feita a partir de lentes foucaultianas, Butler coloca esses discursos na ordem das instituições definidoras de identidade, propriamente ditas masculinistas e castradoras do desejo homossexual. Mas o problema de definir gênero não se esgota no debate feminino, como compreendemos. É pelo debate feminino que vemos a noção de gênero pluralizar-se visto que a própria ideia de

⁸⁶ O enunciado de Beauvoir faz-se emblemático nos discursos de mulheres e mulheres feministas no Brasil. Encontra-se escrito e discutido no volume I da obra *O segundo sexo* (1949), de sua autoria.

feminino não se encerra no corpo da mulher, como se tal categoria estivesse pré-fixada como de um “problema de mulher”, dado por ela.

As performances, os pequenos traços, gestos e cores lidas como femininas ou “do feminino” desestabilizam a ordem discursiva que as fazem relacionar-se com os compromissos ideológicos e culturais impostas para o gênero. Em outras palavras, tal desestabilização permite a noção de que, independente do gênero, é possível ser masculino e feminino ao mesmo tempo, sem inclinações unilaterais, fundando uma fluidez para a categoria e, logo, suas formas descentralizadas da biologia do sexo.

É nesse quadro observado, em que o masculino duela com o feminino, que Butler pensa para além do que se pensou saber do poder segregador dessa estrutura: “na verdade, o poder parecia operar na própria produção dessa estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero” (BUTLER, 2017, p. 8). Há que se admitir que, culturalmente, pensem o gênero masculino de forma diferente do que se pensaria o gênero feminino, mas, por que sempre numa relação de desigualdade? Ainda, se uma mulher pensa e diz sobre o gênero masculino de forma diferente do que diria um homem sobre a própria ideia de masculino, por que é que esta última prevalece? Ou ainda, parafraseando Pierre Bourdieu (2007), o que haveria de tão problemático se a dominação fosse feminina? Talvez haja aí o lugar para repensar os compromissos culturais com as noções que se tem e faz sobre gênero.

Pela perspectiva dos estudos de gênero para a escrita da história, investigar as relações entre homens e mulheres e os compromissos culturais atribuídos à biologia de seus sexos em um determinado momento do passado é condição significativa para descrever a dispersão de enunciados, discursos e suas conseqüentes práticas a respeito da exclusão das mulheres e a soberania dos homens, no presente. A noção sobre a categoria linguística – gênero – revela, portanto, uma construção discursiva sobre o devir masculino e o devir feminino, assim como válida nessa definição pela singularidade de seus efeitos no mundo contemporâneo. Pelas definições da agenda bluteriana, “gênero” também trata de um conjunto de características e identificações com gestos dizíveis serem do feminino ou do masculino, mas sem que estejam colados à dicotomia dos sexos. Independente dele, os sujeitos e a condução de seus corpos podem assumir formas, traços e símbolos que aludem e performam uma identidade de gênero convocada pelas discursivizações de seu corpo.

Embora existam delimitações de atuação e alcance das epistemologias associadas à História das Mulheres e à História de Gênero, reiteramos o ponto em comum em que ambos os lugares de observação se convergem. Sobre a questão da subalternidade, encontramos possibilidades de outros sentidos nas discussões aqui convocadas que nos filiam aos estudos pós-coloniais. Neste sentido, atento às formas sutis em que práticas linguísticas visam falar pelas mulheres, ou a metodologias que deslocam epistemologias inóspitas para os sujeitos enquanto objeto de significação histórica, compreendemos que, mesmo na relação do pesquisador criticamente orientado e respaldado pelo ambiente acadêmico, alguns gestos poderiam ser lidos como uma tentativa de falar pela margem, de, na possibilidade de interpelá-la a contribuir (quando possível), falar, antes, dela.

Nessa incansável busca por ouvir e aprender com a História e a História contada por mulheres, estivemos ao lado da Professora Kaona Sopelsa durante o *I Simpósio Internacional – Fazer história de uma fronteira: Mulheres, Gêneros e Feminismos* –, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFGD. Ministramos o minicurso intitulado *Uma manhã com as ‘outras’: história, biografia e obras de Gayatri Spivak*. De origem indiana, a autora é conhecida como tradutora (para a língua inglesa) de obras de Jacques Derrida e por contemplar uma perspectiva biográfica de seus trabalhos para os estudos pós-colonialistas, principalmente na obra *Pode o subalterno falar?* (2010).

Uma pergunta como essa, levada a título de um trabalho, não poderia conter simplesmente uma retórica, ou algo como ‘sim, se o subalterno fala, então, ele fala’. Spivak questiona, primeiramente, a apresentação e às sujeições de representação do subalterno. Subalterno visto de qual ótica? De qual localização geográfica? Sem que fuçamos da contribuição posta em discussão, semelhantes questões inquietaram Boaventura de Sousa Santos ao escrever sobre a colonização do saber vinda do Norte, ao escrever sobre as latências das *Epistemologias do Sul*. Sobre a colonização do saber, das práticas culturais e locais, Spivak vai ainda mais longe ao indagar: como pode os povos terem sua memória pesquisada, as práticas sociais que os identificam, sem que adentrem, posteriormente, os espaços acadêmicos de produção sobre sua cultura?

A partir dessas contribuições de Spivak, compreendemos a questão a respeito do “local de fala”. Para ela, o local de fala passa essencialmente pelo discurso da cultura que

constitui o seu falante, por isso, o Outro não deve falar em seu lugar. Walter Dignolo (2003), em *Histórias locais, projetos globais*, pontua que os trabalhos dos intelectuais do terceiro mundo constituem saberes que fundam o pensamento liminar e a circulação desse pensamento nos espaços-centros descentraliza um pensamento decolonial. Dito isso, o autor nos alerta para a compreensão desse processo como algo que se dá nas mais variadas formas de resistência e que, por questões de signos culturais/linguísticos, “o conhecimento proveniente de histórias locais é produzido na intersecção das línguas silenciadas e silenciadoras” (MIGNOLO, 2003, p. 108).

Na obra de Spivak, a preocupação remanesce nas formas que o discurso ocidental constrói e apresenta os sujeitos do terceiro mundo, por isso, convida-nos a refletir sobre a ideologia dominante e colonial que coloca o sujeito no lugar de subalterno, de secundário. Para ela, mesmo teóricos como Foucault e Deleuze terem discutido tais efeitos que se dá de forma crítica nas relações de saber-poder, ainda remanescem questões intocadas. Portanto, para a autora, ser subalterno não é uma identidade, mas sim uma posição, uma forma-sujeito construída por uma forma de discurso colonialista que produz sujeitos soberanos.

Se a crítica ao sujeito do discurso soberano funda um sujeito, como disse Spivak em *Pode o subalterno falar?*, certamente funda também a ideia sobre o que será produzido a partir dele. As (re)leituras que Pêcheux fez de Althusser são interessantes para a problematização do sujeito e a compreensão de que este não é totalmente assujeitado às formas da ideologia, condição para qual Spivak advogará sobre a ideia de “agenciamento”: como um conjunto de atitudes perpassadas pela culturalidade que se destinam às apresentações destes sujeitos para o mundo e suas formas de estar no mundo. Neste sentido, as epistemologias pós-coloniais propõem olhares para os mais diversos panoramas em que o sujeito subalternizado se encontra no discurso ocidental, constituído numa monocidade do pensamento, ou seja, investigados por uma relação hierárquica entre culturas. Conforme Mignolo:

[...] o ocidentalismo - como afirmei - como o imaginário dominante do sistema mundial moderno foi uma máquina poderosa para subalternizar o conhecimento (dos primeiros missionários da Renascença aos filósofos do Iluminismo) estabelecendo, ao mesmo tempo, um padrão epistemológico planetário" (MIGNOLO, 2003, p. 92).

Dito de outra forma, tanto Spivak quanto Mignolo querem tornar conhecíveis tendências de práticas institucionais e culturais em excluir e marginalizar o subalterno. Por essas questões é que o trabalho com as problematizações das noções de gênero faz intersecção com os estudos pós-coloniais também por se inserirem numa temporalidade contemporânea em que muitos dos estudos culturais foram revisitados e reelaborados pelos próprios sujeitos estudados pelo Outro-acadêmico. Assim, entendemos o gênero como uma categoria de análise que está submetida a traduções culturais, havendo nessas “traduções” o lugar para a crítica, para o refazer sob a ótica do sujeito construído nessa prática. Antes, falava-se sobre as culturas dentro de uma dada noção sobre elas e seus sujeitos. Portanto, com os estudos pós-coloniais, faz-se escutar o sujeito que fala por si, sobre si e por suas manifestações culturais constituídas pelo grupo que o integram.

Relacionamos as discussões à proposta filosófica de Butler. Por isso, problematizar a categoria gênero, seguindo as ideias da autora, é mais do que desestabilizar o que é do masculino e o que é do feminino, é, anterior a isso, parar uma máquina produtora de categorias que insistem em codificar o sexo, o desejo e os sujeitos como se fossem extensões de uma única possibilidade estática de ser-sujeito. Afinal, o conceito de gênero é um problema ou o problema é o que fizeram dele? Por isso, a interrogação está no início, na ideia pré-concebida que se faz e dela se desprendem performances que deveriam ser seguidas, mas sob o comando de quem?

A contribuição de Foucault a respeito da noção de discurso enquanto prática é reveladora para as discussões propostas em Butler que, em busca de uma genealogia dessas definições, se depara com instituições endereçadas a uma ideia pré-discursiva, como se o que se coloca em prática para a regulação dos papéis sociais fosse algo anterior à própria palavra, algo pré-concebido.

Durante a aula inaugural no *Collège de France* (pronunciada em 02/12/1970), Foucault diz que quer ser envolto pela palavra, tendo em vista que ela está em um lugar suspenso no discurso ao ocupar vários lugares e significados a partir das formas pelas quais atravessa o sujeito. Na mesma linha de pensamento, faz emergir a interpretação de que em “nosso” discurso precede uma voz que nos fala, nos situa e nos regula em uma dada ordem,

sendo esse discurso uma fonte que não nasce no sujeito, mas, sim, seria nele, o fim, uma das condições para a sua significação, apresentando-se, inicialmente, clandestino nesta instância. Foucault, quando diz: “não haveria, portanto, começo; eu seria, antes, o ponto de seu desaparecimento possível” (2014, p. 6), constrói sua teoria em torno das práticas discursivas, não contendo nelas um início no sujeito, mas sim, por ele, o lugar pelo qual tais práticas se realizam, assim como o organismo em que as formações discursivas se ramificam e proliferam:

Se o discurso existe, o que pode ser, então, em sua legitimidade, senão uma discreta leitura? As coisas murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se; e esta linguagem, desde seu projeto mais rudimentar, nos falaria já de um ser do qual seria como a nervura (FOUCAULT, 2014, p. 45).

A respeito dessa perspectiva, ao olharmos para os espaços discursivos convocados para esta pesquisa, pensamos, antes, essa noção de lugar em que os discursos, os quais aqui nos interessam no campo da sexualidade, da política e da moral, podem circular, compreendendo-os na tensa relação entre sujeitos e instituições, dado o que Foucault diz:

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente no qual a sexualidade de desarma e a política se pacífica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 2014, p. 9).

Antes de adentrarmos na categoria – instituição e seus regimes discursivos de funcionamento uma leitura prévia de Pêcheux (2008) nos chama atenção. Em *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio, o autor relaciona os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), conceito de Althusser, com aquilo que está por trás da “evidente” noção de ideologia. Para Pêcheux, as ideologias são práticas que se realizam por meios/lugares, os quais tomarão o espaço de expressão, realização e, aqui nos arriscamos dizer, também o de representação (cf. BOURDIEU, 1998) pelos aparelhos que as abrigam, denominando-os como um conjunto complexo.

Sobre essa nossa concepção em torno de uma ressignificação terminológica, argumentamos que chamar de “aparelhos de práticas ideológicas de Estado” pode trazer mais um significado ao nosso estudo. O que queremos dizer é que os aparelhos estão envolvidos por discursos, mas, mais ainda, por práticas engendradas no interior desses discursos. Tomamos então esse engendramento como a asseveração de Foucault na obra *A arqueologia do saber* ao nos fazer conhecer aquilo por traz da linguagem, que está ligado à sua exterioridade, vir a ser a existência de algo, por exemplo, a produção de leis, políticas, regimes e, sobretudo, sujeitos que as fazem circular e serem exercidas, sendo essa a ideia também de extensão da instituição, do sujeito que coloca suas leis em prática.

Ao tratar dos procedimentos de exclusão e suas formas de marginalização, Foucault atribui à interdição uma prática discursiva que está condicionada aos desejos do poder: dizer, requerer e/ou expressar do outro. Este desejo de poder manifesta o sentido que nos interessa aqui deslocar: “o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre de ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (FOUCAULT, 2014, p. 7). A hipótese que descolamos do olhar de Foucault é a seguinte: o sujeito é a nervura da língua(gem) e a dupla aparição de seus murmúrios.

A respeito dessa dupla aparição, trata-se da do próprio sujeito e, anterior a ele, dos dizeres que o constitui pelas instituições do saber. Essa relação da linguagem com a sua exterioridade linguística é a causa da manifestação de sentidos que fazem existir sujeitos de suas práticas e que entre as relações de poder, o discurso aponta para os doutrinadores do desejo, do poder de desejar, ao passo que o lugar e a visibilidade discursiva que vão se formando, conferem-lhe também uma condição de verdade. Assim, ao pensarmos com Foucault sobre o lugar que as instituições ocupam para conferir valor de verdade sobre o desejo do sujeito, entendemos sua proposta teórica:

[...] o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2014, p. 10).

A respeito dessa noção de lugar ocupado pelas instituições, o sentido de “campo” remete-nos aos estudos de Pierre Bourdieu, em sua clássica obra *O Poder Simbólico* (2009). Ao abordar o poder dos símbolos, Bourdieu (2009) não deixa escapar a opacidade que constitui e atravessa, por excelência, a linguagem. Tal opacidade se dá em campos, ou seja, regiões repletas de signos imbuídos de sentidos, ora materializados em textos, os quais os gêneros, orais, escritos ou imagéticos, podem ser separados de acordo com o horizonte instituído na relação de poder a que estão/são submetidos, e corporificados pelos efeitos que os símbolos murmuram, assumindo ou negando-os.

Para Bourdieu (2009), ainda há o que dizer a respeito do que as ideias escondem: o que ou quem a faz trabalhar, como fazem para circular seu acontecimento. Assim, Bourdieu convoca para a discussão o que chamou de “imigração das ideias”, expressão que nos lembra a ideia de clandestinidade discutida por Foucault, e que também instaura uma condução para falarmos das instituições:

Se “a imigração das ideias” [...] raramente se faz sem dano, é porque ela separa as produções culturais do sistema de referências teóricas em relação às quais as ideias se definiram, consciente ou inconscientemente, quer dizer, do campo de produção balizado por nomes próprios ou por conceitos em -ismo para cuja definição elas contribuem menos do que ele as define. Por isso, as situações de “imigração” impõem como uma força especial que se torne visível o horizonte de referência o qual, nas situações correntes, pode permanecer em estado implícito (BOURDIEU, 2009, p. 7).

É desse esforço de tornar visível esse *horizonte de referência* que as instituições se beneficiam, pois de acordo com Foucault (2014), que chama esse esforço de “vontade de verdade, assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2014, p. 17). É a respeito dos suportes e das distribuições institucionais do poder que precede um saber que:

[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2009, p. 8).

Estudiosa de Foucault, Butler, por uma crítica à metafísica da substância e à fenomenologia, anuncia uma proposta analítica e metodológica que convida para a cena da discussão uma noção de sujeito descentrado, autorreflexivo, que interroga as produções de identidade. Esse se torna, portanto, o problema de pesquisa de Butler e o seu desejo de saber-poder a que construção discursiva está subvertendo. Por quais práticas se subverte a identidade construída sobre o feminino? A partir da filosofia da linguagem suportada por uma crítica ontológica do ser, as discussões da agenda butleriana desestruturam conceitos que impõem uma identidade feminina como ostensiva do sujeito-mulher. Ao compreender com Butler a performatividade dos gêneros e seu desprendimento do corpo biologicamente descrito como masculino ou feminino, faz-se ver as inscrições culturais que se preparam aos atos, gestos e identificações com o que lê sobre um gênero. Por essa análise que desvela insinuações da existência de um “pré-discurso”, enquanto categoria de análise, o próprio gênero é um marcador de diferença, um traço de personalidade das performances que o sujeito faz de si mesmo. De acordo com a cuidadosa revisão de literatura que Sara Salih faz de Butler:

O gênero é um ato que faz existir aquilo que ele nomeia: nesse caso, um homem "masculino" ou uma mulher "feminina". As identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem, o que significa que não há identidade de gênero que preceda a linguagem. Se quiséssemos, poderíamos dizer: não é que uma identidade "faça" o discurso ou a linguagem, mas é precisamente o contrário, a linguagem e o discurso é que "fazem" o gênero (SALIH, 2015, p. 91).

A essa definição somada à construção do gênero enquanto marcador de diferença, o movimento feminista, ou como Butler chama de movimento de mulheres como sujeito do feminismo, mas nem todas sujeitas a ele, presume uma identidade feminina definida e as formas pelas quais a política dela poderá se apoderar. Deve-se, portanto, desidentificar o feminino como estritamente ligado ao corpo da mulher, dado que o que se concebe como próprio do feminino ou do masculino é condicionado por registros culturais e sociais, organizados no discurso de uma sociedade que há pelo menos dois séculos engendra gênero e sexualidade em quadros e sistemas heteronormativos a respeito das nuances humanas.

Compreendemos que o período totalitário que o nosso país vivenciou durante a ditadura civil-militar (SILVA, 2016) não se reduz ao panorama político, mas reiteramos que por ele as formas de governo instauradas previamente às leis forjam códigos e normas de comportamento que reificam papéis sociais e o dimorfismo sexual. Assim, a ordem, a moral e os bons costumes regulam e fundamentam práticas censórias para uma performance dos gêneros, tornando-os estáticos, presos ao corpo biológico e que assim deve seguir o que socialmente era naturalizado pelas práticas masculinistas e segregadoras de espaços, quando não excludentes quando da entrada “transgressora” de dissidentes. O trabalho de Silva (2016) relaciona trabalhos que visam colocar o gênero numa relação de contracultura, dado que esta não o deve normatizar, embora tais efeitos sejam reflexos dos discursos e dos sujeitos enformados por suas práticas. A fluidez, a performance, os papéis não-fixos são confiscados pelo poder constituído pelo saber controlador das instituições militares, policiais e médicas.

Quanto à homossexualidade, o trabalho de Silva ainda nos ajuda a compreender os medos e receios do Estado totalitário nos anos da ditadura a respeito dos sujeitos que fugiam às normas de conduta ditas “de bem” e de caráter moral. Entre as alianças do governo, resistia às investidas da esquerda e a tudo que estava associado a ela, entendido pelo viés direitista e militarizante, comportavam práticas comunistas, anarquistas e desmoralizantes. A homossexualidade dos sujeitos, lida pelos gestos e traços femininos no corpo masculino, agrediam a masculinidade de quem seguia a ordem de gênero vigente. Entretanto, o que mais se temia era a juventude, passível de um aliciamento das identidades homossexuais e, logo, esquerdistas/comunistas, inimigas do Estado de exceção.

Essas observações a respeito da leitura que o Estado fazia sobre os sujeitos ditos reprodutores de práticas “degenerativas” e as questões que ainda hoje são pautadas como reivindicação de morfologias que representem adequadamente as inscrições das identidades performadas pelos sujeitos LGBT, encampa os argumentos que refutam bases universais que se preparam aos compromissos ligados aos movimentos sociais, o que Butler considerou como uma presunção política, dado que o vemos ser legitimamente pautado pelos coletivos feministas e LGBT é uma condição de representação política que perpassa, antes, pela compreensão das performances do corpo, do gênero e das identidades.

2.5 As transformações da violência física em formas de repressão e duplo aparecimento do sujeito na linguagem LGBT

Essas noções levam à palavra-chave “saber-poder” que se torna o significante para as buscas de Foucault e seus trabalhos. O autor, dedicado a entender as formas como os saberes são constituídos e institucionalizados, bem como o desejo de poder saber sobre algo, discorre sobre o desejo de potência dos sujeitos. E é sobre esse desejo que os últimos trabalhos de Foucault implicam em outras questões em torno da ética e da crítica, termos que organizaram a conferência "*Qu'est-ce que la critique?*", proferida na *Société Française de Philosophie*, em maio de 1978" (FONSECA, 2008, p. 244).

A tese de Foucault, ao se perguntar “o que é a crítica?”, indica que não há atividade que não seja crítica quando esta se exerce em oposição a um outro conjunto de atividades. Em poucas palavras, quando a temática surge para o Foucault que ainda pensava a vida como objeto de governo, o autor começa a entender as táticas dos sujeitos ao repensarem as formas de ser governado, ou, ao olharem para si e nesse processo se reconhecerem pelas suas subjetividades, pulsarem formas de não serem governados de modos insatisfatórios.

As últimas análises de Foucault a respeito das formas de se exercer a governamentalidade recaem em um sentido mais amplo, o que veio a chamar de as “artes de governar” e os pontos de encontro que decorrem da autorreflexão dos sujeitos ao se questionarem sobre possíveis formas de não governo, ou ainda, a escolha de se submeterem à ideia de “governo de si”:

Essa questão fundamental do "como não ser governado" seria a contrapartida, a parceira e ao mesmo tempo adversária das artes de governar. Seria a maneira de se desconfiar delas, a maneira de limitá-las, recusá-las, transformá-las. É a essa espécie de "forma cultural geral", de "atitude ao mesmo tempo moral e política", de "maneira de pensar" que Foucault denomina crítica (FONSECA, 2008, p. 245).

Fonseca propõe dizer que há, então, um ponto de intersecção no pensamento de Foucault e suas discussões entre o “governo da vida” e o “governo de si”, sendo essa

intersecção a toda para se pensar uma filosofia emancipatória do sujeito, que se dará no oposto de atividades preestabelecidas pelas ramificações do poder. Desse pensamento, aparecem suas bases epistemológicas na filosofia kantiana, que concebe a crítica como uma atitude e uma atividade contrária a uma condução da vida por outro, seja na personificação humana ou no conjunto de leis de um tipo de governo (FONSECA, 2008, p. 244).

Sobre essa noção de crítica, ela é, para Foucault, deslocada de sua observação às formas como se estabeleciam vínculos de obediência no discurso cristão, tendo como ideia de vínculo o conjunto de regras e prescrições a serem seguidas em nome da moral, expiação dos pecados e salvação da alma. Além disso, dado que este se constitui em uma forma de governar a vida dos homens, tendo as suas práticas cotidianas cerceadas e orientadas por outrem, parte-se dessa premissa outros regimes de governo multiplicados pela diversidade dos sujeitos.

Encontramos o que Fonseca chamaria de prática histórico-filosófica a respeito da noção de crítica pensada por Foucault para interrogar os limites de interpretação e gestos de leitura dos vestígios da relação do homem com seu tempo, impetrados por autoridades. Ao questionar a atividade e a autoridade da Igreja para interpretar as escrituras sagradas, Foucault encontra no lado oposto dessa prática, ou seja, sua crítica, à possibilidade de voltar às escrituras para outras (re)leituras.

Neste sentido, ao convocar a noção de crítica ligada às artes de governar para o campo do conhecimento, dado que a vontade de saber se dá por uma busca de poder-saber e, assim, afirmá-lo, Foucault tece a crítica que estabelece a ponte para as nossas discussões em torno da escrita da História:

Nesse contexto, a crítica se expressará pela decisão de somente se aceitar como verdade aquilo a respeito do que se pode encontrar, em si mesmo – e não por meio de uma autoridade qualquer – razões suficientes para ser admitido como verdadeiro (FONSECA, 2008, p. 246).

Portando, ao centrar a discussão da crítica na questão do conhecimento e suas formas de domínio, Foucault trata de descrever como o poder se articula com o conteúdo do saber, tanto para restringir quanto para autorizar práticas.

A arqueologia do saber procurará descrever as relações dos objetos, vestígios e utensílios históricos com a construção discursiva que autorizou os seus usos. Assim, Foucault descreverá por quais formas de conhecimento e por quais formas de usá-lo ocorreu a aceitabilidade e circulação de tais discursos, não de modo a explicitar uma relação de causalidade, tão pouco buscar por uma verdade nessa relação, mas sim ampliar a ideia de que há uma forma de discurso que o tempo todo vigia os sujeitos.

O escritor João Silvério Trevisan, também membro e colunista no *Lampião da Esquina*, lembra no documentário que a comprovada existência de homossexuais no Brasil era um caso veiculado pelo *Notícias Populares* (1963-2011)⁸⁷. As manchetes explicitavam questões de violência urbana em torno da vivência LGBT sem se apoderar de questionamentos que reconduzisse a violência para os agressores. Ainda, conforme aponta dados do acervo do *Notícias Populares*⁸⁸, as notícias em torno do aparecimento de casos de pessoas infectadas com HIV apontavam para uma interpretação que ia além de práticas sexuais desprotegidas, a qual, por sua vez, ganhava o título de “Peste Gay”⁸⁹

Sobre esse cenário em que a imagem de homossexuais estava atrelada, reverbera a necessidade de reconstruir esse imaginário social a partir de uma linguagem que se tornasse conhecida, que se afastasse de entendimentos preconceituosos. Por isso que, ainda em relação à incredulidade de Ney Matogrosso, até então entendível para as questões morais da época, vemos se apresentar em sua fala o sentido de tornar “oficial” uma vivência, uma condição natural de vida. Isso porque, conforme discutimos anteriormente, no tópico sobre a historiografia do movimento LGBT, o retrato social das minorias não era alvo de outros

⁸⁷ “Na década de 1980, o jornal *Notícias Populares* passou por uma reestruturação gráfica e editorial. Manteve-se o apelo sensacionalista, porém a valorização das ocorrências policiais e tragédias cedeu espaço às manchetes apelativas, em que notícias irrelevantes do cotidiano urbano eram supervalorizadas por chamadas garrafais, com certa dose de humor [...]”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noticias-populares>>. Acesso em: 11 de out. de 2018.

⁸⁸ “Cercado de mistérios, tabus e preconceitos, o surgimento do vírus da imunodeficiência humana, o HIV, foi acompanhado pelo jornal, que dedicou mais de 90 chamadas de capa ao assunto entre 1983 e 1985”. Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/saiunop/2014/10/1524834-aids-muda-habito-sexual-em-sp-e-alavanca-masturbacao-e-filme-porno.shtml>>. Acesso em: 11 de out. de 2018.

⁸⁹ “Títulos como “Peste gay é a epidemia do século” (30.ago.1983) ou “Peste gay matou 80% das vítimas” (22.set.1983) poderiam ser lidas com frequência num momento cujo nível de informação sobre o assunto era limitado”. Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/saiunop/2014/10/1524834-aids-muda-habito-sexual-em-sp-e-alavanca-masturbacao-e-filme-porno.shtml>>. Acesso em: 11 de out. de 2018.

campos, como o da História, que se inscreveria na pesquisa de autoridades do conhecimento e, tão pouco, se inscreveria em documentos autorizados. Oficializar, mesmo em um periódico alternativo, nanico, uma fonte de consulta sobre práticas do cotidiano de sujeitos encravados na história, é uma forma que Ney Matogrosso encontrou para significar o lugar de autoridade dos editores e conselheiros do *Lampião* a respeito de sua história e das demais minorias.

Por assim dizer, encontramos no capítulo de número cinco, intitulado “Lampião da Esquina”, disponível na tese de doutorado de Renan Quinalha (USP), a afirmativa da proposta política de fazer do primeiro tabloide homossexual de circulação nacional vir a ser um espaço de reivindicação de espaços de fala, exposição e demonstração da cultura guei. Portanto, não se tratava mais de falar sobre a sexualidade homoafetiva como forma de convocá-la a assumir uma existência, mas sim de fazer ser conhecida enquanto condição natural e inerente aos desejos humanos, ilimitado e desprovido de preconceito sobre suas práticas e performances: "questionava-se, assim, a existência de uma única identidade homossexual confinada nos guetos e estigmatizada pela associação recorrente com o submundo da criminalidade, da corrupção moral e das drogas” (QUINALHA, 2017, p. 281).

Havia, como podemos enxergar a partir desses lugares de memória dos conselheiros do editorial, uma proposta de dizer com a linguagem que unia os homossexuais em suas formas de expressão, unificando texto, corpo e discurso. Pela linguagem homossexual dos veículos estudados, conseguimos conhecer as performatividades de gênero que compunham as práticas de si em relação ao direito da liberdade sexual, assim como interpretar as experiências da vida homoafetiva, das travestilidades e expressões culturais.

CAPÍTULO III

VISIBILIDADE, VIOLÊNCIA(S) E AFIRMAÇÃO EM LAMPIÃO DA ESQUINA E CHANACOMCHANA

Neste capítulo tratamos de convocar e analisar algumas edições do periódico homopolítico *Lampião da Esquina* e sua tensão discursiva com o boletim *ChanacomChana*. A seleção dos recortes feitos ocorreu a partir de localizações da luta LGBT discutidas ao longo dos capítulos anteriores. Nesse sentido, tanto os trabalhos acadêmicos quanto as vozes dos editores no documentário ressoam temáticas sobre visibilidade, violência(s) e afirmação do movimento e da comunidade LGBT no Brasil, ainda à sombra do período em que se instaurou um regime de poder estatal totalitário (1964-1985), constituído de formas jurídicas fundamentadas nos discursos da moral cristã, dos bons costumes, da normatividade sexual e do modelo parental. Dessa formação discursiva, somam-se outras patrulhas políticas endireitadas por uma forma de governo associado à economia das classes dominantes, outrora denominada “burguesia”, que se mantém fiel em reproduzir seu modelo de sociedade como símbolo imperial.

O sustento teórico das análises encontra fundamentação nos trabalhos de Michel Foucault, precisamente nos volumes I, II e II da *História da Sexualidade*, pois são discussões que apresentam relações de poder-saber sobre os prazeres dos sujeitos, bem como uma reflexão política e filosófica de como conduzi-los, controlá-los e retorná-los a uma noção dada como ontológica dos sujeitos e dos sexos. Ao percorrermos os trabalhos de Foucault e a partir dele conduzir uma leitura interpretativa dos jornais, compreendemos que essas materialidades funcionam como um registro histórico do pensamento autorreflexivo de sujeitos gueterizados por suas identidades e expressões de gênero vistas como desviantes da ordem moral dos sexos.

Ainda, essas materialidades funcionam como espaço de registro, circulação e informação criados a partir da incitação institucional em fazer manifestar as práticas discursivas fundantes de uma comunidade linguística, identificada por seus usos e expressões

que repensaram as relações e identidades de/entre gênero no quadro político do Brasil em um período de redemocratização do país. Todo o conjunto de publicações organizam, portanto, um arcabouço linguístico, discursivo e histórico incitados pelos discursos das sexualidades.

Assim, na contramão da Lei de Imprensa, dos Atos Institucionais (AI's) e dos códigos morais cristãos e militares, funciona o que Foucault (2015) chamaria de fermentação discursiva: o periódico "chama atenção e provoca perguntas - algumas bem indiscretas. É, enfim, um jornal que puxa conversa" (LAMPIÃO, 1978, jul/ago, p. 5). Esse "puxar conversa", como um efeito de discurso que desestabiliza a ordem vigente, que gera perguntas, comoção e revoltas, dispersa enunciados e reverberações, alimentando um ciclo de publicações, envio de cartas e a divulgação do próprio jornal.

Nesse sentido, ao (de)monstrar(mos) com enunciados dos jornais as nossas análises, localizamos os caminhos que se cruzaram ao longo do trabalho de ler, vasculhar, catar os pedaços, costurá-los aos indícios da história da formação e da inserção da moralização da sexualidade no Brasil, assim como a recriminação patológica dos sujeitos homoafetivos nesse complexo jogo de poderes e saberes que movimentam discursos e contradiscursos.

3.1 Deslizamentos de sentido na identidade verbo-visual de *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana*

O número zero do *Lampião* continha a informação de que se tratava de um veículo de circulação restrita. Contudo, a partir do número um do periódico, a informação é substituída pela legenda "leitura proibida para menores de dezoito anos". Não há notas explicativas a respeito da primeira edição ter tido sua circulação restrita, no entanto, interpretamos que por ser tratar de uma edição experimental, a intenção dos editores era a de observar os efeitos desses discursos de contracultura e também de avaliar a recepção de seu público leitor.



Figura 12: Lampião: um símbolo sexual?⁹⁰

A edição experimental funciona discursivamente como uma série de interrogações feitas por colunistas e convidados. Questões em torno do orgasmo masculino e feminino, da solidão de homossexuais não assumidos e outras provocações em torno da liberdade sexual movimentam formas de saber (re)pensadas por esses sujeitos. Neste sentido, vemos emergir um espaço que questiona o *status quo* das formas mais íntimas de se relacionar, e se coloca, nesse campo, avesso às formas estáticas dos papéis sociais calcados em pressupostos construídos pela moralidade religiosa de discursos cristãos. A proposta é reiterada pela intenção de fazer do jornal um espelho para LGBT's, um material em que pudessem se (re)conhecer ao ler, ao compartilhar e ao se formar enquanto público.

Sobre a ausência de mulheres na redação do *Lampião*, no número zero Aguinaldo Silva se ateve em escrever uma nota explicativa a respeito:

A ausência de mulheres em *Lampião* não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial; convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das questões que este jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar; no caso das mulheres, a discriminação é bem mais complexa, e independe de suas preferências sexuais (LAMPIÃO, n° 0, 1978, p. 5).

Esse cenário muda ao passo que a agenda feminista é retomada pelo movimento lésbico articulado fora das pautas políticas e sindicais da esquerda operária, destacando-se na organização do primeiro, segundo e terceiro *Congresso da Mulher Paulista* no final da década de 1970 e início de 1980. Esses acontecimentos históricos se inseriram com voz e escrita feminista no *Lampião* a partir da edição de número onze. Durante a participação de mulheres na redação, algumas questões feministas se descolam dos sabidos embates discursivos nos

⁹⁰ Fonte: LAMPIÃO, n° 0, 1978, p.1

bastidores da edição do *Lampião* e se apresentam nas cartas enviadas por leitoras ao jornal, bem como em publicações que visavam demonstrar uma “transparência” do que se discutia nessas reuniões editoriais calorosas. Uma dessas publicações, intitulada “Lampião é desnudado”⁹¹, expõe uma crítica feita à linguagem não verbal do logo do jornal e revela um dos problemas apontados por lésbicas-feministas ao deixarem o veículo formado majoritariamente por homens gueis e fundarem um espaço de fala próprio, como foi a movimentação do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) ao se desvincilharem das pautas temáticas do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), inseridas nos encontros do Grupo SOMOS, também organizado por homens gueis.

A reprodução da masculinidade do cangaceiro *Lampião*, embora tenha sido pensado como uma brincadeira em tom de chacota aos excessos de afirmação de virilidade do Virgulino, é construída pelos editores com imagens esféricas e cilíndricas remetendo a um signo imagético em que seu efeito semiótico é a construção de um falo. Em *ChanacomChana*, por sua vez, não há, para além do verbal, uma construção visual que represente o órgão genital feminino, embora esteja expressada por uma escrita imagética do sexo lésbico. Tem-se, assim, um embate discursivo no viés político e representativo do que se reivindica para além do sexo biológico: "o símbolo do jornal foi interpretado como a combinação de uma representação estilizada do rebelde com a representação de um falo; [...] a representação fálica é uma atitude agressiva e machista; é uma posição desrespeitosa em relação às mulheres (LAMPIÃO, nº 3, 1978, p. 14).

Em *Histórias Íntimas*, Mary del Priore nos dá subsídios para (de)mo(n)strar esse embate entre os signos "chana" e "lampião" que se revela, bem como a observação feita, não se sabe, se por um leitor ou leitora, em uma relação histórica de discursos engendrados por instituições médicas, religiosas e patriarcais afim de suprimir o prazer feminino e restringi-lo à lógica ecumênica da reprodução, estabelecendo uma relação sexual e social passivas da mulher perante às atividades “superiores” do homem.

A essa construção discursiva, Del Priore nos ajuda a compreender as filiações de um complexo jogo saberes. Assim, de bispos a médicos como Nemésio, Herófilo e Galeno, as

91

prescrições cristãs e científicas formavam um interdiscurso comprometido em categorizar a vagina como uma bolsa que esconde, por imperfeição, o pênis (clitóris) e os ovários (testículos):

A vagina só podia ser reconhecida como órgão de reprodução, como espaço sagrado dos "tesouros da natureza" relativos à maternidade. "Nada de prazer". Em oposição, o órgão genital masculino tinha que ser estimulado para garantir as leis conjugais. Manter viva a tradição fecunda do modelo familiar (DEL PRIORE, 2011, p. 26).

Ao olharmos para a fundação do ChanacomChana e, sobretudo pela forte reivindicação política do discurso lésbico-feminista, entendemos que as lutas se tornam plurais e singulares ao mesmo tempo que emergem da ordem discursiva a subverter. Muito embora os jornais representem os movimentos sociais, a interseccionalidade funciona em uma relação de forças centrípetas, condicionada pelos discursos que ora incluem pautas ora subsomem identidades e atuações. A saída das mulheres do corpo editorial de um jornal formado por homens gueis em busca de tornar conhecida e desmoralizada uma forma de linguagem e suas práticas culturais sígnicas entre homens gueis, traz notícias, por sua vez, de uma condução/dominação masculina do pensar, do falo a ser mostrado, para surtir o efeito de qual representação biológica do sexo se deseja e se quer evidenciar.

Por essas questões que deslizam e produzem outros sentidos em torno do sexo, da sexualidade e do poder de (re)afirmá-la que, no artigo *Qual é a da nossa imprensa?*⁹², assinado por Frederico Jorge Dantas, já em 1978 se discutia questões acerca da comercialização dos espaços e dos tipos de entretenimento que a comunidade LGBT poderia vir a ser consumidora, o que hoje chamamos de *pink money*⁹³. Captado pela lógica capitalista, o homossexual, já que travou com sua prática a engrenagem da reprodução biológica demandada há séculos pelas leis cristãs, teria então outras formas de se afirmar economicamente investidor. Contra essa ideologia, Dantas chama atenção para compreender de que se trata de uma forma sedutora e enganadora de se impor socialmente, uma vez que o cerne do problema, o porquê destes sujeitos estarem excluídos ou marginalizados, não está em pauta. A partir desse viés crítico, longe da intenção de fazer colunismo social, o compromisso

⁹² DANTAS, Frederico Jorge. *Qual é a nossa imprensa?* Lampião, número zero, abril de 1978, p. 5.

⁹³ "Dinheiro rosa" seria a tradução literal para essa expressão.

de *Lampião* é o de estimular a autorreflexão da existência homossexual, de suas limitações e dificuldades para não ser descartada das discussões políticas. Dantas reconhece criticamente:

ser a bicha atual um estágio necessário para se atingir um tipo ideal de homossexual conscientizado de sua verdadeira realidade sexual. Escrever o que se conseguiu aprender é o correspondente para o esboço de um futuro melhor, onde possamos reagir com racionalidade e coesão às repressões sociais que nos são impostas pelo grupo majoritário onde o machista credenciado desrespeita a própria regra das liberdades individuais (LAMPILÃO, nº 0, abr. 1978, p. 5).

A partir das leituras e discussões feitas nos capítulos anteriores, esta análise também localiza os discursos presentes nos jornais estudados como formas de linguagens constituídas de símbolos travados entre os interstícios de uma política sexual vigente pelos regimes de poder instrumentados pelos militares e fundamentalistas religiosos brasileiros desde 1964. Conforme salientamos anteriormente, os movimentos sociais em prol da democracia e igualdade de direitos no interior das discussões e grupos LGBT se somavam a perspectivas de luta pautadas pelo posicionamento de esquerda. Os veículos informativos, como *Lampião* e *ChanacomChana*, embora se descolassem de questões mais latentes como a luta de classes, se inseriam dentro desse viés político-ideológico dos assuntos do movimento esquerdista, imprimindo-se também na identidade dos jornais. Conforme categorizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC:

Os jornais alternativos de esquerda representavam, de um lado, a busca de novos espaços por parte de jornalistas que se sentiam bloqueados em sua atividade crítica na chamada grande imprensa; de outro, a necessidade — que tocava a muitos intelectuais, artistas e estudantes universitários daquela época — de construir espaços de “resistência” ao regime militar. Dessa forma, a imprensa alternativa representava não apenas um fenômeno jornalístico mas, também, um fenômeno político. Ela representava uma das possibilidades de luta política na época — e das mais importantes⁹⁴.

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>>. Acesso em 01/03/2019.

Embora reunido de intelectuais e artistas da época, os jornais escritos falam em nome dos sujeitos marginalizados por suas características, orientações e posicionamentos políticos divergentes da ordem hegemônica e, não raro, das propostas ambivalentes da luta política de uma comunidade específica. Por isso, entendemos que no interior dessa estrutura que exerce dominância sobre os corpos desviantes, o poder instaura normas que não cessam de produzir lugares estanques ao centro para inviabilizar e emudecer as identidades dissidentes, bem como produzir singularidades entre os sujeitos.

Para isso, foi importante analisar a percepção verbo-visual, mesmo que de forma breve, dessas materialidades para discordar do dizer que a confecção dessas fontes se deu de forma apolítica, mesmo tendo os editores do *Lampião da Esquina* afirmado que não queriam produzir um veículo para discuti-la. Contudo, o que vemos é que a linguagem homossexual se imprime no jornal de forma discursiva pelo conjunto das cores, palavras, tamanhos de papel etc. A confecção, por sua vez, precede a sua circulação e entendimento, por isso o trabalho simbólico para os efeitos de sentido a serem produzidos, mesmo que não sejam ditos para qual finalidade, encontra-se na base da linguagem e da identidade do movimento LGBT ao se misturar com os discursos na matéria, sendo essa uma das formas de significação observadas.

Entendemos também que se utilizar de um símbolo heterossexual, como o de Lampião, para manifestar o quão frágil é a reação de seus seguidores, trata-se de uma forma de produzir manifestações do público opositor do periódico. Portanto, da mesma forma que as leis coercitivas faziam “aparecer” as práticas “ilegais” dos sujeitos gueterezidos pela nascente classe média brasileira, o contradiscurso da recepção do jornal também faz se materializar uma formação ideológica (o que essa classe dominante pensa a respeito das variantes sexuais) na prática discursiva dos defensores dos paradigmas normal/anormal, hetero/homo, moral/imoral.

3.2 Incitar falar, manifestar e viver as sexualidades: Foucault afasta-se de uma “hipótese repressiva” do sexo

A partir das discussões de Foucault entendemos dois processos de “aparecimento” do sujeito categorizado como “desviante”, pela lógica da incitação, e, como extensão disso, o seu “duplo aparecimento” nas lutas discursivas para refutar essas categorias vociferadas pelo discurso da devassidão e da degeneração moral.

Quando se dedica a observar as amarras históricas que atam a sexualidade, Foucault inaugura a vontade de saber daqueles que passaram a se enclausurar nos esconderijos invocados pelo desejo, ou melhor, pelo discurso enclausurante que fizeram dele. Ao contrapor os séculos XVII e XIX, períodos em que as formas de governo refletiam as práticas sociais burguesas, ora consideradas imorais ora consideradas por demais moralizantes, Foucault lembra da liberdade e da libertinagem dadas aos “corpos que pavoneavam” anterior ao regime da Era Vitoriana.

Na condução de uma vida libertina, regrada à lascívia, o espaço público faz vigorar a sexualidade à medida que as relações não se limitavam a algum devir conjugal, e que tampouco se encerravam na sublimação do gozo. Mesmo notórios os casos de escândalos sexuais ao longo dos séculos XVII e XVIII, e muito longe de naturalizá-los ou cometer anacronismos em torno das leis que os vigiavam, viu-se o que Foucault chamou de encerramento, contenção e confinamento de nossa sexualidade.

Os valores familiares são convocados a partir da metade do século XIX, quando a Rainha Vitória regeu as leis do Reino Unido por mais de sessenta anos. Os efeitos do que Foucault observa como a pudicícia imperial governam ainda hoje a hipocrisia que faz as práticas e as identidades sexuais plurais manifestarem-se em outros espaços. Se o sentido de *repressão* outrora assumiu práticas violentas, agora este “funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (FOUCAULT, 2015, p. 8).

Mas as práticas e as identidades sexuais não desapareceram como se houvesse deixado de existir, pelo contrário, provaram resistir ao passo que fundaram no oposto do centro, a margem. Sujeitos de seus desejos “impróprios” inauguraram um sistema de lucro para garantir a própria existência. Embora na contracorrente da receita capitalista, a qual visa tornar o corpo produtivo para o sistema a troco de dividendos deficitários, os prostíbulo, as vielas e as

esquinas revelam o poder e o saber daqueles que praticam suas sexualidades para além de manuais de limitação do sexo, além de que, desinteressados de construir impérios, procuram não procriar seus sobrenomes.

Ocorre que o emudecimento da sexualidade também aproxima os devassos da burguesia à margem quando estes se esbarram nas limitações do discurso reprodutor e conjugal dos valores familiares e cristãos. A tentativa de silenciar o sexo inaugura, por sua vez, as pulsões. Assim, “se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, se não nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro” (FOUCAULT, 2015, p. 8).

Mesmo às margens, a linguagem da sexualidade serviu de expiação para os efeitos instaurados na relação poder-saber das práticas anunciadas por tal discurso. Não há negação do ilícito, portanto. O que havia era uma familiaridade quase que interdependente da existência humana, a qual é desfeita e desnudada pelo discurso purificador e capaz de reestruturar relações heterossexuais, monogâmicas e na intenção de tornar um só corpo a vida a dois, bem como as relações sociais: unas.

O que vemos emergir é um cenário em que se inaugura na heterossexualidade e sua estreita necessidade de reprodução, os guardiões do sexo, dos segredos, castrações e pulsões. A imposição de um modelo conjugal. As formas de compulsão, por exemplo, conforme escreve Judith Butler (2017) trata da heterossexualidade compulsória, um modelo socialmente instituído pelos discursos e, logo, por dispositivos da sexualidade.

A dificuldade de entender Foucault inicialmente se encontra na compreensão de termos que nos parecem muito simples, mas que em sua definição nada tem de simplório. Aliás, quando relacionado às formas de poder, daremos de encontro com algo a ser burocratizado pelas modalizações exigidas. O conceito de dispositivo no interior da lógica foucaultiana nos levou a pensar em algo criado para empenhar o funcionamento de algo. Ao pesquisar sobre os sentidos de dispositivo, visitamos vários campos disciplinares como o da jurisdição, da tecnologia e da lógica. É certo, após a leitura que fizemos, que dispositivo se trata de tudo isso apontado, mas que falta, por sua vez, a relação de formulação e desempenho. Aqui nos interessa entender o dispositivo voltado para a sexualidade, área do saber muito dedicada pelos estudos de Foucault. Ao integrar lei, tecnologia e lógica, Foucault

então aponta para uma multiplicação: a do sujeito da lei, da tecnologia e da lógica. Ou, como teoriza, do suporte biopolítico. Assim, entendemos que a biopolítica do poder poderia ser, e se exercer, senão, (n)o próprio corpo que por ela é regulada e põe a regular.

Em um regime de poder em que existem formas e organismos de repressão, o qual os objetos de governo são a vida, o corpo e o sexo dos sujeitos, uma série de inscrições linguísticas imbuídas de sanções e penalidades são garantidas por uma linguagem do poder instituído para garantir a ordem discursiva vigente, naquela época, a ordem impunha códigos morais e bons costumes. Assim, em sentido mais denso, porém menos perceptível quando comparado a um conjunto de retaliações físicas ao corpo social, há as formas de violência simbólica que torna a repressão sinônimo de silenciamento, ostracismo e coerção. Essas penalidades inscritas pelas sanções do poder da linguagem, no caso da Lei de Imprensa respaldada por organismos jurídicos indissociáveis do Estado totalitário instaurado no período da ditadura civil-militar, evoca a releitura que Butler (2017) faz de Foucault (2015) ao colocar a formulação jurídica ao lado de formas de se constranger o desejo do sujeito.

Em Foucault, pelo entendimento sobre o funcionamento do discurso enquanto uma prática que não cessa de produzir efeitos sobre a vida, faz com que se instaure, a partir do efeito das leis morais no discurso, sujeitos de práticas ditas desviantes da ordem “natural”, os quais pelas sanções discursivas, mesmo que aparentem estar em suspenso, tratam de marginalizar e categoriza pelas formas de saber das ciências, o desejo dito problemático e estéril. Vai-se delineando, então, a noção de dispositivo.

No artigo "À procura de um emprego", do colunista Eduardo Dantas, conhecemos um caso de perseguição a um professor "homossexual confesso" nos Estados Unidos. A briga no campo jurídico se deu pela reivindicação do direito de trabalho a profissionais LGBT, na questão dos professores, o direito de ensinar. Ao abordar a questão do trabalho para a vida homossexual no Brasil, Dantas expõe os constantes assédios morais e ofensas a essa população. Revela, assim, o discurso da inadequação, da improdutividade e marginalização desses sujeitos, mesmo quando empregados em profissões que “enxergadas” pelo imaginário social como de "bicha", "viado", "caminhoneira". O que Dantas adianta é que, por existir essa leitura a respeito das profissões das artes (maquiador, cabeleireiro, estilista):

o homossexual busca essas atividades por instinto de sobrevivência. [...] "enclausuram-se" nessas espécies de guetos profissionais onde as suas habilidades são aceitas com razoável grau de liberdade. Mesmo porque esse tipo de trabalho reforça a imagem de marginalidade, trata-se de "atividades não produtivas", de acordo com os padrões vigentes que a sociedade faz questão de atribuir a condição do homossexual (LAMPÍÃO, nº 9, 1979, p. 3).

E na tentativa de uma contratação, o LGBT dá de encontros com uma ordem moral instruída pelo discurso da normatividade sexual, da performance considerada masculina. Na condição de contratado, após dar "uma tremenda disfarçada nas suas características pessoais", para qual posição seja, Dantas afirma: "enquanto não termina o período de experiência, nada de dar bandeira". Nas funções consideradas mais "braçais", Dantas nos conta sobre os dispositivos sexuais, o discurso da *scientia sexualis*, em suas formas de "esquemas cata-anormais" para evitar que esses indivíduos, desde homossexuais e alcoólatras, venham a prejudicar o clima de produção desenfreada da empresa".

O mais manjado desses dispositivos é o tal "Departamento de Seleção", muitas vezes formado por estudantes de psicologia inexperientes e reacionários, que vetam o acesso de qualquer indivíduo que fuja ao que as teses psicológicas (a maioria importada dos Estados Unidos, um país ocidental e cristão) considerem normalidade (p. 3). Pelo conhecimento desse caso abordado no Lampião, conseguimos compreender o funcionamento orgânico do discurso da ciência sexual, ou o dispositivo da sexualidade:

Era um imenso aparelho de observação, com seus exames, seus interrogatórios e suas experiências, mas era também maquinaria de incitação, com suas apresentações públicas, seu teatro das cruces rituais cuidadosamente preparadas com éter ou nitrato de amido, com seu jogo de diálogos, de apalpações, de mãos impostas, de posturas que os médicos, gesto comum ou palavra, suscitam ou eliminam, com a hierarquia do pessoal que espia, organiza, provoca, anota, relata, e acumula uma imensa pirâmide de observações e de prontuários (FOUCAULT, 2015, p. 62).

Se o desejo que pulsa nos sujeitos é então de alguma forma verbalizado, praticado ou colocado a mostra, nada de estranho soaria se a estas formas de manifestação houvessem campos que reconhecessem nelas autenticidades dos desígnios do sexo. O que se vê é o contrário disso, no entanto, dado que uma gama de práticas "desconhecidas", ou linguisticamente instrumentalizadas, não cessam de causar estranhamento para uma ordem

pré-estabelecida e conhecida pela ciência. As performances do sexo aparecem como um evento pirotécnico para o século XIX.

3.3 Lampião da Esquina e ChanacomChana antecipam ou atualizam os discursos da sexualidade?

Quando essa pergunta surgiu, foi interessante perceber que ambos os periódicos antecipavam discutir, pautar e reivindicar sexualidades, não no sentido de sua essência, mas sim pelo direito de tê-la e exercê-la em meio a uma sociedade refém de códigos morais do século XIX. Portanto, entendemos que os jornais atualizam discursos de liberdade e afirmação sexual. Após libertarem-se, assumirem-se e afirmarem a natureza sexual pela qual se atraem e se constituem, o movimento LGBT dá de encontros com outras questões autorreflexivas em meio a uma luta de muitas pluralidades.

Os que não seguiam a sistematicidade desses modelos sexuais eram lançados ao ostracismo. Nas formas do silêncio, a multiplicação dos estéreis, anormais, desajustados, a destituição de leis e o império dos murmúrios. Conforme acompanhamos na leitura da *História da Sexualidade* (I, II e III), falar sobre sexo, além de desordenar os dogmas pudicos, também preludia um futuro. Assim, na elasticidade do discurso e sua possibilidade de, por isso, vir a ser outro, havia a preocupação em torno do que se vinculava ao falar sobre e de sexo(s), presidindo nesse incômodo o controle de acontecimentos aleatórios, porque “quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder, desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura” (FOUCAULT, 2015, p. 11).

Se no futuro há a liberdade para o sexo, por que há tanto temor e paixão por falar dele, hoje, ainda de forma reprimida? Talvez porque a transgressão seja inerente aos sujeitos: é porque afirma essa repressão que pode ainda fazer coexistir, discretamente, o que o medo do ridículo ou o amargor da história impedem a maioria entre nós de vincular: revolução e felicidade, ou então revolução e um outro corpo, mais novo, mais belo; ou ainda, revolução e prazer.

Estimular o discurso sobre o sexo, encorajá-lo a circular, produzir verdades com esse discurso, essas formas de incitação mostram-se uma constante nas páginas do Lampião da Esquina, como um efeito da tese advogada por Foucault ao interpelar repressão em incitação como um imperativo de fazer de seu desejo, de todo o seu desejo, um discurso. Se for possível, nada deve escapar a tal formulação, mesmo que as palavras empregadas devam ser cuidadosamente neutralizadas (FOUCAULT, 2015, p. 23)

Ao argumentarmos com Foucault, nossa análise dá de encontros com a primeira chamada da edição número zero do Lampião. Intitulada *Saindo do Gueto*, o discurso se assenta na forma de texto para anunciar a quais práticas estereotipadas a respeito dos LGBT's o jornal surgiu para se desvencilhar:

O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. Para acabar com essa imagem-padrão, Lampião não pretende solucionar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas (LAMPPIÃO, nº 0, abr. 1979).

Portanto, para Foucault, importa mais os discursos dos indivíduos a respeito de seus comportamentos sexuais do que os discursos elaborados para funcionar dentro de uma noção de verdade a respeito deles. Em suma, essas novas formas de autoidentificação é uma abertura que permite não ser governado por uma ordem institucional específica, mas sim pela subjetividade dos interesses entre as tramas da governamentalidade.

Um exemplo de manifestação dos jogos de verdade pode ser a confissão verbalizada. Neste sentido, a confissão atuava como uma forma de manifestar a ordem discursiva por quem a ouvia (algum líder religioso), implicando em condenar o confesso e manifestar uma unidade de verdade: o poder da igreja de livrar a alma pela expiação dos pecados através da

incitação discursiva. O regime de verdade desse discurso fundamenta-se nos preceitos cristãos quase que inalterados desde a Idade Média, uma vez que, fazendo circular e repetir um mesmo discurso, é assim que o sujeito pode reconhecer a si e, em seguida, negar a si pela prática discursiva autorizada e legitimada há séculos.

Assim, é recorrente o quanto as matérias e ensaios criticam os valores que se arrastam imutáveis na sociedade brasileira. A moral e os bons costumes se referem à família, o modelo parental heteronormativo, aos códigos cristãos de conduta moral impostos na época.

3.4 Censores, poderes e organizações da moral, dos bens e da família

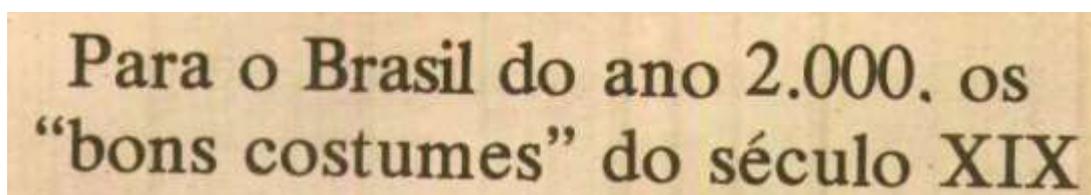


Figura 13: Brasil do ano 2.000⁹⁵

O olhar de Foucault a respeito do modelo parental ratificado no século XIX, torna compreensível que a higienização dos dizeres da sexualidade e suas formas-outras de serem estimuladas constituíam-se na junção política e econômica compromissadas com uma ordem de poder heteronormativa. Ou seja, importava que o vínculo social criado a partir das relações afetivas fosse aquele pré-designado pelas instituições regentes da credulidade. O que se descuidava desse vínculo, encontra a margem como um ponto de encontro de outros descuidos, perversos e desajustados. A missão por trás de cada edição do periódico se refaz ao dialogar sujeitos e identidades ainda apagadas pelas formas discursivas que imperam o século XX e XXI.

No segundo volume de História da Sexualidade, Foucault correlaciona poder e saber às experiências biossociais. Neste sentido, ao localizar os primeiros escritos em que a palavra *sexualidade* apareceu no século XIX, a observação do autor evidencia que o conjunto de manifestações diversas, ou dissidentes, das atuações sexuais, abarcavam necessidades de recategorizações por parte das instituições compromissadas com a moralidade, religiosidade e

⁹⁵ Fonte: LAMPIÃO, n°9, fev/1979, p. 5.

esquemas biologizantes, os quais travavam a lógica heteronormativa da reprodução. A respeito disso, ou seja, dessa “diferença” com que se observava a sexualidade:

implicaria afastar-se de um esquema de pensamento que era então corrente: fazer da sexualidade uma invariante e supor que, se ela assume, nas suas manifestações, formas historicamente singulares, é porque sofre o efeito dos mecanismos diversos de repressão a que ela se encontra exposta em toda sociedade (FOUCAULT, 2017, p. 8).

O que Foucault propõe é uma análise do sujeito que está submetido a uma moralidade de seu comportamento. Assim, observa-se não somente o jogo de regras instituído por uma instância familiar ou religiosa, mas como a lógica dessas regras também conduzem a vida, o desejo e a sexualidade dos sujeitos.

Preocupa-nos, no entanto, compreender que as regras morais, por terem se constituído sob a chancela de um modelo hierárquico econômico, familiar, educativo-religioso, confiscou a sexualidade em suas formas mais íntimas de aparição pela confissão:

Um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar [...] (FOUCAULT, 2015, p. 69).

Sabia-se de tudo o que os próprios sujeitos não entendiam deles mesmos, de forma que ao serem verbalizadas manifestavam manuais de conduta e diretrizes para uma súplica ao divino. Vemos nesse jogo de poder sobre o que se sabe (e se escuta) do desejo dos sujeitos uma relação hierárquica que se concretiza pela anulação de si. Mesmo quem escuta a confissão e com ela evoca um código moral não escapa do poder que o rege, mesmo sem forma animada, acima dos homens está a supremacia celeste. Na qualidade de “condutor da moral”, nascem padres, reverendos, líderes de família que, cooptados por essa ordem de poderes, abstem-se de si, sujeitados aos códigos morais e sua obrigação de incitá-los. “Moral e bons costumes” passa a ser um duplo regimento das ações do sujeito. Ou seja, que a sua prática esteja compromissada com um ensinamento que lhe vincule aos costumes considerados bons, aceitáveis e dentro das normas pré-estabelecidas.

A luta pela moral e bons costumes prefigurava manifestações comandadas por setores da direita política, do clero e de organizações femininas⁹⁶ mais tradicionais, as quais reivindicavam a integridade dos bens familiares. No dia 19 de março⁹⁷ de 1964, quase uma semana após o anúncio das reformas de base propostas pelo então presidente da república Jão Goulart (Partido da esquerda getulista – PTB), cerca de quinhentas mil pessoas caminharam da Praça da República com destino a Praça da Sé, na capital de São Paulo, dando origem à *Marcha da Família com Deus pela liberdade*⁹⁸. Os manifestantes carregavam faixas e cartazes contrários aos “interesses comunistas” da reforma de João Goulart, requerendo, neste sentido, um governo cristão, anticomunista e intervindo de militares. Dias após as manifestações que se alastraram também pelas cidades do interior das capitais, em 31 de março daquele mesmo ano, o regime presidencialista é derrubado pelos militares, reduzindo a dois o número de partidos e instaurando as eleições indiretas, a qual empossou através de atos institucionais (AI’S) líderes militares durante vinte e um anos de mandos e desmandos, perseguições e torturas à oposição. Conforme vemos nos jornais *ChanacomChana* e *Lampião da Esquina*, a esquerda brasileira, também frequentada por intelectuais e sujeitos pertencentes à classe dominante em ascensão, eram categorizados pelo regime militar e por suas ramificações conservadoras como sujeitos da devassidão.

Às noções de moral e bons costumes que organizaram as marchas e manifestações apoiadoras do golpe de 64 vigoravam ideias familiares, como o modelo parental constituído pela figura masculina e feminina, e também os preceitos religiosos para um bom casamento, fértil e bem visto socialmente. A essas noções, Foucault observa que uma disposição de materiais prescritivos, como as homilias impressas ou as confissões verbalizadas, produzem um discurso sobre um princípio de conduta a ser seguido por aqueles que, sob os aspectos culturais e políticos brasileiros, veem-se enquanto cristãos, pais de família e temerosos às leis da nação. No interior desse regime de políticas e prescrições que garantam uma identidade

⁹⁶ A saber, a União Cívica Feminina (UCF) e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Ambas organizadas por mulheres católicas, esposas de militares e pertencentes à classe dominante brasileira.

⁹⁷ No calendário da liturgia católica, esta data é celebrada a São José, “padroeiro da família”.

⁹⁸ Ver em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus>. Acesso em: 30 de mar. de 2019.

coletiva vinculada a tais preceitos vivificados pela prática, dá forma a uma substância da moral, na qual e pela qual:

O indivíduo circunscribe a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se (FOUCAULT, 2017, p. 36).

Hall (2006) nos ensina a questionar, por exemplo, que ordem é essa responsável por deslegitimar a identidade dos sujeitos se tal processo se deu pela identificação que este teve ao colocar suas performances em contato com o outro.

Tais questões se manifestam na linguagem feroz entre LGBT's. Temer as palavras é algo que Lampião da Esquina faz questão de não sentir, tampouco, modalizar ou restringir certos usos: "nossa posição é oposta: se nos chamarem de bichas respondemos que somos mais que isso - somos trichas" (LAMPIÃO, 1978, p. 5).

Do artigo de Aguinaldo Silva, "As palavras: para que temê-las?⁹⁹", emprestamos de Foucault o entendimento de que, se ao interditar o sexo, fez-se cada vez mais praticá-lo e dizê-lo, sobre as categorias linguísticas tidas como pejorativas destinadas à comunidade LGBT, fez-se delas um enorme acervo identitário, ressignificado e destituído dos discursos morais e machistas. A essa lógica:

o uso de tais palavras [bicha, boneca, veado] em Lampião da Esquina, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para em seguida desmistificá-las. Vejam bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviram como o meio mais simples para mostrar a "separação" que existe entre o nosso mundo e o dos outros. Isso faz com que, temendo o peso de tais palavras, criemos outras igualmente mistificadoras, embora, para quem as adota, sem qualquer tom pejorativo [...]. (LAMPIÃO, ano 1, nº 3, jul./ago. 1978, p. 5).

Conforme discutimos ao longo do primeiro e segundo capítulo, esse é o compromisso do jornal, enquanto veículo da vida, experiência e cotidiano LGBT, com as formas de dizer da

⁹⁹ *As palavras: para que temê-las?* Lampião da Esquina, ano 1, nº 3, 25 de julho a 25 de agosto de 1978.

e sobre a diversidade sexual. Quando indagamos anteriormente: por que dizer da forma que se dizia? Conseguimos, agora, argumentar com o contradiscurso, pela retórica de homossexuais, sobre uma linguagem que foi inferiorizada pela prática discursiva de heterossexuais, visando cristalizar signos que colassem a uma noção de opressão, ao associar fragilidade e feminilidade como falta de ser "macho", "homem", "hétero".

A essa associação, não a toa, vemos formar-se por noções ideológicas e culturais sobre expressões pré-designadas ao gênero masculino ou feminino, e o que foge a esse binômio e tido como "exótico", "estranho". Por essa razão, "classificar os grupos que não rezam sua cartilha como coisas exóticas é uma das armas mais comuns do estabelecido (é, na verdade, o primeiro passo para reprimi-los)". (LAMPPIÃO, ano 1, nº 3, jul./ago. 1978, p. 5).

Os sentidos para a luta começam pela desmistificação desses conceitos e papéis que se originam em discursos e são colocados em prática por saberes que se institucionalizam e constroem modelos, padrões de comportamento e identidades rígidas para os sexos. Os editores do Lampião assumem, no sentido emancipatório da ação, a "posição ativa, atívisssima" contra essas performances de gênero construídas pelo poder da linguagem, fazendo dessa luta localizada no encontro dos movimentos homossexuais mundo afora:

ao invés de aceitarem uma posição passiva como um objeto de conhecimento, os sujeitos identificados como gays e lésbicas estavam ostensivamente escolhendo ou reivindicando uma posição. Ser gay ou lésbica era uma questão de orgulho, não de patologia; de resistência, não de auto-ocultação. Enquanto a liberação das mulheres desafiava as construções dominantes da feminilidade como algo inferior, passivo e secundário, a liberação gay contestava a representação de desejos e relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo como não-naturais, desviantes ou incompletos (SPARGO, 2006, p. 26).

Assim, a partir desses processos de reconhecimento de si e das práticas culturais identificáveis de um coletivo de diversidade, o campo linguístico ganha novas significações e formas discursivas de luta contra as instituições do saber. A linguagem ferina, por assim dizer, ressoa os rugidos de contestação às imposições de poderes de conduta moral, ou, na voz de Aguinaldo Silva, "da imoralidade que é a hipocrisia transformada em instituição" (SILVA, fev. 1979).

3.5 Contra a ordem moral dos sexos

O livro *A invenção da heterossexualidade* (1996), do historiador e ativista americano Jonathan Katz, examina o poder discursivo por trás de palavras designadas para construir questões a respeito de atos hetero ou homossexuais ao longo das formas de interpretar e falar sobre sexualidades. Sobre a vida guei, a autorreflexão colocada nesse livro converte os traços identitários de grupos minoritários em um processo de discriminação: "meus sentimentos homossexuais tornavam, a mim e a outros, objetos de preconceito - sujeitos a sermos estigmatizados como grupo, como os negros e as mulheres" (KATZ, 1996, p. 16).

A tese do autor se concentra no discurso ativista de milhares de gueis e lésbicas que lutaram junto de coletivos LGBT'S contra às formas de cerceamento da *expressão sexual dos sentimentos*, formas essas aparelhadas e ramificadas pelas categorias biologizantes de uma política sexual tradicional. É contra a ordem e o imperativo das categorias biologizantes que Katz constrói sua escrita, uma vez que o discurso central de seu trabalho se articula nas atuações e experimentações da sexualidade humana, interrogando, portanto, uma nomenclatura que vem imbuída de significados estáticos, como manuais de conduta das formas de ser, sentir e viver.

No capítulo "A genealogia de um conceito sexual: da história homossexual à história heterossexual", a problemática para uma análise genealógica procura por "como transcender a noção de uma essência heterossexual (e homossexual) imutável" (p. 20). Essa busca, por sua vez, retornou apagamentos na escrita da história a respeito da naturalidade das relações sexuais quando manifestadas entre homens ou entre mulheres. Portanto, inscrevem-se na escrita da história, como fruto de uma ordem moral, religiosa e dominante, sentidos de "certo" e "errado" para as formas de se relacionar afetiva e sexualmente. Junto dos questionamentos e implicações lançadas pelo autor, observamos que ocorreu um processo de marginalização da homossexualidade, higienizada pelos discursos da classe médica e instrumentalizada pelos manuais e terapias de (re)condução moral.

O autor nos chama atenção para as categorias *hetero e homo* no que tange às definições dos sujeitos na Grécia antiga. A questão é que tais termos não circulavam para

rotulá-los, ou para atribuí-los uma forma estática. O que se sabe, portanto, é que tais práticas afetivas podiam ser entendidas como de uma manifestação (hetero) ou outra (homo). A partir dessa observação, procura-se pelos efeitos de discursos localizados na história que impuseram nessas práticas uma hierarquia social, predominante, “correta”, “natural”. Interrogar, por exemplo, um sistema heterossexual mantido por padrões de comportamento, vestuário e signos. Katz dispara:

[...] geralmente não falamos sobre o forte desejo de vestir roupas do nosso próprio sexo (ou damos a isso um nome). Mas por que a maioria de nós se sentiria profundamente mal vestindo publicamente roupas do sexo oposto? O nosso forte desejo de vestir roupas do próprio sexo não sugere um mistério a ser explicado? (KATZ, 1996, p. 26).

Indagações como essas dão suporte para a inauguração de sujeitos autorreflexivos a respeito dos registros culturais a respeito dos sexos, gênero e identidade. A essa autorreflexividade, quando direcionada às questões da nossa sexualidade, leva-nos ao conhecimento de que a heterossexualidade já foi observada como um comportamento perverso ao interromper, através de atos solitários, a lógica da reprodução da espécie. Ou então que *hetero*, mesmo significando “outro”, nem sempre esteve estritamente ligado ao desejo/instinto sexual para o sexo oposto, mas sim, como lhe é etimologicamente designado, ao outro (homem ou mulher). Essa *scientia sexualis* era “essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas” (FOUCAULT, 2015, p. 60).

Embora tais discussões datem do século XIX, a respeito da *patologização da homossexualidade*¹⁰⁰, ou o que vem sendo chamado de “cura gay”, é ainda hoje uma reivindicação de levantes populares ortodoxos. Recentemente, a comunidade LGBT brasileira obteve êxito nas discussões plenárias a respeito de projetos visando revogar resoluções do Conselho Federal de Psicologia¹⁰¹ - CFP. A atual ministra do Supremo Tribunal Federal,

¹⁰⁰ Em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina aprovou a retirada, no Brasil, da homossexualidade do código 302.0 (desvios e transtornos sexuais) da Classificação Internacional de Doenças.

¹⁰¹ O caso tem origem em uma ação popular de 2017, que tinha como objetivo revogar a resolução do Conselho Federal de Psicologia de 1999 que proibia que psicólogos promovessem terapias prometendo a reversão da homossexualidade, chamada pelos seus partidários de “reorientação sexual”. Uma das autoras da ação popular contra a resolução é a missionária e psicóloga evangélica Rozangela Alves Justino, que, em 2007, foi censurada

Carmen Lúcia, suspendeu a ação prevista no projeto de “reorientação sexual”, tramitado em primeira instância, dado que somente o Supremo pode analisar e revogar a constitucionalidade prevista na resolução do CFP.

Da passagem da classificação homossexualismo para a homossexualidade, conseguimos reconhecer que ambas as categoria são efeitos de discursos impetrados pelo conjunto de disciplinas e instituições voltadas a observar e construir noções sobre as sexualidades, no caso da homo, uma patologia, inversão, perversão etc.

No artigo *Homossexualismo: que coisa é essa?*¹⁰², o artista plástico e escritor Darcy Penteado discorre sobre a instrumentalização e medicalização dos sintomas ditos “fora da norma sexual”, como é observado o comportamento homoafetivo. O próprio uso da nomenclatura homossexualismo, carregado do sufixo –ismo, denotando um comportamento doente, mostra-se no recorte temporal da notícia como efeito dos discursos médicos, de cunho psiquiátrico, receitando o uso de remédios, terapia hormonal e castração química. Pela preocupação de ajustar o sujeito e frear sua prática homossexual, ao atestá-la, seja pelos discursos pré-construídos sobre o que é ser masculino ou feminino, seja pelas formas que essas manifestações atestam uma identidade sexual, seu aparecimento faz surgir uma série de prescrições. Penteado pontua que essas práticas descoladas dos discursos médicos levam os homossexuais a se enclausurar. Assim o autor nos diz:

considerando as barreiras da sociedade de predominância heterossexual, que tem obrigado o homossexual a viver em mutismo a sua verdade, o circunscreveu aos limites do "gueto" da tolerância coletiva. Por essa razão a maioria dos homossexuais tem desejado ser "normal" e durante toda a vida recalca e esconde seus sentimentos verdadeiros numa tentativa de condicionamento nessa "normalidade" (PENTEADO, 1978, p.2).

A censura é um teste para avaliar quem foge à sua regra. A depender dos riscos que de tal rebeldia decorre, ou se apresentam leis para normatizar ou, sob a ineficácia desse sistema

publicamente pela seção fluminense do conselho federal, por promover a “cura gay”. Posteriormente, foi censurada pelo Conselho Federal de Psicologia e teve seu registro profissional cassado, segundo informações do jornal Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/04/26/A-decis%C3%A3o-do-STF-que-suspende-a-permiss%C3%A3o-%C3%A0-%E2%80%98cura-gay%E2%80%99>

¹⁰² *Homossexualismo: que coisa é essa?* Lâmpião da Esquina, n. 2, 25 de junho a 25 de julho de 1978, p. 2.

jurídico, perigosamente sujeito de ser lido como falho e estuporado, o sujeito desviante é condicionado a produzir outros rendimentos.

No artigo de João Antonio Mascarenhas, intitulado “Assumir-se? Por quê?”¹⁰³, faz-se saber os sentidos políticos que são movimentados pelo ato performático instaurado na declaração: “sou homossexual”. Por sua vez, “assumir-se”, não para si, mas para o outro, freia algumas formas de incitar a declaração para constranger o sujeito, colocando-o “contra a parede”, ou obrigando-o a se manter “discreto” para não apanhar, como (co)manda a estrutura machista, policial e paternalista.

A análise da Prof^a. Tamsin Spargo nos leva a (re)conhecer um complexo jogo de poder na política da identidade sexual dissidente e assumida:

Declarar-se fora do armário da sexualidade escondida pode ser uma libertação pessoal, mas implica reconhecer a centralidade da heterossexualidade, assim como reforçar a marginalidade daqueles que ainda estão dentro do armário. Em suma, é impossível mover-se inteiramente por fora da heterossexualidade (SPARGO, 2006, p. 43).

Afirmar-se enquanto sujeito desejante do mesmo sexo (homo ou lesbo) é um dos compromissos políticos-discursivos mais importantes da história da imprensa nanica e homossexual brasileira. Embora o sentido de “assumir” seja a forma discursiva mais circulada nas edições do *Lampião*, tal construção remete às formas de saber ainda localizadas no modelo de confissão cristã, a qual se se apresenta como instância de poder categorizante dos sujeitos, revelando uma forma de violência moral a suas práticas, expressões de gênero e afetividades.

3.6 Violência moral

Ao longo do processo de qualificação desse trabalho nos deparamos com a questão acerca da legalidade e moralidade da violência contra LGBT no Brasil. Na abertura do documentário de Livia Perez, assistimos a uma entrevista realizada nas ruas de São Paulo no

¹⁰³ Assumir-se? Por quê? *Lampião da Esquina*, n. 2, 25 de junho a 25 de julho de 1978, p. 2.

início da década de 1980. As pessoas são questionadas pela repórter sobre a morte de travestis e homossexuais no Brasil e o que elas pensavam a respeito. Sob o viés foucaultiano, entendemos que um discurso engendra uma série de práticas que manifestam compromissos culturais, políticos e ideológicos. Ou seja, o discurso anuncia a prática. Neste sentido, as filiações discursivas apresentavam-se a favor da morte de pessoas do grupo LGBT, uma vez que, se a lei permitisse, seria válido matá-los. Poderíamos, então, fixar-nos na ideia do que é válido perante a lei e tal poder que ela instauraria.

Pensamos então a respeito dessa ideia em torno de prática, discurso e lei em relação ao imaginário social daquela época: a) homossexuais e travestis são mortos no Brasil; b) não há uma lei que permita isso; c) se houvesse uma lei, seria válido matá-los. A interpretação que remanesce, portanto, é a de que não é questionado a morte de homossexuais, mas sim a falta de uma lei que autorizasse/legitimasse essa prática.

A partir da leitura da discussão de Foucault a respeito do *Direito de morte e poder sobre a vida*, ainda na obra *História da Sexualidade I*, o que interpretamos é a manifestação de um desejo de soberania e supremacia, da orientação sexual, na intenção de protegê-la, de torná-la imutável perante outras formas de experienciar a afetividade. Se não há uma legislação que de conta dessa ameaça, como, então, circular o sentimento de desgosto e repugnância sobre aquilo que se mostra diferente? Foucault, quando trata de analisar a disposição que se tinha sobre o direito à vida, ao lembrar da posição soberana instituída na imagem do *pater familias*, demonstra como os efeitos de uma forma de poder da Roma Antiga é reatualizado, até hoje, para garantir a manutenção de um valor há tempos atribuído por um discurso específico para governar a vida. É dessa forma que o discurso das leis pulula políticas compromissadas em tornar o corpo um suporte para mecanismos de condução, produção e formatação biossocial:

[...] é porque o poder se situa e é exercido no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população. De que modo um poder viria a exercer suas mais altas prerrogativas e causar a morte se o seu papel mais importante é o de garantir sustentar, reforçar e multiplicar a vida e pô-la em ordem? (FOUCAULT, p. 148).

A partir dos nossos olhares lançados em direção às temáticas de violência, tomamos conhecimento de inúmeras publicações, desde o número zero do Lampião, a respeito da LGBTfobia conduzida pelo discurso da moral e seus efeitos de legalidade para matar, extorquir e reformar sujeitos dessa comunidade.

Capas, publicações e chamadas intituladas “A matança dos homossexuais (1979)”¹⁰⁴; “A volta do esquadrão mata bicha (1980)”¹⁰⁵; “Crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais que morrer (1980)”¹⁰⁶; “Viado gosta de apanhar (1981)”¹⁰⁷.

O envio de matérias jornalísticas no interior dos envelopes endereçados ao Lampião, pelos Lampiônicos, era uma tarefa constante dos chamados "sentinelas" do jornal. O trabalho envolvia recortar notícias sobre a homossexualidade ou casos de violência veiculados por outros periódicos da cidade dos leitores. Um dos recortes chamou atenção da edição do Lampião, por se tratar de uma matéria provocada a produzir e reificar discursos patológicos a respeito da homossexualidade: “No Recife, uma destas sentinelas, Jota Elle, nos mandou na última semana uma página do Diário de Pernambuco, contendo matéria sob o título "Homossexualismo: uma opção ou mal genético irremediável?”¹⁰⁸.

O título é, por sua vez, sugestivo ao questionar o leitor inclinando-o a entender o "homossexualismo" como um mal genético, do que como uma “escolha”, ambas construções discursivas presentes nas vozes do jornal, da chamada e do jornalista responsável pela matéria.

No entanto, as tentativas de manutenção de um discurso patológico ou desviante sobre a homossexualidade convida o jornal Lampião a extrair uma apresentação do campo jurídico sobre como as leis brasileiras a definem. A partir de um complexo jogo de saberes, afim de manifestar as normas e as práticas jurídicas, os editores fazem perguntas a um professor catedrático de Direito Penal da Universidade de Pernambuco, Prof. Ruy da Costa Antunes, para saber, além da forma como os homossexuais são entendidos pelas sanções, se já se é

¹⁰⁴ Lampião da Esquina, nº 13, junho de 1979.

¹⁰⁵ Lampião da Esquina, nº 25, junho de 1980.

¹⁰⁶ Lampião da Esquina, nº 28, setembro de 1980.

¹⁰⁷ Lampião da Esquina, nº 37, junho de 1981.

¹⁰⁸ *Às portas da Lei*. Lampião da Esquina, edição extra, n. 2, s/d, p. 7.

criminoso por ser, praticar ou exercer a homossexualidade na vida pública, privada e no mundo do trabalho. De acordo com Antunes:

não, [...] diferentemente do que acontece em outras legislações, à semelhança alemã (art. 175), da soviética (art. 121), da tcheca (art. 244), da iugoslava (art. 186), da romena (art. 200), da búlgara (art. 176), as leis brasileiras não definem o homossexualismo (ANTUNES, s/d, p. 7).

Contudo, mais a frente, ao ser perguntado sobre a interdição a homossexuais para exercer certas profissões, faz saber que "os regulamentos militares são rigorosos no tocante à conduta homossexual, considerada incompatível com a disciplina e dignidade da caserna" e que, ainda, "em outras profissões, preceitos milenares, advindos do Velho Testamento, vedam, na prática, o acesso de homossexuais, notadamente do sexo masculino" (idem).

Ao observarmos o discurso contra a homossexualidade se dispersar nos campos simbólicos para a sociedade brasileira da década de 1980, campos jurídico e militar, sua sustentação apresenta-se filiada à construção dos saberes morais, cristãos e heteronormativos e às injunções políticas sobre a liberdade de ser sujeito de um desejo observado como mal genético ou escolha pecaminosa. A essa lógica faz saber que o homossexual brasileiro não tem sua sexualidade protegida da violência discursiva, como ocorre nos enunciados de ódio, circulados corriqueiramente pela forma de xingamentos às expressões da identidade LGBT, tampouco da violência física, dado que se descola dos efeitos de poder engendrados por práticas coercitivas, visando a reorientação, mesmo que, juridicamente posto, a liberdade sexual não seja definida como anormal, amoral ou atentatória.

O artigo de Aguinaldo Silva na mesma edição extra (nº 2), "Violação: ato de sexo ou de poder?" traz os primeiros números de violência sexual na cidade do Rio de Janeiro na década de 1980. O código penal em vigência é o de 1940 e enquadra o crime de estupro no artigo 213 sendo a pena de três a oito anos, "não importando a condição da vítima: maior ou menor, virgem ou não, "mulher honesta ou prostituta".

O patrulhamento das leis pela polícia toma nota, na maior parte dos casos, de assalto seguido de violência sexual. Atribuem tal atitude, para além da primeira violência, indícios de desajustamento e/ou desnível social para a vítima. No entanto, uma das vítimas de estupro, na

época, após o ocorrido se formou em Direito e advogava em favor de outras vítimas da mesma violência, constantemente cita em seus embasamentos os estudos feministas e começa, por essa filiação, a discutir os traços de uma "cultura do estupro". A Advogada teve apenas suas iniciais compartilhadas pela matéria:

Para A. de R., a violação sexual, como a justiça, é uma coisa de homens. E estes, em relação ao estupro, reagem sempre de acordo com três regras que eles consideram típicas do comportamento feminino: 1 - Todas as mulheres adoram ser possuídas à força; 2 - Nenhuma mulher pode ser violada contra a sua vontade; 3 - Mesmo quando dizem não, o que as mulheres querem dizer é sim. [...] Sintoma trágico da virilidade, a violação, a meu ver, é um problema cultural. Uma grande pesquisa feita na região da Cidade de Deus mostrou porque as jovens violentadas geralmente guardam segredo sobre o assunto: quando um caso desses é divulgado sob a vítima passa a ser considerada uma "mulher sem moral", e, portanto, sujeita a todo o tipo de assédios (SILVA, p. 5)

No artigo "Um alerta - um aviso"¹⁰⁹, de Carlos A. P. Silva, a triste história de um amigo que se suicidou é contada e alertada pelo editorial do jornal. Em nota da redação:

O caso em questão foi bastante rumoroso em Porto Alegre. O autor desse artigo foi muito citado, mas em nenhum momento os jornais lhe deram a palavra, permitindo que ele apresentasse sua versão da história. É por isso que Lampião resolveu publicar na íntegra, o texto que ele nos enviou. Como ele diz numa carta que mandou com o artigo, "o que aconteceu comigo pode acontecer às dezenas por aí" (LAMPIÃO, nº 11, abr. 1979).

O relato trata do caso de um bancário, de 23 anos, que se jogou do 10º andar do edifício que dividia moradia com Carlos. Amigos, Carlos relata que ele era homossexual assumido, de nível cultural razoável, vindo "de uma das terras mais atrasadas do Estado de Santa Catarina, onde a moral é ditada pela tradição, igreja e família".

A história desse jovem, como tantos outros casos de depressão da saúde mental¹¹⁰ entre homossexuais é um tema preludiado no compromisso político e social do jornalismo

¹⁰⁹ *Um alerta – um aviso*. Lampião da Esquina, , nº11, abril/1979.

¹¹⁰ Na década de 1980, o surto do HIV e as consequências resultantes do não tratamento do vírus, foram observados e assimilados pelo imaginário social e midiático como uma "peste gay". No entanto, após muito trabalho das políticas públicas em torno da informação sobre prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), a comunidade LGBT sofre com outras questões de ordem psicossocial. Conforme pesquisa elaborada pelo médico-escritor Jack Turban, da Harvard Medical School, "desde 2007 mais homens

homossexual posto em circulação pelos veículos midiáticos dessa temática. Ainda sobre o artigo de Frederico Jorge Dantas questões latentes sobre a narrativa suicida de LGBT's em situação de (o)pressão resultam que, mesmo inserido no mercado de trabalho, por exemplo, este não deixa de ser uma forma de se afirmar economicamente ativo, porém, submerso a jogos de poder que fazem apagar a identidade homossexual desses sujeitos.

Carlos conta que ao saberem da "questão particular" de seu amigo, "baixou o preconceito", e a saída encontrada foi super produzir, para sobrepor a condição de bom funcionário a de guei. Mas o problema do rapaz, conta-nos Carlos, não tinha nada que ver com os trejeitos da expressão de sua identidade sexual, visto que era observado como não "desmunhecado", mas sim com o *modus vivendi* das relações sociais, marginalizadas por uma geografia dos sexos, no caso dele, à margem de heterossexuais. A particularidade do suicídio desse jovem se resume a perguntas: como um homem guei, sem trejeitos, não delimita sua sexualidade para (con)viver com outras? Neste caso, um homem homo que produz mais que outros homens hétero? Como aceitar tamanha incoerência?

Cai-se, novamente, na seguinte e ainda vigente problemática da produção da identidade e seus campos delimitados de aparição/circulação:

ou se faz o papel de bicha louca inofensiva e posta no seu lugar, ou tenta-se lutar pela vida de igual para igual, mesmo não negando a condição de homossexual. No primeiro caso, até é bom usar uma máscara de palhaço de vez em quando e contar mil e uma piadas, de preferência sempre pichando as bichas. No segundo caso, aí a coisa pega e quem de ter amigos de todos os matizes, é bom ir mudando de ideia e ir se isolando, ou se restringir apenas a amizades no meio entendido (LAMPÍÃO, n. 11, abr. 1979).

Outros casos de tentativa de suicídio são constantemente abordados pelas edições de Lampião, como se delineia em outro artigo, da edição número zero, como um "Apelo ao jovem guei". Trata-se de uma carta enviada por um leitor de Canoas, no Espírito Santo, em que questiona o estado de espírito da palavra "gay", também traduzida como "alegre ou "feliz", atrelada aos homossexuais. Mas como isso seria possível em um país como o Brasil que não aceita os sujeitos desejantes do mesmo sexo?

gays morreram de suicídio do que de HIV". Disponível em: <<https://www.queerfeed.com.br/aplicativos-pegacao-afetando-saude-mental-gays/>>. Acesso em: 23 de maio. de 2019.

É reforçado, então, o sentido da palavra "homofilia", que incorporado aos usos entre os membros homossexuais, designaria um coletivo, um movimento de liberação, de cuidados compartilhados com o outro, uma forma de homoafeto político. Esta começa a ser a pauta de encontro, visibilidade e afirmação da identidade LGBT no Brasil, a reunião de homofílicos e outras diversidades sexuais. Do início ainda na *Coluna do Meio* de Celso Cúri até as publicações de Lampião, o compromisso político e social é, segundo Dantas,

Tentar esclarecer sobre a necessidade existente nos homossexuais desta nova geração, de buscarem um modelo de identidade a ser aceito pela sociedade, juntando a isto a demonstração de engodo existente na atualidade, onde as "deslumbradas" [...] insistem em defender a teoria ainda aplicável de que o homossexual deve se impor pelo campo financeiro, convivendo, no entanto, dentro dos preconceitos machistas, é uma das coisas que pretendo. [...] Dolorosos processos de autocondenação destroem centenas de homófilos incapazes de enquadrar-se dentro de uma definição social estável. Esta insegurança acaba originando comportamentos agressivos e em alguns casos, contrário ao bem estar social do nosso próprio grupo. E são problemas dessa natureza que devem ser estudados e desenvolvidos no contexto do que poderemos chamar futuramente "jornalismo homossexual" (DANTAS, abr. 1978, p. 5).

Os compromissos políticos se desdobram em vários outros discursos movimentados por forças que lutam contra a violência, a discriminação e segregação social da comunidade LGBT. Desmoralizar as identificações da pluralidade sexual, seja por sua linguagem reconhecível ou pelas afetividades trocadas, passa a ser uma constância na vida de identidades sexuais. E *Lampião* e *ChanacomChana* nos fazem aprender sobre a história de nossa luta ao construírem outras formas de saber e de resistência entre os poderes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa dissertação percorremos um caminho entre disciplinas que subsidiam e movimentam criticamente a interpretação discursiva. Deparamo-nos com questões da nova ética histórica em torno da *apresentação x representação* das práticas dos sujeitos em suas relações cotidianas entre classes, gêneros e poderes.

Questões analíticas surgiram: como representar o representado? Não se trataria, sob o mirante discursivo, de um efeito da construção? Ou ainda, dos complexos jogos de saber, poder e verdade conduzidos no processo historiográfico? Aprendemos, portanto, que a Análise de Discurso não estaciona na interpretação. Questiona-a, interroga os eventos/acontecimentos em seu limite, pensando, sempre, na elasticidade, na roupagem e na(s) memória(s) que se entrecruzam nos enunciados.

Trabalhar os periódicos *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana* interpelou o analista em historiador do discurso, considerando, para isso, noções sobre arqueologia, genealogia e arquivo para (de)mo(n)strar o funcionamento, os embates e as incitações de contradiscursos em um período de redemocratização do Brasil. Soubemos, então, da existência de grupos, formas linguísticas de tratamento, práticas culturais e reflexões sobre o descentramento da identidade na formação de movimentos e coletivos plurais após os anos 1970, sobretudo pelas manifestações reivindicatórias de pautas para além da luta de classes, encampando motivações para formar o movimento homossexual brasileiro e o movimento lésbico-feminista enquanto questionadores da desigualdade na divisão social do trabalho, papéis de gênero e, até mesmo, da tentativa de negar a existência de homossexuais na classe operária.

Longe de cometer anacronismos durante o trabalho com as fontes, lembrando, antes, que a metodologia segue um procedimento e a procura por lacunas, apagamentos e construções discursivas são engendradas pelo olhar do analista/historiador do discurso, reconhecemos na impossibilidade de traduzir um sistema de significações do passado para o presente, os regimes de poder-saber aos quais a sexualidade e suas manifestações estavam submetidas, incitadas a aparecer e a falar sobre elas em suas formas dissidentes ao imperativo da moral e dos bons costumes cunhados alhures, mas reinseridos pelas estruturas sociais burguesas, religiosas, médicas e jurídicas.

Dessa localização, pudemos compreender que o movimento homossexual e lésbico-feminista se articulavam discursivamente pela afirmação e emancipação de suas identidades, categorias e práticas culturais gueterizadas pela dominação patriarcal e seus desdobramentos machistas, sexistas e homofóbicos. Ao enunciarem que “vieram para ficar”, “mostrar para o que veio” ou, ainda, inserir no arquivo da história LGBT, as materialidades analisadas revelam os compromissos culturais e políticos de sujeitos da diversidade em um país afeito ao proselitismo da hipócrita conduta moral.

A narrativa política LGBT se construiu a partir da necessidade de subverter a ordem imperativa da linguagem e do sexo codificados por um regime de poder heteronormativo e biologizante, moralmente aceito e reverberado pelas instituições médicas, religiosas e militares a que o Brasil esteve e ainda está afeito após os anos de ditadura.

A perseguição política e sexual destinada a Celso Cúri deu-se devido a leitores ortodoxos questionarem a seriedade do jornal Última Hora quanto a forma que o jornalista descreveu a cidade do Rio de Janeiro e seus pontos de encontro da diversidade carioca. Esses leitores, apresentados como extrato social conversador e opressor, garantiram o trâmite do inquérito contra Cúri através da Lei de Imprensa (Lei. n.º 5.250, de 14 de março de 1967) assegurada por aparelhos de práticas ideológicas de Estado. A questão linguística por trás desse processo jurídico desdobra-se em discursos de afirmação e reivindicação de uma identidade linguística LGBT, o que veio a ser chamada de linguagem *feroz*, *ferina* ou *demolidora* conforme tomou forma no jornal homopolítico Lampião da Esquina. Neste sentido, entendemos que a narrativa política da articulação de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros ganha significado nas produções discursivas materializadas no texto dos jornais, demonstrando-nos a noção de que o discurso é anterior ao texto. Podemos dizer que, considerando o contexto histórico e social dos anos de ditaduras heterossexistas, os textos em *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana* circularam o corpo LGBT e produziram o efeito da descoberta de coletividade do grupo minoritário, conforme os implícitos da pergunta de um leitor de Lampião: *é verdade que nós somos tantos?*.

É importante destacar que as narrativas de ambos os periódicos se unem pela temática da homossexualidade, mas se diferenciam e contrastam pelas lutas inerentes ao gênero feminino e a luta feminista. Questão similar é vista e inscrita historicamente na reorganização

das siglas GLS e GLBT para LGBT como forma de trazer visibilidade para a luta lésbo-feminista uma vez que práticas de violência contra o gênero feminino se somam às performances da identidade dos corpos de mulheres cis, homo e trans.

Ainda, destacamos que a relação com o discurso da luta de classes e os direitos dos trabalhadores não se desenvolveu de forma complementar, dado que os coletivos da esquerda política brasileira viam as temáticas da homossexualidade e feminismo como pautas separatistas. Em Cardoso (1987) entendemos que uma das características do movimento homossexual e feminista na América Latina é a ação de pautar demandas específicas para o Estado sem, necessariamente, o vínculo com partidos políticos. No entanto, a formação de coletivos da diversidade e suas respectivas forças se somaram aos partidos de esquerda nos anos iniciais de recuperação da democracia, que veio a se consolidar de forma mais perceptível e participativa nos anos 2000.

As narrativas destes grupos se formaram, então, dos contradiscursos produzidos a partir da manifestação de uma linguagem identitária e política enquanto pauta de resistência, afirmação e circulação das identidades LGBT no Brasil, sobretudo porque tais dissidências eram (e ainda são) rechaçadas por instituições e saberes que concebem o gênero e a sexualidade dos sujeitos atrelados a práticas de comportamento específicos do masculino e do feminino, como se assim existissem de forma pré-construída e anterior ao discurso.

A movimentação dos coletivos e as reuniões entorno de pautas políticas e identitárias reverberadas do exterior e pensadas a partir das latências vividas no Brasil construíram um caminho importante para a interrogação das identidades e o seu caráter de constante formação, provisório. Esses discursos e práticas de liberdade, uma vez que pregam não ser negociados pelo poder da norma e da instituição, reafirmam a luta constante pela liberalização e afirmação do movimento homossexual na América Latina.

Ao pensarmos com Foucault e os cortes feitos na história do movimento homossexual brasileiro, podemos dizer que a narrativa foi construída, ainda, pelo discurso engendrado nas dispersões dos enunciados produzidos em textos, cartazes, jornais, faixas e etc. A reunião desses elementos para a análise discursiva demonstrou os poderes e os saberes da comunidade LGBT, atestando suas práticas e táticas de resistência, indexes sociais, signos linguísticos e tantas outras formas de significação. A história da narrativa LGBT é uma construção

discursiva escrita por sujeitos da sigla dentro dos periódicos, jornais, boletins e informativos circulados na imprensa alternativa possível de existir somente nos anos finais da ditadura civil-militar.

Vemos que o problema fundador do jornal se dá pelo silenciamento e escassez de narrativas da homocultura no Brasil, dado que Winston Leyland, escritor do jornal *Gay Sunshine*, não encontrou materiais LGBT's no período de visita às terras brasileiras, convocando um grupo de artistas e escritores para articular ideias que subvertissem os imperativos dessa ordem moral e religiosa que impedia a circulação destes textos e registros. Portanto, acreditamos que se não fosse a reunião de identidades sexuais e variadas expressões de gênero em seus corpos inscreverem suas vivências na história política e cultural brasileira, a exclusão dessas vidas não teria encontrado formas de se representar com a ética e estética propriamente adequadas.

É, portanto, uma narrativa para reorganizar a sexualidade, utilizar da linguagem de identificação homossexual para falar das vivências e expressões do próprio grupo. Ou seja, narrativas de homorrepresentação política e linguística para contradizer categorias universais e práticas discursivas com o intuito de parar uma máquina de saber-poder que produz e circula discursos moralizantes sobre a homossexualidade.

FONTES JORNALÍSTICAS

BOLETIM CHANACOMCHAMA. Seção de Abertura. *ChanacomChana*, São Paulo: Grupo LF, n. 0, 1981.

BOLETIM CHANACOMCHAMA. Seção Informes. *ChanacomChana*, São Paulo: Grupo LF, n. 1, dez. 1982.

BOLETIM CHANACOMCHANA. Editorial. *ChanacomChana*, São Paulo: Grupo LF, n. 1, jan. 1981.

LAMPIÃO. Apelo ao jovem guei. *Lampião da Esquina*, n. 0, abr. de 1978, p. 15.

LAMPIÃO. As palavras: para que temê-las? *Lampião da Esquina*, ano 1, n. 3, 25 de jul. a 25 de ago. de 1978.

LAMPIÃO. Às portas da Lei. *Lampião da Esquina*, edição extra, n. 2, s/d, p. 7.

LAMPIÃO. Assumir-se? Por quê? *Lampião da Esquina*, n. 2, 25 de jun. a 25 de jul. de 1978, p. 2

LAMPIÃO. Cartas na Mesa: cartas de “Marias bonitas”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro: n. 2, jun./jul. 1978.

LAMPIÃO. Cartas na Mesa: Lampião é desnudado. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro: n. 3, jul./ago. 1978.

LAMPIÃO. Crimes sexuais. *Lampião da Esquina*, n. 6, nov. de 1978.

LAMPIÃO. Crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais que morrer. *Lampião da Esquina*, n. 28, set. de 1980.

LAMPIÃO. Demissão, processo, perseguições: mas qual é o crime de Celso Cúri? *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro: n. 0, abr. 1978.

LAMPIÃO. Escolha seu nome, I. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 6, nov. de 1978.

LAMPIÃO. Escolha seu nome, II. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 7, dez. de 1978.

LAMPIÃO. Extra! Mulheres chegam pra ficar. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro: n. 3, jul./ago. 1978.

LAMPIÃO. Homossexualismo: que coisa é essa? *Lampião da Esquina*, n. 2, 25 de jun. a 25 de jul. de 1978, p. 2

LAMPIÃO. Lesbianismo, machismo, aborto e discriminação. *Lampião da Esquina*, n. 11, abril de 1979.

LAMPIÃO. Lesbianismo, machismo, aborto e discriminação. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro: n. 11, abr. 1979.

LAMPIÃO. Moral e bons costumes. *Lampião da Esquina*, n. 9, fevereiro de 1979.

LAMPIÃO. Mulheres do mundo inteiro... *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro: n. 0, abr. 1978.

LAMPIÃO. Mulheres na redação. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro: n. 3, jul./ago. 1978.

LAMPIÃO. No planalto central piscam novas luzes. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro: n. 3, jul./ ago. 1978.

LAMPIÃO. Qual é a da nossa imprensa? *Lampião da Esquina*, n. 0, abr. de 1978, p.5.

LAMPIÃO. Saindo do gueto. *Lampião da Esquina*, n. 0, abr. de 1978, p. 2

LAMPIÃO. Violação: ato de sexo ou de poder? *Lampião da Esquina*, edição extra, n. 2, s/d.

FONTES DIGITAIS

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, DF. 2008.

FONTES AUDIOVISUAIS

CANAL USP. *[LGBTs no Regime Militar]* – a primeira passeata. 2018. (05m46s). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=vS8qi_oDkGE>. Acesso em: 22 de out. de 2018.

CANAL USP. *[LGBTs no Regime Militar]* – as lésbicas feministas. 2018. (05m56s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=W1R4NVtOZ2s>>. Acesso em: 22 de out. de 2018.

CANAL USP. *[LGBTs no Regime Militar]* – as mídias alternativas. 2018. (05m43s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FmfbxmVMVmM>>. Acesso em: 22 de out. de 2018.

CANAL USP. *[LGBTs no Regime Militar]* – o grupo SOMOS. 2018. (05m22s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7oNqW3WWy6w>>. Acesso em: 22 de out. de 2018.

LAMPIÃO da Esquina. Direção: Livia Perez. Produção e Coprodução: Doctela & Canal Brasil. São Paulo, 2016, documentário (80min), digital. Disponível em:
Acesso em: 22 de out. de 2018

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores. 2015.
- AGUIÃO, Sílvia. *Não somos um simples conjunto de letrinhas: disputas internas e (re)arranjos da política LGBT*. Cadernos Pagu, 2016.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES, Carlos Jordan Lapa. A homossexualidade nas páginas do Lampião da Esquina. *Pergaminho*. Patos de Minas. n. 6, ano 6, dez. 2015.
- AVELAR, Lúcia. (2001) *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo (SP), Fundação Konrad Adenauer, Editora Unesp.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12º ed. Nacional: Editora Hucitec, 2006.
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René Ernaini. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Aautêntica Editora, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRAIT, Beth. *Linguagem e identidade: um constante trabalho de estilo*. *Trab. educ. saúde* [online]. 2004, vol.2, n.1, pp.15-32. ISSN 1981-7746.
- BRASIL. 2013. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- BRASIL. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – Parte II. In: _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino médio. Brasília: MEC/SEF, 2000.
- BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM)*. Vol. 1. Linguagens, Códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2006.

- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: _____. *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BURKE, Peter. O conceito de anacronismo de Petrarca a Poussin. *Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, PB, n. 39, out. 2013, p. 195-220.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARDOSO, Elizabeth da Penha. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 2004. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 1, nº 3, ANPOCS, Cortez Editora, São Paulo, 1987.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo-feminismos. In.: TEDESCHI, Losandro Antônio; COLLING, Ana Maria (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019. p. 251-254.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. A crítica da noção de identidade e atualizações contemporâneas da estética da existência: feminismo(s), movimentos LGBT e política *queer*. In: RESENDE, Haroldo de (org.). *Michel Foucault: política, pensamento e ação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- CLÍMACO, Adriana Ortega. *História e ficção em Santa Evita*. Jundiaí: Paco editorial, 2014.
- COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história* – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- CONDE, Michele Cunha Franco. *O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Goiânia. Goiânia, 2004.
- CORACINI, M. J. R. F. O Processo de Legitimação do Livro Didático na Escola de Ensino Fundamental e Médio: Uma Questão de Ética. In: _____. (Org.). *Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático: Língua Materna e Língua Estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 33-43.

CORDEIRO, Edmundo. Foucault e a existência do discurso. *Cadernos do Noroeste*, Universidade do Minho, Braga, v.8, 1995, pp. 179-186.

CORREA, Elton Pedroso; LESSA, Patrícia. O Lampião da Esquina e a construção da identidade do movimento homossexual no Brasil. Universidade Estadual de Maringá, *VIII CIH*, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político : o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos : Edufscar, 2009.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contextos, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias do Cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FONSECA, Márcio Alves da. Entre a vida governada e o governo de si. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes por acordo com Portugália Editora Ltda, 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FRANCO, Neil. *A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43° ed. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. *Walter Benjamin – rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 27-38.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes: 2002. p. 64-89.

GREEN, James N. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu*. Campinas, n. 15, 2000.

GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Coordenação e organização da tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HOWES, Robert. João Antonio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. In: *Cadernos AEL: Homossexualidade, sociedade, movimentos e lutas: Campinas, Unicamp/IFCH/AEL*, V. 10, n. 18/19, p. 291-309, 2003.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução Ricardo Cruz.- Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

JUNIOR, Paulo Roberto Souto Maior; ZIOLI, Miguel. Militância homossexual no Brasil da ditadura militar: os casos de João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas. *Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 9, n. 2, jul.-dez., 2016*.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. 7º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE, Eudes. (Nova) História Cultural. In.: TEDESCHI, Losandro Antônio; COLLING, Ana Maria (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019. p. 355-360.

LESSA, Patrícia. *Visibilidade e Ação Lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim Chana com chana*. *Revista Gênero*. Niterói, v.8, n.2, p. 301-333, 1 sem., 2008.

MENEZES DE SOUZA, Lynn Mario Trindade. Para uma Redefinição de Letramento Crítico: conflito e produção de significação. In: MACIEL, Ruberval Franco; ARAUJO, Vanessa de

Assis (Orgs.). *Formação de Professores de Línguas: ampliando perspectivas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

MIGNOLO, Walter. *História locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. *mitos e realidade*. São Paulo, SP: Quatro Artes Editora, 1969.

MOSQUEIRA, Débora de Souza Bueno Mosqueira. “Então chegamos”: representações do feminino nas páginas d’O Lampião da Esquina (1978-1981). *albuquerque – revista de história*. vol. 7, n. 13. jan.-jun./2015, p. 25-43.

NOGUEIRA, Gilmaro. COLLING, Leandro. Homofobia, heterossexismo, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade. In.: TEDESCHI, Losandro Antônio; COLLING, Ana Maria (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019. p. 390-395.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3º ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Do sujeito na história e no simbólico. In: _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2013.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni P. Orlandi. 5º ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do Discurso no Brasil. In: _____. (Orgs). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2016.

QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.101.2017.tde-20062017-182552. Acesso em: 15 de out. de 2018.

RAGO, Margareth. *O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o acontecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Henrique Estrada. *Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2009, v. 29, n. 57, pp. 165-186.
- RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. LGBT. In.: TEDESCHI, Losandro Antônio; COLLING, Ana Maria (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019. p. 448-451.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes –*
- SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Mulher e realidade: mulher e educação*. Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez 1990.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). "Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento". In.: *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, pp. 59-88.
- SILVA, Cláudio Roberto da; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- SILVA, Cristiani Bereta da; OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. Epistemologia feminista. In.: TEDESCHI, Losandro Antônio; COLLING, Ana Maria (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019. p. 203-207.
- SILVA, Natanael de Freitas. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. *Mosaico*, v.7, n. 11, 2016.
- SIMÕES, Julio Assis; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chacravorti. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAYASSU, Catito. Escrita feminina. In.: TEDESCHI, Losandro Antônio; COLLING, Ana Maria (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019. p. 213-218.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres. Dourados – MS: UFGD, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antonio. As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica. Dourados – MS: UFGD, 2012.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero In.: TEDESCHI, Losandro Antônio; COLLING, Ana Maria (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019. p. 330-333.

ANEXO A – Breve histórico da Luta LGBTI+

BREVE HISTÓRICO DA LUTA LGBTI+ – um pouco de como tudo começou e por que ainda lutar:

Pois é pessoas LGBTI+ existem desde que o mundo é mundo e nem sempre as coisas foram como são hoje:

PRÉ-HISTÓRIA – A antropologia mostra que as relações homossexuais eram permitidas, desempenhando um papel importante nos rituais de passagem masculinos (em Pápua-Nova Guiné; nas ilhas Fiji e Salomão, na Melanésia e Oceano Pacífico).

500 ANOS ANTES DE ABRAÃO – Documentos egípcios revelam que a homossexualidade existia não somente entre os homens, mas também entre deuses, como Horus e Seth. A bissexualidade dos homens era naturalmente aceita nesse período, no entanto, a homossexualidade passiva deixava-os incomodados.

GRÉCIA 3.000-1.400 a.C – Não havia discriminação das relações homossexuais. Era uma prática recomendável, que envolvia aquisição e transmissão de sabedoria, sendo vastamente considerada mais nobre que o relacionamento heterossexual. O casamento hétero era visto como uma maneira de assegurar uma descendência legítima e adquirir poder, não o objeto de convergência para o amor, afeto ou emoção.

ILHA DE LESBOS Séc. VI a.C – Safo, poetisa, passional e austera concebe uma escola para moças onde leciona a poesia, a dança e a música e é aclamada por Platão como a décima musa. Hoje a palavra lésbica, que referia-se apenas àquele que habitava a Ilha de Lesbos, representa alguém que, como Sapho de Lesbos e suas seguidoras, amam e se relacionam com outras mulheres. Pouco se tem além de Safo ao pesquisarmos a lesbianidade na história. Apenas nos tempos modernos ela retorna à visibilidade.

1.700 a.C – Código de Hamurabi. Nas civilizações antigas da Mesopotâmia, embora não existissem leis que proibissem ou concordassem com a prática homossexual, o Código de Hamurabi continha privilégios aos prostitutos e prostitutas que participavam dos cultos religiosos. Assim, os homens devotos poderiam ter relações com os "servos sagrados".

CHINA 1.122-156 a.C – Relatos encontrados propagam a impressão clara de uma homossexualidade aberta na vida da corte. O casamento heterossexual era um elo de classe social e o amor romântico era vivido fora deste fosse com homens ou mulheres.





ROMA meados de 69 a.C – A homossexualidade era tolerada. O Imperador Júlio Cesar era conhecido como "omnium virorum mulier, omnium mulierum virum" – mulher de todos os homens e homem de todas as mulheres. A passividade na relação era rechaçada, sendo que o polo passivo da relação não possuía qualquer relevo social e era equiparado aos escravos.

ROMA meados de 533 d.C – Com o advento do Cristianismo em Roma, Justiniano edita uma lei que pune com a fogueira e a castração os homossexuais, caminho que se segue durante as Idades Média e Moderna.

IDADE MÉDIA – A homossexualidade toma força nos mosteiros e acampamentos militares e é a igreja a maior perseguidora dos pares do mesmo sexo. Qualquer ato sexual desprovido de função procriadora é caracterizado pecado. As relações homossexuais recebem o sufixo "ismo" e são consideradas, pela ciência e religião, como uma anomalia da natureza, uma doença.

PERÍODO RENASCENTISTA – Leonardo Da Vinci, Michelangelo, Shakespeare, Caravaggio, entre outros tiveram notórias paixões homossexuais. Porém, a homossexualidade continua na obscuridade.

1.670 d.C – Segundo o antropólogo Luiz Mott, Zumbi, líder do Quilombo das Palmeiras e guerreiro da resistência negra ao escravismo, teve relações homossexuais.

ALEMANHA, entre 1865 e 1875 – Karl Heinrich Ulrichs, um dos pioneiros do movimento por justiça e humanidade para casais do mesmo sexo, defende que os instintos denominados "anormais" são inatos e, assim, naturais.

1869 d.C – O médico húngaro Karoly Benkert utiliza o termo homossexual, formulado pela união do prefixo grego homós "semelhante / a mesmo", e pelo sufixo sexual do latim sexus "relativo ao sexo".

1893 – Médicos que acreditavam que a homossexualidade era uma moléstia física ou psíquica tentam "curá-la" com choques elétricos, lobotomias, injeções hormonais e até mesmo castração.

ALEMANHA NAZISTA, aproximadamente entre 1933 e 1945 – Depois da Primeira Guerra Mundial, em Berlim, na Alemanha, a homossexualidade masculina gozava de maior liberdade e aceitação

do que em qualquer outra parte do mundo. Contudo, a partir da tomada de poder por Hitler, os gays e, em menor grau, as lésbicas, passaram a ser dois entre os vários grupos sociais a serem atacados pelo Partido Nazi, acabando também vítimas do Holocausto. As estimativas sobre o número de gays mortos nos campos de concentração variam muito mas, segundo um sobrevivente, "dezenas de milhares" de homossexuais foram mortos nos campos de concentração (HEGER, 1989, p.8).

NOVA IORQUE 28 de junho de 1969 – No bairro de Greenwich Village explode uma rebelião de travestis e gays denominada "Revolta de Stonewall", na qual, durante uma semana, eles protestaram e enfrentaram a força policial, dando início ao "Dia do Orgulho LGBTI+", popularmente conhecido como "Dia do Orgulho Gay".

1993 – A homossexualidade deixa de ser classificada como doença após anos de pesquisa e sem nada que comprovasse não ser ela natural. A Organização Mundial da Saúde (OMS) a insere no capítulo "Dos sintomas decorrentes de circunstâncias psicossociais".

BRASIL 1999 – Justiça do Rio Grande do Sul, em decisão pioneira, fixa competência às varas de família para julgar ações decorrentes de uniões homoafetivas, até então julgadas pelas varas cíveis, dando assim o passo inicial para que estas conquistassem o status de família.

HOLANDA 21 de abril de 2001 – Entra em vigor, pela primeira vez na modernidade, legislação de abertura do casamento a pares do mesmo sexo. Dentre as alterações passa vigorar o Código Civil em seu art. 30 "o matrimônio pode ser celebrado por duas pessoas de diferente sexo ou de mesmo sexo".

BRASIL 2002 – A então desembargadora do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, em suas decisões utiliza o termo homoafetividade buscando demonstrar que, como entre os casais heterossexuais, as relações homossexuais se baseiam no afeto entre duas pessoas e se trata de uma ligação muito mais forte que a atração sexual.

BRASIL 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha entra em vigor dispondo em seu art. 2º que, independente de orientação sexual, etnia, classe, toda mulher goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Ainda com base em seu art 5º percebe-se que



ANEXO B – Resolução CFP Nº 1, de 22 de março de 1999



Atos Oficiais - Conselho Federal de Psicologia

RESOLUÇÃO CFP Nº 1, DE 22 DE MARÇO DE 1999

"Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual"

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO que o psicólogo é um profissional da saúde; CONSIDERANDO que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é freqüentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade.

CONSIDERANDO que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

CONSIDERANDO que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

CONSIDERANDO que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente;

CONSIDERANDO que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações; RESOLVE:

Art. 1º Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único. Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de março de 1999.

ANA MERCÊS BAHIA BOCK
Conselheira Presidente

ANEXO D – Lampion da Esquina nº 0 (1978)



LAMPIÃO

Edição experimental - Número zero

abril, 1978 - Circulação restrita

Homo eroticus Um ensaio de DARCY PENTEADO



Duelo de machões
Nureyev
VS Cássius Clay

CELSO CURI

processado.
Mas qual é
o crime
deste rapaz?



Exclusivo
García Lorca
também assume.

Uma noite no Cinema Iris

Colaboram
neste
número:

João Silvério
Trevisan
Gasparino
Damata

Francisco
Bittencourt
Clóvis
Marques

Iaponi
Araújo
Adão
Acosta

Aguinaldo
Silva
João Antônio
Mascarenhas



Centro de Documentação
Prof. Dr. Luiz Mott



ANEXO E – Ensaio selvagens (edição extra, 2, 1978)



LAMPIÃO

Não pode ser vendido
separadamente

● Leitura para
maiores de 18 anos

ENSAIOS SELVAGENS

Os temas:

Orgasmo vaginal — o tabu do homossexualismo

o estupro como ato de poder

a matança das bichas na Alemanha nazista

a agonia de um prisioneiro guei

a questão negra - a doença heterossexual

Os autores (e/ou tradutores):

Pasolini-Rubem Confete-Francisco Bitencourt

João Silvério-Trevisan-Aguinaldo Silva-Clovis Marques



Centro de Documentação
Prof. Dr. Luiz Mott



ANEXO F – Mulheres na redação (nº 3, 1978)



NORMA
BENGELL
solta
o verbo :
- eu
não
quero
morrer
muda



LAMPPIÃO

Ano 1 — Nº 3 — 25 de julho a 25 de agosto de 1978 — Cr\$ 15,00

da esquina

Leitura para maiores de 18 anos

MULHERES NA REDAÇÃO

LÚCIA RITO & ZSU ZSU VIEIRA

MARCELLO MASTROIANNI

& PAUL NEWMAN:

A ARTE DE SER GUEI

- cartas adoidadas
- um poema de genêt
- florianópolis, my love
- ▶ as senhoras do mangue
- ▶ os marginais do cinemão
- ▶ novas histórias de amor



Centro de Documentação
Prof. Dr. Luiz Mott



ANEXO G – Crimes sexuais (nº6, 1978)



LAMPIÃO

Ano 1 — Nº 6 — Novembro de 1978 — Cr\$ 15,00

● Leitura para maiores de 18 anos

da esquina

CRIMES SEXUAIS



Décio Escobar,
Fred Feldman,
o Cupido de Ouro:
uma nova versão
para estas mortes



ENTREVISTA
LECY
BRANDÃO
E A
MPE
(MÚSICA
POPULAR
ENTENDIDA)

FRENÉTICOS DANCING GAYS

YUKIO MISHIMA: VIOLÊNCIA E PAIXÃO

ELEIÇÕES: A LOUCA MORRE AFOGADA ?

VAMPIRO DE FLORIANÓPOLIS ATACA (PAG. 9)



Centro de Documentação
Prof. Dr. Luiz Mott



ANEXO H – Moral e bons costumes? (nº 9, 1979)

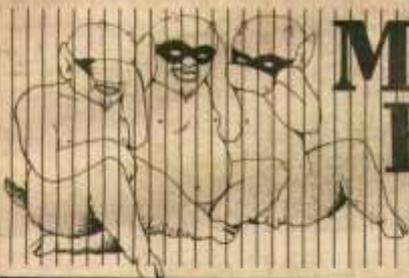


LAMPIÃO

Ano 1 - N° 9 - Fevereiro de 1979 - C\$ 18,00

Leitura para
maiores de 18 anos

da esquina



MORAL E BONS COSTUMES?

(LAMPIÃO põe o assunto na berlinda. Leia as opiniões de
FRANCO MONTORO,

**BRUNA LOMBARDI, ELICE MUNERATO,
FERNANDA MONTENEGRO, HÉLIO FERNANDES,
ROBERTO MOURA, HELENA SANGIRARDI,
JOSÉ CARLOS AVELAR, MACKSEN LUIZ,
SÔNIA COUTINHO,** e donas de casa, bancários,
operários da construção civil, etc., etc., etc. . .)

“Abaixo o preconceito!”

(É a mãe de um homossexual
quem escreve)

Copacabana nua

(Atenção, gueis do Brasil:
o Rio não é mais aquele)

Neste número

- JOSÉ LOUZEIRO • JOÃO ANTÔNIO
- AGUINALDO SILVA • ANTÔNIO CHRYSÓSTOMO
- PETER FRY • JOÃO SILVÉRIO TREVISAN
- E o visual de Marisa Caveira



Centro de Documentação
Prof. Dr. Luiz Mott



ANEXO I – Pautas feministas (nº 11, 1979)



O JAMPIÃO

Ano 1 - Nº 11 - Abril de 1979 - Cr\$ 18,00

Leitura para maiores de 18 anos

da esquina

celso cury absolvido

LESBIANISMO MACHISMO ABORTO DISCRIMINAÇÃO

**SÃO AS MULHERES
FAZENDO POLITICA**



Rio de Janeiro



São Paulo

judéus
homossexuais:
a 13ª tribo
de Israel



as bonecas e o
cinema nacional
e o aiatolá,
tem medo de que?

ney matogrosso:

LIBERAÇÃO?
CADA UM TRATE DA SUA



Centro de Documentação
Prof. Dr. Luiz Mott



ANEXO J – A matança de homossexuais (nº 13, 1979)



LAMPIÃO

ano 2

n.º 13 - Junho de 1979 - Cr\$ 20,00

Leitura para maiores de 18 anos

da esquina

de sodoma a auschwitz

A MATANCA DOS HOMOSSEXUAIS



ESSA MULHER É LESBICA!
(por isso a acusam de homicídio)



homens, passaros, aviões? não. são OS MENINOS DE BÉJART



**um roteiro só para entendidas
uma praça chamada republica
entrevista: os embalos de calmon
fernando pessoa: poeta ou macho-man?**



Centro de Documentação
Prof. Dr. Luiz Mott



ANEXO K - Crioulo não é gente... (nº 28, 1980)



LAMPILHÃO

ANO 3/ nº 28

Rio de Janeiro, Setembro de 1980. Cr\$ 40,00

• Letura para maiores de 18 anos

da esquina

EM AGOSTO FOI ASSIM:

CRIOULO NÃO É GENTE, BICHA E MULHER TEM MAIS E QUE MORRER



Manuel Puig
fala da mulher aranha



ANEXO L – Esquadrão mata-bicha (nº 25, 1980)

LAMPPIÃO
da esquina

ANO 3 Nº 25 Rio de Janeiro, junho de 1980 — Cr\$ 30,00 ● Leitura para maiores de 18 anos

A VOLTA DO ESQUADRÃO MATA-BICHA

três crimes abalam a comunidade guei

BIXÔRDIA II O SHOW

●●●●● O racha no Somos paulista

●●●●● O aborto segundo Pasolini

●●● Negros contra o 13 de Maio

ANEXO M – Lula, “homossexualismo” e feminismo na classe operária



LAMPPIÃO

rio de janeiro / julho 1979 / cr\$ 20,00

● Leitura para maiores de 18 anos

da esquina

**ALÔ, ALÔ
CLASSE
OPERÁRIA:**



E O PARAÍSO, NADA?

*LULA fala
de
greves, bonecas
e feministas:
chumbo grosso!*

**O
movimento
lucio-
lésbico**

**San
Francisco:
APOS A
REVOLTA**

**Bahia
de todos
os gueis**

... e muita bixórdia



Centro de Documentação
Prof. Dr. Luiz Mott



ANEXO M – O abc do Lula

ABC DO LULA

A grande imprensa tem falado muito no Lula do ABC. Nós, do LAMPILÃO, resolvemos "inverter" (bem ao nosso estilo) a jogada, e propusemos o ABC do Lula, que foi respondido pelo próprio com a objetividade e a clareza de quem está certo do que diz.

ABERTURA — virá quando o povo quiser.

BIÔNICOS — são uma vergonha nacional.

COMPRA DA LIGHT — é o cúmulo da falta de patriotismo.

DEMOCRACIA — é o que falta na nossa terra.

ELEIÇÕES DIRETAS — é o fato que já é tardio aqui no Brasil.

FEMINISMO — eu acho que é coisa de quem não tem o que fazer.

GREVE — é a arma mais importante da classe trabalhadora.

HOMOSSEXUALISMO NA CLASSE OPERÁRIA — não conheço.

INTERVENÇÃO — coisa que não deveria existir sequer em qualquer legislação brasileira.

JORNALISMO ALTERNATIVO — é uma coisa necessária.

LULA — um trabalhador como outro qualquer.

MULTINACIONAIS — é como se fosse uma praga de gafanhotos.

NOVA CLT — tá tão velha como aquela que foi feita em 40.

ORGANIZAÇÃO DO NOVO PTB — não vai vingar.

PELEGUISMO — é uma praga aqui no Brasil.

QUESTÃO DA CONSTITUINTE — se não tiver a participação do povo, será apenas mais



uma Constituinte.

REVOLUÇÃO DE 64 — eu acho que pelo menos no princípio não era tão ruim quanto é hoje.

SEGURANÇA NACIONAL — eu acho que deveria existir, mas com critérios.

TUTELA SINDICAL — uma doença que não tem cura aqui no Brasil.

UNIVERSITÁRIOS NA POLÍTICA — são tão importantes como qualquer outro setor da sociedade.

VIOLÊNCIA POLICIAL — eu acho que é pelo baixo salário dos policiais e por sua má formação.

"X" DA QUESTÃO SALARIAL — negociação coletiva.

ZONA DE ATUAÇÃO SINDICAL — atuação política e reivindicatória.

Escolha o seu nome

É ponto pacífico que o termo *bicha* deixou de ser ofensa, para se tornar elogio. E se tornou tão comum dizer *bicha* a propósito — ou mesmo a despropósito — de tudo que já começam a surgir as variações. O filólogo do bar Acapulco e membro (!) do bando de LAMPIÃO, José Fernando Bastos, se encarregou de descobrir — ou inventar, que pra isso é que *bicha* é um animal cheio de imaginação — algumas variantes da *bichesse oblige*. A saber:

POLICHA — É a que ultrapassou os limites da tricha. Toma hormônios, já que seu grande sonho é virar Fafá de Belém.

BICHIC — É aquela que usa carteirão embaixo do braço, conversa sobre Ibrahim e Teresa Souza Campos como se fosse íntima deles, olha os outros com desprezo. De vez em quando uma é assassinada por um rapaz do interior de Minas que o porteiro viu subir no apartamento com ela.

BICHEQUE — É aquela que por qualquer coisa puxa um talão de cheques. Até para pagar um calézinho. Diz que não tem carro porque odeia dirigir, nunca foi à Europa porque tem pavor de avião. Usa bolsa a tiracolo.

BICHENE — Fã de Marlene. Daí surge uma série de variações como a BICHY (fã do Cauby) BICHINHA (fã de Emilinha), BICHAL (do Sidney Magal) e a BICHATORRACA.

BICHÓPOLIS — É a que tem casa em Petrópolis ou Teresópolis mas mora mesmo em Nilópolis. Em São Paulo é a BICHQUARUJÁ; em Salvador, a BICHITAPOÁ; em Belô, a BICHAMPULHA; e em Porto Alegre a BICHATRAMANDAÍ.

BICHOC — É a que não pode abrir a porta sem avisar antes, do contrário quem estiver fora cai duro com a feiura dela.

BICHARM — É aquela que fica no Sótão como se estivesse no Special; no Medieval como se estivesse no Hippopotamus; e no Holmes, de Salvador, como se estivesse no Regine's. Olha pra todo mundo e vai embora sozinha.

BICHADA — É a mal amada. Está sempre com problemas sentimentais. Já tentou o suicídio várias vezes: corta os pulsos e corre pro hospital, se atira do primeiro andar, toma comprimidos e vomita, essas coisas...

BICHWISSAIR — É a que voa. Geralmente usa Cartier americano, Gucci argentino e possui em casa trinta perfumes diferentes e, na geladeira, conservas de todas as partes do munto.

BICHEIRA — É a mineira. Não aquele pessoal maravilhoso da terra do Magalhães; mas aquelas que votam no Bonifácio, pertencem à TFP, namoram uma garota da terra e, aqui no Rio, soltam como se podem (com p mesmo).

BICHÃO — É o tipo macho, sapatão. Cospe pro lado, adora futebol, só fala em mulher. Bebe, transa todas. No outro dia, finge que não lembra.

BICHICLETA — É a atleta, que tem mania de correr de manhã cedo na praia e da polícia de noite. Todas elas tem o Cooper feito.

E por aí vai. Qualquer semelhança com pessoas colunáveis será mera coincidência: de bichas e contrabichas cada um tem um pouco. Ah, ia me esquecendo, tem mais uma; é a

BICHATA — É aquela que se enquadrou em algumas das variações aqui mas vai escrever pra cá falando mal do LAMPIÃO.

Escolha seu nome, II

Sempre com a intenção de enriquecer a língua e de dar um sentido mais amplo “às palavras da tribo”, como queria o poeta Mallarmé, leitores de todos os quadrantes enviam-nos as novas palavras inventadas pelo povo e colocadas em circulação para elogiar, incentivar ou instigar o bicharoco (tal um bom coletivo para bicha). Aqui estão elas:

— **Bichoquete** — bichinha da moda, que usa soquete e sandália de plástico.

— **Bichanhaca** — bicha com CC, tout court.

— **Bichoteca** — bichona de discoteca.

— **Bichonha** — bicha má, que segrega peçonha.

— **Bichão** — bicha “valet de Chambre” de sapatão.

— **Bicubo** — bicha ao cubo (não confundir com tricha), dessas bem serelepes e fagueiras, que já de manhãzinha estão fazendo compras no supermercado para que nada falte em seu ninho de amor.

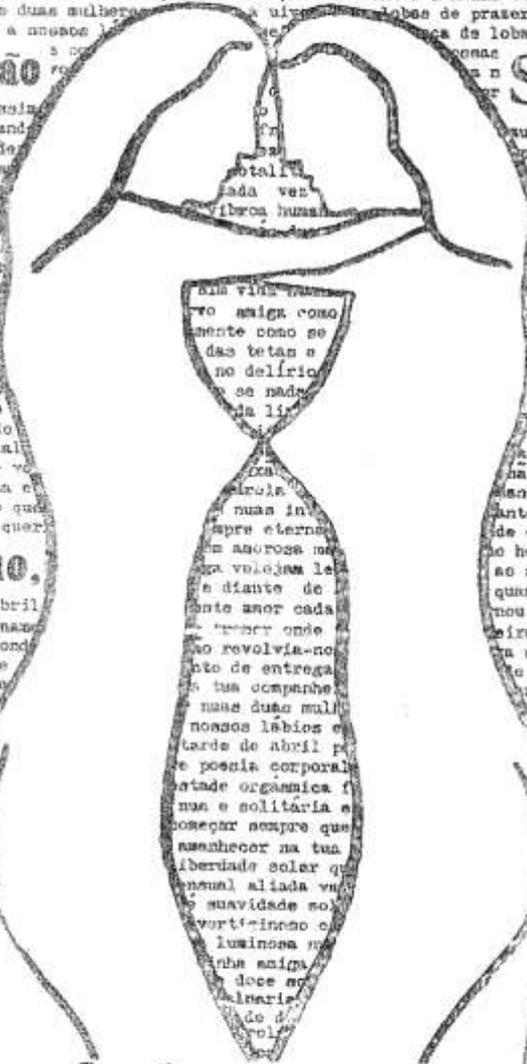
ANEXO P – Oito de março

grupos e seus amigos novos amigos e nossos corpos amigos vejam ao sabor de nossos desejos como se cada
 não há nada a dizer a você naquela tarde de abril e não ser que este amor cada vez mais se tornou
 pôde a verdade não importa uma vez que foi difícil enfrentar a fúria dos fascistas porque era uma q
 in
 um
 ve
 gr
 lav
 a e
 les

♀ CHANACOMCHANA

GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA

da meu de jantar como se fizesse
 tua, eu panheira mesmo que os bares se separam amada para enfrentar a minha como dizem imoralidade co
 pilhas linda seremos duas mulheres
 os corpos querida adere a nossos
 unto
 vem
 você e minha vida foi assim
 pra que disse
 suas vias a
 de ser a cor
 co amar a minha sexual
 solita
 de e a
 que em
 e mais que isso certament
 r que arco
 meu corpo
 não há cent
 nos igualmente o lobulo
 e e no li
 como pite
 us for e c
 delineado abraço sucedido
 mante
 lox o
 e o es
 e lábios diante do atisoa que
 mana dos livros relações quer
 cos
 as
 nos
 a você naquela tarde de abril
 como estrelas no céu eternam
 alegri
 de nos
 dana u
 e minha como dizem leoral
 equan o as ardeas en no
 sto se e dedos passeiam
 e ser las sonadas na
 algo como a criação de
 meo a o sexual polif
 ntes e entre nos dua
 usia doce antes e d
 ptas que como estre
 namia o voo minha a
 no ap q e desejo que
 pela arde de abril
 mista algo assim embol
 agião dos sonhos semir
 lice hoje como enquan
 sin uma vez sempre com
 pas antes que no escu
 ivar como lhas de praz
 de nosse corpos caus
 tenci de um universo d
 o contorno das tetas q
 oeta boca anerosa on
 flet dar
 to or de
 lon o no
 use das
 lep o r
 que n vor



ca os ventos cada vez 2
 car a
 Sandra
 Mara
 "Bigode"
 A
 Queda
 Para
 O
 Alto

8 de março:
Dia Internacional da Mulher



CHANACOMCHANA

GRUPO AÇÃO LÉSBICA EEMINISTA

3

**GALF: A HISTÓRIA
DE UM GRUPO
DE
MULHERES
LÉSBICAS**



edição de aniversário

ANEXO R – Stonewall brasileiro no Ferro's bar

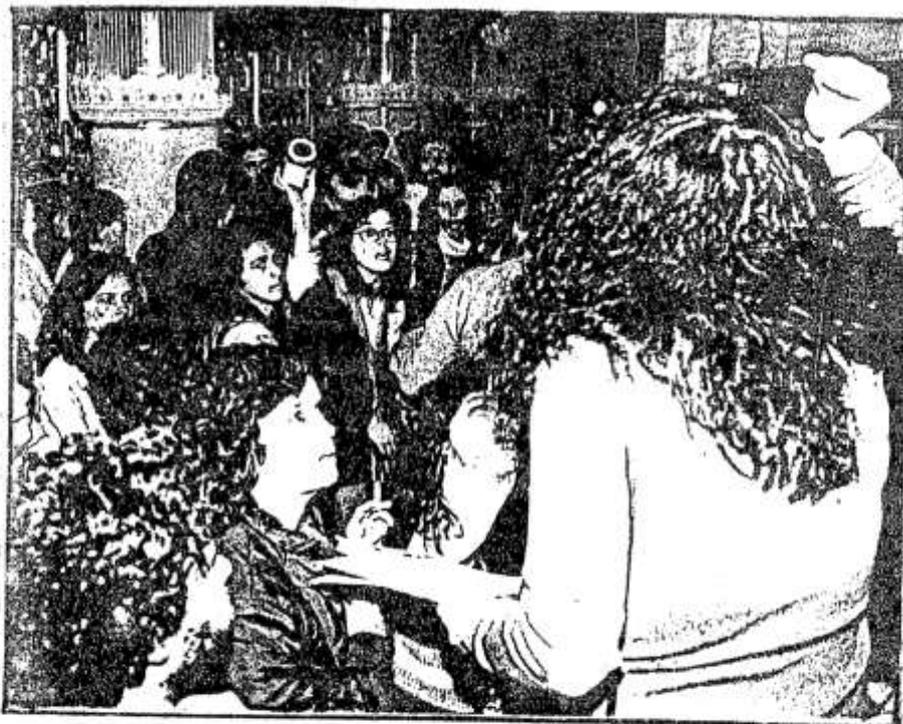


CHANACOMCHANA

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA

4

FERRO'S BAR, DIA 19 DE AGOSTO: UMA VITÓRIA CONTRA O PRECONCEITO



A OPÇÃO
PELA
AUTONOMIA



'FIM DE CASO':
LÉSBICAS
NO TEATRO